

# **Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

19.<sup>a</sup> Reunião  
(4 de setembro de 2013)

---

## **SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 10 horas e 12 minutos.

Após uma apresentação inicial, o Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues (ex-Presidente da Carris e do Metro de Lisboa) prestou esclarecimentos aos Srs. Deputados Ana Catarina Mendonça (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Mariana Mortágua (BE) e Fernando Virgílio Macedo (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 14 horas e 36 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início aos trabalhos de hoje.

*Eram 10 horas e 12 minutos.*

Temos connosco, de acordo com a nossa programação, o Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues, presente na qualidade de ex-Presidente da Carris e do Metro de Lisboa e acompanhado pelo Sr. Dr. Carlos Sousa Bentes, presente na qualidade de ex-Diretor Financeiro da Carris, também por opção do Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues.

Antes de dar a palavra ao nosso interlocutor de hoje, desejo apenas informar a Comissão de que mandei distribuir aos Srs. Coordenadores um expediente, entregue por protocolo, vindo do banco Santander e que dá conhecimento à Comissão de um conjunto de documentação relativa a um contencioso que se decidiu abrir a propósito de uma questão do relatório da Store Marbert com o IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública). É apenas para dar conhecimento desse expediente.

Vamos então passar à audição do Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues. Tenho a informação de que ele deseja fazer uma comunicação inicial.

Desejo ao Sr. Doutor, bem como ao Sr. Dr. Carlos Sousa Bentes, uma boa interlocução na nossa Comissão. Agradeço a vossa disponibilidade desde o início para esta sessão e lamento que tenhamos tido a necessidade de fazer várias marcações e vários adiamentos em função da necessidade de arrumação dos nossos trabalhos. No entanto, de todas as vezes contei com a boa compreensão da vossa parte, o que, mais uma vez, agradeço.

Tem a palavra o Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues.

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues (ex-Presidente da Carris e do Metro de Lisboa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é na qualidade de ex-Presidente do Conselho de Administração da Carris, funções que desempenhei entre 23 de fevereiro de 2003 e 7 de junho de 2013, que aqui me apresento na Comissão de Inquérito.

Como é sabido fui, também, em acumulação, Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, entre 23 de agosto de 2012 e 7 de junho de 2013, o que, porém, não deverá relevar face ao objetivo desta Comissão de Inquérito, uma vez que, neste período de cerca de 10 meses, o Metropolitano de Lisboa não procedeu à contratação de qualquer instrumento de gestão de risco financeiro.

Por isso, referir-me-ei apenas à situação na Carris, tanto mais quanto foi por decisões, alegadamente inadequadas, tomadas enquanto Presidente da Carris, que fui exonerado pelo Governo, no passado dia 7 de junho.

Srs. Deputados, entre setembro de 2005 e junho de 2007, a Carris procedeu à contratação de quatro *swaps* com o único objetivo de se proteger do impacto de uma subida muito acentuada que se vinha verificando nas taxas de juro, o que, a não ser feito, agravaria, naturalmente, de forma muito significativa, os custos financeiros da empresa e obrigaria à contratação de novos empréstimos para fazer face a acrescidas necessidades de financiamento. A empresa enfrentava, então, como continua a enfrentar atualmente, um desequilíbrio financeiro estrutural crescente.

O Conselho de Administração a que presidi tinha iniciado, logo em 2003, no início do seu mandato, um processo de reestruturação operacional, cujos resultados positivos cedo se começaram a tornar evidentes, conforme o acionista Estado e o próprio Tribunal de Contas reconheceram em momentos diversos.

Entre 2003 e 2012, a Carris reduziu os seus custos operacionais de 194,9 milhões de euros para 115,4 milhões de euros — uma poupança de 79,5 milhões de euros — tendo, no mesmo período, o respetivo EBITDA (resultado operacional *cash*) passado de -84 milhões de euros para +14,9 milhões de euros, uma melhoria de cerca de 99 milhões de euros.

Esta evolução é tanto mais expressiva quanto, entre 2003 e 2012, o esforço financeiro do Estado com a Carris se reduziu para metade, passando as indemnizações compensatórias atribuídas de 39 milhões de euros para 19,5 milhões de euros.

O Conselho de Administração da Carris fez, pois, aquilo que lhe competia: promoveu e consolidou o equilíbrio operacional da empresa.

Quanto à dívida histórica, o Conselho de Administração fez também o que era da sua competência, tendo apresentado várias propostas de solução ao acionista Estado, as quais não foram, porém, infelizmente, objeto de qualquer decisão até ao momento.

Srs. Deputados, foi neste contexto de elevado e crescente endividamento que os quatro instrumentos de gestão de risco foram contratados pela Carris. Qualquer um desses contratos está apenas referenciado à Euribor e às taxas de juro do euro a 2 e a 10 anos. Cada um desses quatro contratos teve, apenas e só, um objetivo: proteger a empresa e, conseqüentemente, o seu acionista, o Estado português!

Cada uma das decisões então tomadas pela administração da empresa, todas por unanimidade e sem quaisquer reservas, foi fundamentada em análises técnicas desenvolvidas pela área financeira da empresa, tomando como base a evolução histórica das taxas de juro e as *forwards* então disponibilizadas pela Reuters e pela Bloomberg.

Toda a informação sobre estes *swaps* foi, desde o primeiro momento, totalmente clara e do conhecimento público, designadamente do acionista

Estado, nunca tendo sido colocada à Carris qualquer questão, levantada qualquer reserva ou feita qualquer recomendação ou comentário para alterar a situação vigente, por parte do acionista, dos órgãos de fiscalização da empresa, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, do Tribunal de Contas, da Inspeção-Geral de Finanças ou de outra qualquer entidade.

A efetiva alteração do efeito pretendido com a contratação dos quatro instrumentos de gestão de risco decorreu da imprevista e profunda crise do sistema financeiro internacional e da queda acentuada das taxas de juro a partir dos finais de 2008, bem como dos efeitos da prolongada recessão, em particular, nos países da zona euro.

Foi a conjugação de dois efeitos, intensidade e duração, na queda brutal e imprevista das taxas de juro que acabou por produzir consequências negativas imprevistas em vários destes instrumentos de gestão de risco.

É bom não esquecer que estamos hoje, em 2013, a apreciar decisões tomadas em 2005, 2006 e 2007, após a verificação de circunstâncias totalmente imprevistas por todos.

Existia, então, alguma previsão de que a Euribor poderia cair e manter-se durante vários anos para os valores em que ainda se encontra ou de que, por exemplo, a taxa de juro do euro a 10 anos se manteria, por um longo período, em níveis inferiores a 2,0%, como tem acontecido?

Srs. Deputados, a Inspeção-Geral de Finanças, entidade de fiscalização do Estado, fez, em 2008, uma auditoria aos quatro *swaps* contratados pela Carris, tendo então elaborado um relatório detalhado sobre essa mesma auditoria. Nesse relatório (página 11) é referido o seguinte (e passo a citar): «Num contexto de endividamento a taxa variável, a Carris segurou o risco da taxa de juro ao contratar operações de swap de taxa de juro variável para fixa. Ao celebrar os contratos de permuta de taxa de juro,

a empresa reduziu adequadamente o risco envolvido.» Repito: «... a empresa reduziu adequadamente o risco envolvido.» (fim de citação).

O relatório, cuja leitura recomendo vivamente, não contém qualquer referência menos positiva às decisões então tomadas pela administração; pelo contrário, é elogioso em relação a essas decisões.

A partir de junho de 2011, como os Srs. Deputados sabem, na sequência do Despacho n.º 896/2011 do então Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e tendo em vista permitir, entre outras, ao Governo dar cumprimento a obrigações no âmbito do Memorando de Entendimento com a troica, foi criado, pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, um *template* de preenchimento obrigatório através do qual a empresa passou a reportar, trimestralmente, todos produtos derivados que tem em carteira, tendo sido solicitada e prestada toda a informação com efeitos a 2009.

Essa informação indica, para cada um dos quatro instrumentos de gestão de risco que existem na empresa, todas as variáveis consideradas relevantes e só não indicará mais porque tal não só não será relevante como não foi solicitado à empresa.

Ou seja: o Governo e, em particular, a tutela financeira da Carris conhecem, desde o início da sua contratação e com acrescido detalhe, desde meados de 2011, os quatro *swaps* contratados pela empresa.

Não obstante, a Carris nunca foi questionada sobre a matéria em apreço, seja internamente pelos seus órgãos de fiscalização, seja externamente, diretamente pelo Governo ou pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, ou, ainda, pelas entidades de fiscalização, designadamente o Tribunal de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças.

Em suma, nunca ninguém, pessoa singular ou coletiva, interna ou externamente, questionou, de que maneira fosse, as mencionadas contratações, e sempre que existem referências aos ditos contratos de *swap*,

são, como já referi, efetuadas em termos elogiosos, pelo facto de a empresa estar a atuar no sentido de reduzir adequadamente o risco envolvido.

Aliás, como bem acabo de referir, o reporte sobre os produtos derivados existentes na Carris foi feito desde o primeiro momento: o primeiro *swap* foi contratado em 2005 e logo no Relatório e Contas desse ano foi referido com detalhe, tendo o referido Relatório e Contas sido aprovado pelo acionista Estado sem qualquer reserva. Aliás, no período em que presidi à Carris, entre 2003 e 2013, o Estado sempre atuou desta forma, aprovando as contas sem qualquer reserva e elogiando recorrentemente a gestão da empresa.

A título de exemplo, na Assembleia-Geral realizada no passado dia 26 de março deste ano, conseqüentemente, em que foi aprovado o Relatório e Contas de 2012 e onde se referem, como, aliás, sempre aconteceu com todo o detalhe, os *swaps* existentes no Relatório e Contas, as suas características e impactos (páginas 69, 70 e 173 a 177 do referido relatório), o acionista Estado, para além de aprovar um voto de confiança no Conselho de Administração, no órgão de fiscalização e, individualmente, em cada um dos seus membros, nos termos do ponto 3 da ordem de trabalhos, conforme consta da ata da Assembleia-Geral, logo no ponto 1 emitiu a seguinte declaração de voto, que passo a ler: «O acionista Estado regista com apreço os esforços desenvolvidos pelo Conselho de Administração da Carris, tendo em vista o cumprimento das determinações legais a que a empresa se encontra vinculada enquanto entidade do sector empresarial do Estado e as orientações que lhe tem dirigido, bem como os resultados que foram alcançados em vários domínios.» (fim de citação).

É importante realçar que eu fui exonerado poucas semanas depois desta declaração de apreço e de confiança no desempenho do Conselho de Administração e de cada um dos seus membros, que foi, aliás, seguida pelo

anúncio feito aqui, na Assembleia da República, em meados de abril, pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de que este mesmo Conselho de Administração iria assumir, também, em acumulação, a administração da Transtejo/Soflusa.

Neste enquadramento é, sem dúvida, pertinente a pergunta: o que aconteceu, neste curtíssimo período de tempo, que fez alterar, radicalmente, a posição do Governo? Foram conhecidos dados novos sobre os contratos *swap* da Carris, que, até meados de abril, eram desconhecidos, ou nova informação?

A resposta é, obviamente, não. Não foram conhecidos quaisquer dados que, até aí, não fossem do conhecimento público.

O que, entretanto, aconteceu — hoje é claro para todos — foi ter sido tomada a decisão pelo Governo de transformar a questão dos *swaps* num processo político.

Por estranho que possa parecer, o assunto nunca foi discutido comigo enquanto presidente do Conselho de Administração, como seria expectável, tendo apenas havido duas breves reuniões com a então Secretária de Estado do Tesouro, hoje Ministra de Estado e das Finanças, onde esteve, também, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A primeira reunião ocorreu no passado dia 6 de maio, três semanas depois de a comunicação social ter já amplamente referido a existência, em várias empresas, entre as quais a Carris, de contratos de *swap* então classificados, entre outras coisas, como tóxicos, especulativos, exóticos, etc., o que me causou, como se compreenderá, a maior surpresa, porquanto, até aí, nunca tinha sido feita qualquer abordagem à empresa pelo Governo ou por qualquer outra entidade.

Nesta reunião, e no tocante à Carris, pouco foi dito pelos dois membros do Governo, tendo sido referido que a empresa tinha contratado



dois instrumento de gestão de risco que eram considerados inadequados, de acordo com um relatório e análise do IGCP.

A segunda reunião aconteceu no dia 31 de maio, tendo-me sido então perguntado se pretendia apresentar a minha demissão, o que, como é público, recusei.

É importante salientar que em nenhuma destas reuniões me foi entregue ou facultado, para leitura ou análise, cópia do relatório do IGCP referido como sendo o documento que questionava os contratos celebrados, relatório esse que até hoje desconheço.

Em suma, fui demitido sem sequer ter o mínimo direito ao contraditório daquilo que alegadamente fundamentava a minha demissão.

Srs. Deputados, temos também as auditorias do Tribunal de Contas.

No passado dia 3 de julho, o Tribunal de Contas divulgou, como conhecerão, o relatório de uma auditoria realizada ao desempenho da Carris. O Tribunal procedeu a uma análise detalhada e exaustiva do desempenho da empresa em 2009, 2010 e 2011, referindo também, em alguns aspetos, o ano de 2012.

O relatório, na globalidade, avalia de forma positiva o desempenho da empresa e da sua gestão, como fica claro da sua leitura, que, naturalmente, também recomendo.

Os *swaps* são referidos nas páginas 9, 10, 26 e 36 deste relatório, sendo de salientar o seguinte comentário: «Estes instrumentos de cobertura de risco, devido à evolução descendente das taxas de juro nos últimos anos, revelaram-se, assim, para a empresa, um encargo adicional de montante assinalável».

O Tribunal de Contas é, pois, muito claro no seu entendimento sobre a razão dos efeitos dos *swaps*, ou seja, a evolução descendente das taxas de juro, e não suscita qualquer reparo — numa auditoria que é divulgada

agora, em plena discussão do tema dos *swaps* — à atuação e às decisões dos administradores da Carris, bem como às razões que lhes estiveram subjacentes. Aliás, já numa outra auditoria do mesmo Tribunal, realizada em 2008 e publicada em 2009, também elogiosa para a gestão da empresa, os quatro *swaps* contratados foram analisados e referidos, nada tendo sido suscitado sobre a natureza dos contratos e os objetivos pretendidos com cada um dos mesmos.

Srs. Deputados, quero tirar algumas conclusões, conforme documentos que agora entrego a esta Comissão de Inquérito.

Primeira: como é bem claro pelo que acabo de referir, a administração da Carris atuou sempre, e só, norteadada pela defesa do interesse da empresa e, conseqüentemente, do seu acionista, o Estado português.

Segunda: as decisões da administração da Carris de contratar os quatro *swaps* foram tomadas com a convicção profunda de que eram, então, naquela altura, a melhor forma de proteger a empresa e basearam-se em análises e propostas dos serviços técnicos competentes e na informação disponível à data.

Terceira: em momento algum a administração da Carris teve intenção especulativa, ou qualquer outra, visando melhorar de forma artificial os resultados da empresa.

Quarta: nas auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas e pela Inspeção-Geral de Finanças, bem como no reporte regular à Direção-Geral de Tesouro e Finanças, nunca foi suscitada qualquer questão relacionada com a forma, conteúdo ou objetivos de qualquer um dos quatro contratos.

Quinta: o Estado e, conseqüentemente, o Governo, nomeadamente a então Secretária de Estado do Tesouro, e atual Ministra de Estado e das Finanças, e o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e

Comunicações estiveram sempre na posse de toda a informação relevante sobre os *swaps* contratados pela Carris, como bem evidenciam as auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas e pela Inspeção-Geral de Finanças, a informação trimestralmente prestada ao Governo, em particular à DGTF, e os relatórios e contas anuais da empresa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou agora à vossa disposição para esclarecer aquilo que entendam pertinente.

*Durante a intervenção, foram projetadas imagens, que podem ser acedidas através das hiperligações que constam do final desta ata.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Vamos, então, passar à fase das perguntas. A primeira ronda será iniciada pelo PS.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. José Silva Rodrigues, antes de mais, quero cumprimentá-lo e agradecer a clareza com que fez aqui a sua exposição.

Da sua exposição decorre que os últimos 10 anos da sua vida profissional foram entregues à Carris. O Sr. Doutor foi nomeado, recorde-se, num governo PSD, pelo então primeiro-ministro Durão Barroso, passou por quatro primeiros-ministros e, portanto, por quatro governos. Ao longo dos tempos, como recorda e como decorre da leitura de vários documentos a que esta Comissão tem acesso e que pôde consultar, perpassam perspectivas positivas dos esforços da empresa Carris no sentido de recuperar do seu desequilíbrio financeiro estrutural. Há, porém, algumas

questões que nos deixam um pouco perplexos e que a sua presença aqui permitirá esclarecer.

O que é que aconteceu, quando, ao longo de 10 anos, várias entidades e vários governos não colocaram em causa os aspetos da gestão da empresa Carris, para que uma pessoa possa ser demitida sem sequer ter direito ao contraditório, recorrendo às palavras que aqui disse?

O Sr. Doutor disse hoje que atuou sempre no estrito interesse e — para usar a expressão que utilizou — na convicção profunda de que estava a defender o interesse da própria empresa.

Há uma primeira pergunta que gostaria de colocar-lhe em nome do Partido Socialista. O Sr. Doutor disse aqui várias coisas que precisam de ser esclarecidas, a primeira das quais é a seguinte: em que termos foi demitido? Como é que o avisaram que seria demitido? Qual é o fundamento, afinal, dessa demissão?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que ninguém melhor do que o Governo, que foi quem me demitiu, poderá responder a essa questão.

No meu entendimento, como tive oportunidade de dizer e como, aliás, tornei público no dia em que fui demitido, não encontro razões para essa demissão, pela simples circunstância de que não cometemos na Carris — e é bom lembrar que as decisões não são do Presidente, são do Conselho de Administração — ou, melhor, o Conselho de Administração da Carris não cometeu nenhuma ilegalidade ou irregularidade, não omitiu informação, não maquillou informação, não escondeu informação. Portanto, tudo esteve sempre em cima da mesa com toda a clareza. Aliás,

como eu disse, logo quando se contrata o primeiro *swap*, em 2005, o relatório e contas desse ano refere com detalhe o *swap*, que é aprovado sem qualquer reserva pelo acionista. E foi sempre assim durante todo o período.

Como tive oportunidade de aqui sublinhar, na assembleia geral deste ano, no relatório e contas de 2012, mais uma vez, tudo é referido, todo o impacto atual dos *swaps* está quantificado, o *mark-to-market*, os fluxos financeiros positivos e negativos que deles resultaram ao longo da sua história, para além do reporte trimestral, desde meados de 2011, à DGTF e para além das auditorias da IGF e do Tribunal de Contas. Portanto, é tudo público!

O acionista, a 26 de março deste ano, faz um elogio público à gestão da Carris e aprova sem qualquer constrangimento, sem qualquer reserva, as contas da empresa. E esse elogio nem sequer é o elogio normal das ordens de trabalho nas assembleias gerais, o elogio que é normalmente feito, como sabem, num ponto próprio da assembleia, em que é apreciado o trabalho dos órgãos de gestão e fiscalização da empresa. Não! Para além desse elogio, que é normal nas assembleias gerais das sociedades anónimas, logo no ponto 1, como tive oportunidade de dizer, o acionista, não precisando, faz questão — sou suspeito ao dizê-lo, mas acho que bem — de sublinhar os resultados positivos que a gestão da Carris tinha vindo a concretizar.

O Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações vem à Assembleia da República — já a questão dos *swaps* andava pelo jornais e pelas televisões, como os Srs. Deputados bem sabem — e anuncia aqui que o Conselho de Administração da Carris e Metro, conseqüentemente os seus quatro elementos — isto foi anunciado no Parlamento e foi divulgado pela comunicação social — e também o seu presidente, ia assumir, também em acumulação, a administração da Transtejo/Soflusa. Portanto, o que é que aconteceu? O que é que

efetivamente pode ter levado a que num período tão curto se tenha passado de branco para preto, de preto para branco, isto é, para que tenha havido uma mudança radical na situação? Bem, não vejo nenhuma razão, como aqui tive oportunidade de dizer. Não há razões técnicas para a questão, há razões políticas!

Por razões que o Governo e a maioria saberão explicar, foi entendido que este processo devia ser tratado politicamente e, portanto, a partir daí, haveria que encontrar alguém que pudesse ser apontado como responsável. Foram os secretários de Estado e, a seguir, foram alguns gestores públicos.

Depois, quanto ao critério para serem estes gestores públicos e não outros, o Governo disse que eram estes gestores públicos, ou seja, os presidentes e administradores financeiros executivos à data dos contratos que ainda estivessem em funções de responsabilidade pública, aos quais — foi o que me foi comunicado pela então Secretária de Estado do Tesouro, na presença do Secretário de Estado dos Transportes — o Governo tinha decidido retirar a confiança política, portanto, aos gestores que tivessem efetivamente celebrado estes contratos, que o Governo entendia serem contratos inadequados.

Agora, porque é que os contratos são inadequados, isso, para mim, foi sempre um grande mistério! E foi sempre um grande mistério pela simples circunstância de que, como eu já disse, não tive oportunidade de ver, e efetivamente não me foram mostrados, os argumentos e as análises que o IGCP fez sobre esta matéria.

A única coisa que me foi entregue — documento que também deixarei à Comissão de Inquérito —, na reunião do dia 6, pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado foi este papel que tenho aqui, com duas linhas, que refere dois instrumentos celebrados pela Carris, dois *swaps*, como sendo aqueles que o Governo questionava. Isto diz nada, como os Srs. Deputados

terão oportunidade de ver, porque vou entregar cópia do papel à Comissão de Inquérito!

O papel identifica os *swaps*, identifica quando foram feitos os contratos, qual o seu nocional, qual a sua maturidade, qual o seu tipo e qual o seu *mark-to-market*. Foi apenas isto! Não conheço exatamente com detalhe o que é que foi, ou não, analisado, quais os fundamentos para classificar estes dois *swaps* como especulativos, tóxicos, enfim, aquelas coisas todas que foram ditas e que não faço a mais pequena ideia porque é que têm essa classificação; têm essa como poderiam ter outra qualquer...

Portanto, efetivamente, qual foi a razão não lhe sei dizer em concreto, porquanto permita-me que lhe lembre dois aspetos que me parecem importantes, Sr.<sup>a</sup> Deputada: em primeiro lugar, a gestão de uma equipa, qualquer que seja, avalia-se pela sua globalidade, não se avalia por um ato, mesmo que esse ato possa ter sido um ato menos adequado. Se é que foi, porque está por demonstrar que tenha sido!

Em segundo lugar, o mundo mudou, Sr.<sup>a</sup> Deputada, como sabemos! E mudou como, aliás, está muito evidente no *slide* que estou a mostrar aos Srs. Deputados.

Aliás, é bom lembrar que este *slide* vai até 2013, mas na altura em que os contratos são celebrados, em 2005, em 2006 e em 2007, só conhecemos o que está para trás, o que está do lado esquerdo, não conhecemos o que está para a frente.

E, portanto, obviamente, aquilo que foi o cataclismo que caiu sobre o sistema financeiro, sobre o mundo... Quer dizer, nós não podemos, de facto, à segunda-feira dizer que vivemos — e vivemos — a pior crise depois da guerra, a pior crise na sua profundidade e na sua extensão depois da guerra e isso servir para umas coisas e não servir para outras!... Nós vivemos, de facto, a pior crise! Ninguém conseguia imaginar que íamos

cair aqui onde caímos, ninguém conseguia!... Repito: ninguém conseguia! Não há nenhum relatório... É porque a questão é esta: existia algum relatório que minimamente indiciasse a possibilidade da ocorrência desta catástrofe no sistema financeiro, da falência da Lehman Brothers, da classificação como lixo das dívidas soberanas de Estados-membros fundadores do euro? Isso estava em algum cenário? Existia em alguma informação que o Conselho de Administração da Carris não tenha lido, em que tenha sido desatento, negligente, precipitado, aventureiro?

A probabilidade desta hecatombe que caiu sobre a economia e sobre o mundo e, em particular, a Europa, este arrastamento por seis anos — foram seis anos em que a Europa não teve capacidade para resolver os problemas do seu sistema monetário, da sua crise económica e social... —, isto constava de algum relatório que o Conselho de Administração da Carris tivesse ignorado, que não tivesse lido? Isto estava, efetivamente, em algum local?

Não estava, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Nós não tivemos efetivamente... Posso, aliás, partilhar que um dia, enfim, quando de repente isto cai na comunicação social, eu perguntei, na altura, ao meu diretor financeiro: «O que fizemos que não devíamos ter feito ou o que não fizemos que devíamos ter feito, que não consigo perceber o quê?».

A resposta que me foi dada pelo Dr. Sousa Bentes, que me acompanha, foi a mais adequada: «Ó Sr. Presidente, nós não fomos capazes de adivinhar o futuro. Nós não fomos capazes de adivinhar o mundo que efetivamente aí veio e depois a forma como ele permaneceu!».

Portanto, hoje estamos a ser avaliados por consequências de decisões que tomámos em 2005, em 2006 e em 2007, e em que não havia nenhuma previsão sobre a hecatombe nem sobre a sua duração. É, como eu disse já, o efeito conjugado de duas coisas: porque não é só a queda brutal



das taxas de juro, é também o período longuíssimo em que não se imaginava que isso fosse possível permanecer; é a circunstância de o BCE, também por razões e com mecanismos artificiais, ter intervindo e não ter permitido que as taxas de juro tivessem ajustamentos que em condições normais iriam ter. Portanto, o efeito é um efeito que resulta destas circunstâncias, as quais eram completamente imprevisíveis.

E, Sr.<sup>a</sup> Deputada, deixe-me terminar, dizendo que nunca tendo havido, como nunca houve, nenhuma abordagem à Carris ou à sua Administração, sobre este tema, rigorosamente nenhuma!, pese embora os 10 relatórios e contas apresentados, aprovados, auditados pelos auditores internos — conselho fiscal, ROC, auditor externo, pelas auditorias externas, nunca tendo havido rigorosamente nenhuma questão sobre este tema, perceber-se-á a minha surpresa e aquilo que me pareceria razoável ter sucedido e que seguramente teria sucedido se não se quisesse ter ido por este caminho de politizar o tema, teria sido discutir com a empresa: «Como vamos resolver alguns destes contratos? Vamos identificar quais são e como vamos resolvê-los. O Governo tem uma estratégia e a empresa que foi quem negociou os contratos com o apoio do IGCP, entidade naturalmente que o Governo entende ser a melhor qualificada, com as competências adequadas para tratar deste tema com, ou não, o apoio das outras entidades do Estado (a DGTF, a IGF), vamos, naturalmente de acordo com uma estratégia que o Governo deveria ter comunicado às empresas, negociar com os bancos e tentar efetivamente resolver alguns destes...»

Mas não foi isso que foi feito!

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para continuar.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Doutor, voltaremos à resolução do Conselho de Ministros que exonerou os gestores públicos e voltaremos a esse dia 6 de junho para tentarmos perceber.

Mas, antes de percebermos essa resolução do Conselho de Ministros, vale a pena que o Sr. Doutor nos explique, afinal de contas, quando é que o atual Governo teve conhecimento dos quatro contratos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — O atual Governo tem conhecimento dos quatro contratos desde que é Governo. E porquê? Bem, porque não só já na vigência deste Governo é aprovado o relatório e contas de 2011, na assembleia geral de 2012, como é depois aprovado o relatório e contas de 2012, na assembleia geral de 2013, como a partir de meados de 2011, com efeitos a 2009..., porque o *template* que é criado pela DGTF para que as empresas identifiquem cada um dos *swaps* que têm em carteira é apresentado às empresas em meados de 2011, na sequência de um despacho, como tive oportunidade de referir, do então Secretário de Estado.

Esse reporte, que deixarei aqui, na Comissão, é trimestralmente efetuado desde meados de 2011 e esse reporte, Sr.<sup>a</sup> Deputada e Srs. Deputados, não é sintético e superficial, mas é muito extenso e identifica a entidade contratante de cada *swap*, o tipo de *swap*, a cobertura, o nocional, a data do contrato, a maturidade, se tem ou não tem barreiras, a taxa de juro a receber e a taxa de juro a pagar, o *marke-to-market* em finais de 2009, em finais de 2010, em finais de março de 2011, em junho de 2011, e por aí fora, a partir daqui, sempre trimestralmente... Identifica mais do que isso: identifica efetivamente a volatilidade de cada um destes produtos, o efeito da variação de mais ou menos 1% na taxa de juro sobre cada um desses

produtos e o saldo dos recebimentos e dos pagamentos de cada um desses produtos...

Portanto, eu diria... Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada e Srs. Deputados, está aqui tudo, mas se falta alguma coisa é pela simples circunstância de que a DGTF e o Governo não entenderam pertinente pedir, porque se tivessem pedido (eu acho que não falta nada, porque está aqui tudo), mas, se tivessem pedido, naturalmente que teria sido fornecido, pela simples circunstância de que há uma característica que a Carris tem (em particular a sua equipa de gestão, ao longo dos anos em que eu próprio presidi a essa equipa de gestão, com o apoio da sua equipa de alta direção e da grande maioria dos seus quadros): é que a Carris é uma empresa que tem valores, é uma empresa que se move por critérios de transparência, de rigor, de objetividade, de grande responsabilidade e de sentido de que efetivamente está ao serviço do interesse público! Por isso, a Carris pauta-se por critérios que são aqueles que pelos quais se deve pautar qualquer entidade que está ao serviço do interesse público.

Portanto, esse reporte... No final entregarei ao Sr. Presidente toda a informação que trago para mostrar, para deixar aos Srs. Deputados e com a expectativa que tenho e que sei que é também o objetivo da Comissão de Inquérito que é com objetividade e com rigor apurar, de facto, aquilo que foi feito, porque é que foi feito, com que intenção, com que pressupostos, com que informação, e depois avaliar os resultados em função do contexto. Ou seja: o que aconteceu e o que tem acontecido é que descontextualizadamente se tem estado a avaliar decisões que foram tomadas num mundo completamente diferente!

E este gráfico que o *slide* sobre a «Evolução da taxa Euribor a 6 meses» contém — e sei que outros depoentes que me antecederam na Comissão de Inquérito também apresentaram gráficos parecidos — mostra

do que estamos a falar e, como eu há pouco dizia, só se conhecia na altura o lado esquerdo do gráfico; hoje temos tudo, mas na altura não tínhamos, e quando olhamos – e não é preciso ser especialista em Finanças ou em Economia para percebermos – vemos que há aqui um dado que nunca tinha ocorrido e que foi esta queda brutal seguida de um longuíssimo período de seis anos em que não acontece nada a não ser uma longa recessão na Europa. Não estamos a falar, sequer, de Portugal!...

Portanto, o mundo, de facto, mudou completamente e se olharmos com mais detalhe para este gráfico que agora estou a mostrar, vê-se o que aconteceu à Euribor a seis meses, ao longo deste período, em que nunca, mas nunca tinha havido Euribor ao nível daquela que temos há vários anos. Se olharmos a seguir para uma das barreiras de um dos produtos da Carris considerados problemáticos, segundo a informação, na altura, da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro, a taxa a 10 anos — e estamos a falar de taxa do euro, taxa de juro do euro... Os produtos da Carris só estão referenciados em euros, não têm câmbio, não têm índices proprietários, não têm o que quer que seja, só têm taxas de juro do euro e a dívida da Carris era, obviamente, uma dívida expressa em euros, como sabem, e continua a ser.

Portanto, a taxa a 10 anos atingiu, como veem, níveis que nunca tinham acontecido historicamente. Eram inimagináveis, não constavam de nenhum relatório nem de nenhuma previsão. Hoje é fácil, porque já aconteceu!... Estamos, pois, a avaliar o que aconteceu. E hoje, face ao que aconteceu, aprendemos todos uma coisa que não sabíamos há 10 anos: é que aquilo que nos parecia impossível, efetivamente, às vezes torna-se possível.

Quando olhamos para o *slide* seguinte («Spread a 10 anos – 2 anos) e para uma outra barreira, que é a da diferença entre a taxa de juro a 2 e a

10 anos, também verificamos que aquilo que aconteceu e que é o normal que aconteça é que as taxas de juro... Aliás, esta é a barreira onde temos um dos produtos considerados «inadequados» conforme a informação do Governo, mas que nunca foi atingida. Ou seja: no caso desse derivado, só haveria lugar a *spread* se a taxa a 10 anos se tornasse inferior à taxa a 2 anos, o que aconteceu uma única vez, como veem ali, pontualmente, e não afetou este produto, porque esta barreira só entrava em funcionamento mais tarde. Portanto, embora me tenha sido dito que esse é um produto problemático, não consigo perceber a razão, porque estamos a pagar 2,95% de taxa de juro e sem nenhum *spread* num produto cuja maturidade é de 2016 e em que não há o mais pequeno indício de que possa, até ao final da sua maturidade, existir algum *spread*.

Termino informando os Srs. Deputados — não sei se sabem, alguns saberão, outros, eventualmente não — de que hoje a Carris, quando se financia (e «hoje» significa no último ano e meio, dois anos), fá-lo a taxas de juro muito superiores a qualquer destas que está a ser paga, com uma única exceção nos quatro produtos que, como saberão. Hoje a Carris financia-se a taxas de 6,5%, de 7% e de 8%... Portanto, é bom termos a noção relativa do que estamos a falar.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Mas o Sr. Doutor diz aqui que partilhou sempre a informação com o atual Governo. Significa que trimestralmente dava a informação detalhada que, de resto, deixará nesta Comissão. Foi aqui dito que havia um desconhecimento total da situação ao longo dos tempos.

A minha pergunta é perceber se alguma vez o Governo chamou a sua empresa, na sua qualidade de Presidente, para definirem uma estratégia sobre a situação, porque aquilo que me está a dizer é que não se pode alegar hoje, em 2013, um profundo desconhecimento, durante dois anos, da situação sobre a contratação de quatro instrumentos de gestão de risco financeiro.

Por isso, que estratégia foi definida consigo e com o Governo, com o atual Governo, para, desde meados... O Sr. Doutor diz que, em particular desde meados de junho de 2011 (se puder precisar o que são estes meados de junho de 2011), o Governo dispunha de toda a informação. Ao longo destes dois anos, trimestralmente, era dada informação detalhada e, em particular, dos quatro instrumentos de gestão financeira.

No final destes dois anos o Governo diz que quer renegociar estes contratos. Pergunto: que estratégia foi definida entre o Governo e o Presidente da Carris à época — o Sr. Doutor — para que se encontrasse a melhor solução para estes contratos?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sobre a data, o primeiro reporte foi feito no dia 11 de julho de 2011. Repito: 11 de julho de 2011, com efeitos a 2009, portanto, com informações retroagindo a 2009 e trimestralmente, religiosamente, a Carris cumpriu, como é sua obrigação, com este reporte, o qual ia para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Se a Direção-Geral do Tesouro e Finanças dava ou não conhecimento à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro, essa já é uma questão que, como perceberão, é completamente alheia à Carris. Parto do princípio — e também já fui Diretor-Geral — de que qualquer diretor-geral (muito

mais até do que qualquer presidente) tem reuniões regulares com o Governo, em que reporta ao Governo aquilo que são os temas relevantes. E este era indiscutivelmente um tema relevante. Portanto, não me passa pela cabeça (mas isso com certeza que os responsáveis pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a tutela política da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, à época, poderão esclarecer) que estes elementos ficassem perdidos e esquecidos na Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Portanto, sobre reporte, estamos falados!

Mas há mais, Sr.<sup>a</sup> Deputada: é que há dois relatórios e contas já aprovados na vigência deste Governo! E os relatórios e contas, como saberão, são aprovados com despacho conjunto dos Secretários de Estado que tutelam a empresa, os dois Secretários de Estado que tutelam a empresa — a tutela financeira e a tutela técnica.

Portanto, o relatório de 2011 é aprovado na Assembleia Geral de 2012. Aliás, deixarei também aqui, na Comissão de Inquérito, as atas das Assembleias Gerais da Carris, desde 2013 até ao presente, onde verão que, em nenhum momento, ao longo destes 10 anos, houve qualquer questão suscitada pelo acionista.

Mas, como tive oportunidade de dizer, nem vale a pena ir até 10 anos atrás, basta irmos à Assembleia Geral de 26 de março deste ano. Está tudo no relatório e contas, como sabem: o *mark-to-market* do valor negativo dos quatro derivados da Carris, aquilo que foram os fluxos financeiros positivos e negativos de cada um desses produtos e as suas características, já está tudo nesse relatório. E esse relatório é aprovado por um despacho conjunto. E não só foi aprovado como a gestão foi elogiada, como tive oportunidade de dizer.

Penso que, com isto, respondi à primeira questão.

A segunda questão, sobre se alguma vez fui chamado, na qualidade de presidente da empresa, para discutir o tema com o Governo e acertar uma estratégia para a negociação com os bancos, sobretudo naqueles casos dos produtos que o Governo considerava produtos de maior risco (no caso da Carris, os dois produtos referenciados, que acabei de mostrar aos Srs. Deputados), a resposta é que não, nunca fui abordado, em nenhum momento e em nenhuma circunstância, pelo Governo — nunca! Como referi, nunca fui questionado, nem perguntado, nem comentado, nem sugerido, nunca!

Tudo aquilo que se passou passou-se na base de uma estratégia de grande secretismo, para o que, enfim, teria havido eventualmente razões. Srs. Deputados, quando os jornais e a comunicação social começam a falar dos *swaps*, confesso que, como imaginam e pelas razões que também aqui referi, fiquei perplexo, sobretudo quando li e ouvi que a Carris tinha *swaps* tóxicos, especulativos, enfim, com as mais variadas classificações... Também descobrimos, agora, que o País está pejado de «especialistas» em produtos derivados e, em particular, em *swaps*, ou seja, toda a gente fala de *swaps* com a mesma ligeireza com que se fala do jantar de ontem à noite!...

Portanto, fiquei admirado. E manifestei junto da minha tutela, junto do Gabinete do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que desejava fazer uma declaração pública sobre isso, para dizer que não percebia o porquê da especulação. Para dizer o seguinte: mas se os nossos *swaps* se limitam, todos eles, a cobrir empréstimos, com a mesma maturidade, e são todos, apenas e só, referidos a variações das taxas de juro do euro, onde é que está a toxicidade, onde é que está a especulação, onde é que estão todas essas coisas fantásticas, que, de repente, toda a gente descobriu, com as mais extraordinárias classificações?!



E aquilo que me foi dito pelo Gabinete foi que não deveria pronunciar-me sobre o tema, porque a questão não era uma questão da Carris, mas uma questão que envolvia várias empresas, um conjunto alargado de bancos e que a tomada de posição da Carris poderia prejudicar a estratégia de negociação do Governo com o sistema financeiro.

Portanto, eu fiz aquilo que me competia fazer perante esta orientação, que foi cumpri-la, como, aliás, sempre aconteceu na Carris; o que fiz foi cumprir a orientação que recebi. Assim, não fiz, como sabem, qualquer declaração pública sobre o tema, a não ser no dia 7 de junho (e foi a única que fiz), depois de ter sido demitido.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Pegando na sua referência à Assembleia Geral realizada no dia 26 de março, acho que é estranho, volta a ser estranho, porque há peças do *puzzle* que não jogam, não ligam — e perdoe-me esta expressão!

O relatório do IGCP é de janeiro de 2013; esta Assembleia Geral realiza-se a 26 de março de 2013; o Sr. Doutor é exonerado, em resolução de Conselho de Ministros, a 6 de junho de 2013, aparentemente (numa conversa que também já iremos tentar perceber) com base no relatório do IGCP que o Sr. Doutor desconhece. Ora, estas datas... É que se já se conhece, em janeiro de 2013, a situação dos quatro instrumentos de gestão financeira que levam à sua exoneração em junho e, pelo meio, há março, com uma Assembleia Geral que até elogia o seu trabalho... Isto não se explica, Sr. Doutor, não é possível explicar como é que nada acontece e, de repente, de um dia para o outro...

Aliás, note-se que, se eu não estiver enganada, entre 26 de março e 6 de junho, há a hipótese de o Sr. Doutor acumular (aliás, há pouco, referiu as datas) Metropolitano de Lisboa com Carris...

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Não...

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Não, desde agosto do ano passado, eu já estava com a Carris e com o Metro. O que há é a hipótese de eu ser também presidente da Transtejo/Soflusa. Mas isso não é uma hipótese, é um anúncio que é feito na Assembleia da República pelo Sr. Secretário de Estado dos Transportes...!

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Era a esse anúncio que eu estava a referir-me.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Volto à pergunta para percebermos — e talvez esta seja a hipótese que o Sr. Doutor também tem para nos explicar a nós, que não somos especialistas de *swaps* — a informação constante da folha A4 que aqui apresentou, para percebermos de que complexidade estamos a falar relativamente a estes contratos.

Mas o relevante para nós, nesta Comissão, é que a 26 de março, quando se lhe faz um elogio, já se sabia a situação da Carris, reportada trimestralmente ao Governo, e já se sabia dos instrumentos e da complexidade dos instrumentos, tudo relatado no relatório do IGCP.

O que é que aconteceu entre 26 de março e 6 de junho?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, como lhe disse, ninguém melhor do que o Governo para explicar essas contradições. É porque, do meu ponto de vista, isso não é facilmente perceptível por ninguém, a não ser — e essa é a minha interpretação — que seja por ter mudado a lógica de tratamento do tema: o tema deixou de ser um tema para ser tratado, apenas e só, no plano técnico, para passar a ser um tema da discussão política!

Portanto, no momento em que o Governo entende que este tema deve ser tratado na base da discussão política (enfim, naquilo que é o conflito normal e interpartidário), a lógica muda e passamos a estar noutra lógica. E aí era preciso existirem alguns responsáveis, era preciso... Aliás, na reunião em que me é perguntado se me quero demitir e em que eu digo que não — é porque só se demite quem reconhece ter cometido ilegalidades ou irregularidades, ou ter dito mentiras, ou não ter cumprido orientações, e, não sendo o caso, obviamente não havia qualquer razão para que eu me demitisse, mas o Governo, que me nomeou, com toda a legitimidade demitiu-me...! —, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro disse-me que a retirada de confiança política e a consequente demissão não representavam um julgamento do Governo, eram apenas porque o Governo entendia que os gestores não deveriam ter qualquer constrangimento quando se apresentassem na Comissão de Inquérito para poderem depor, isto é, não deveriam ter qualquer constrangimento pela circunstância de ainda terem funções públicas.

Foi isso que me foi dito..., para além, naturalmente, volto a dizê-lo, de, com base nesta informação, ter sido considerado que estes produtos eram inadequados.

Mas, Srs. Deputados, como já tive oportunidade de dizer, desses dois produtos, um deles tornou-se um produto que tem um impacto financeiro significativo na própria empresa, mas o outro de todo. Aquele que tinha como barreira a taxa de juro do euro a 10 anos não vir abaixo de 2,75, esse obviamente criou problemas pela simples circunstância de que a taxa não só caiu abaixo dos 2,75 (bastante abaixo, como sabem) como se tem mantido por um período muito longo abaixo dos 2,75.

Srs. Deputados, esta questão era absolutamente imprevisível. Está aqui neste *slide* aquilo que eram as *forwards* quando contratámos este produto que estou a referir (elas estão a azul) e, depois, está a dura realidade (ela está a vermelho) — na Euribor a 3 meses e a 6 meses, na taxa a 2 anos e a 10 anos. E verifica-se aqui perfeitamente este *gap* gigantesco — e não reportando a questão, que referi, de intensidade. Mas não apenas a questão de intensidade, porque, depois, há uma segunda questão que foi muito perversa para a situação económica e financeira de toda a Europa, que foi o período longuíssimo em que esta situação se mantém.

Portanto, esta questão fez com que este produto, que tinha a barreira da taxa a 10 anos, passasse a ser um produto que obviamente penaliza a empresa porque paga uma taxa de juro muitíssimo elevada.

O outro, que é um produto também indicado como um produto de risco, enfim, negativo nesta classificação, é aquele que tem como barreira e que, portanto, só haveria lugar a *spread* se a diferença entre a taxa de juro a 2 e a 10 anos fosse efetivamente uma diferença ao contrário daquilo que historicamente sempre aconteceu e que é o racional do funcionamento da economia, que é taxas a 10 anos mais altas do que as taxas a 2 anos. Nunca

aconteceu e, porque nunca aconteceu, aqui não há qualquer *spread* e aqui a Carris paga até à maturidade desse produto, 2,95 de taxa de juro e rigorosamente mais nada (paga 2,95 e recebe Euribor).

Naturalmente que, se as taxas de juro Euribor, como é expectável e como é desejável, porque é sinal de que a Europa começa finalmente a recuperar (e os sinais ténues que temos da economia europeia e, em particular, na zona euro permitem-nos não direi ter otimismo mas pensar que o segundo semestre de 2013, ou 2014, em termos europeus, poderá ser melhor do que os anos anteriores), voltarem a subir, isso significará que todo este quadro em que hoje estamos se alterará.

Mas gostava de dizer aos Srs. Deputados que estes dois produtos, aqui identificados, em conjunto, representam, em termos de cobertura de dívida da Carris, um dívida de 107,5 milhões de euros, num total de dívida da Carris que é de 776,8 milhões de euros. Ou seja, estes dois produtos representam 14% da dívida total da Carris.

Mas, destes dois, acabei de dizer aos Srs. Deputados que um deles tem uma taxa de 2,95 e não há qualquer indicação de que essa taxa possa alterar-se e possa subir.

Isto significa que onde há verdadeiro risco de exposição a uma taxa de juro muito alta é num produto que cobre uma dívida que hoje é de 45 milhões de euros, isto é, 6% da dívida total da Carris. Estamos a falar de 6% da dívida total da Carris!

Noutros depoimentos, ouvi dizer que estes produtos punham em causa a sustentabilidade financeira da empresa. Bom seria para a Carris, Srs. Deputados, se as questões da sua sustentabilidade financeira fossem apenas estas...! Estes produtos representam uma gota de água naquilo que é a dimensão e a complexidade da dívida histórica da empresa. Portanto, não vale a pena dizermos coisas que não têm qualquer correspondência

com números. Quer dizer, nós podemos dizer o que quisermos, inclusive, asneiras; agora, não podemos é, quando estamos a tratar de números, não olhar para eles. E este é um tema para ser tratado com números!!

Não tenho qualquer dúvida de que todos teríamos ganho, e a Carris também, se tivéssemos tratado este tema com toda a objetividade e alguma tranquilidade, fazendo, aliás, aquilo que o próprio Tribunal de Contas recomenda que seja feito, na última auditoria que fez à Carris. E, pessoalmente, deu-me uma enorme satisfação esse relatório de auditoria ter sido publicado em junho de 2013, já em plena discussão dos *swaps*, e onde não é levantada qualquer questão ao comportamento do Conselho de Administração dos órgãos de gestão da Carris.

Aliás, deixe-me terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, dando-lhe a informação de que o *mark-to-market* dos quatro derivados da Carris, entre dezembro de 2012 e agosto de 2013, recuperou 42,7 milhões, isto é, recuperou 40%. O *mark-to-market* em agosto era 40% menos negativo — digamos assim, para ser claro — do que era a 31 de dezembro, ou seja, passou de -114% para -76%.

Portanto, isto também dá a noção de que efetivamente estamos num quadro em que há uma instabilidade que nos suscita ainda muitas incógnitas.

Porque é que se deu esta alteração no *mark-to-market*, melhorando-o? Porque, por exemplo, a Euribor a 6 meses, em dezembro de 2012, era de 0,19% e a Euribor a 6 meses, a 31 de agosto, é de 0,35%. Houve, como veem, uma subida mínima: a taxa a 2 anos passa de 0,38% para 0,64% e a taxa a 10 anos passa de 1,58% para 2,19%, isto é, continuamos com valores perfeitamente anormais, como os Srs. Deputados seguramente reconhecerão. As mudanças são mínimas, mas bastaram estas mudanças para que o *mark-to-market* recuperasse 40%, como acabei de vos dizer.

Portanto, estamos numa situação em que me parece que tudo isto deve ser olhado com uma grande prudência, com uma grande agitação, e naturalmente — como o Tribunal de Contas diz, e bem, porque é o que deve ser feito —, procurando o apoio do Governo. Isto porque, obviamente, não é igual para as empresas negociarem sozinhas com os bancos ou negociarem tendo o apoio do Governo e, em particular, do IGCP, que tem *expertise* e competências — como, aliás, hoje é dito — que as empresas não terão, como é normal, porque a *expertise* das empresas é outra.

Portanto, penso que isso teria permitido, efetivamente, um processo de negociação que não ocorreu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Doutor, deixe-me só recordar que o Governo considera que estes são os *swaps* mais especulativos de todos. Talvez fosse bom um comentário seu a esta afirmação.

Por outro lado, gostaria de saber se alguma vez as entidades financeiras contactaram com a Carris para renegociar estes contratos e se estes contratos dispunham de cláusulas de vencimento antecipado.

Mas o que é extraordinário nesta sua última resposta, que eu gostava de sublinhar — e gostava, aliás, que me confirmasse para percebermos se esta Comissão ouviu bem —, é o seguinte: o Sr. Doutor diz que foram demitidos os gestores públicos para «estarem à vontade nesta Comissão de Inquérito».

Ora, devo confessar que fiquei perplexa ao ouvir isto e queria perceber se na reunião que teve, que aqui foi relatada, com a então Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro, hoje Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das

Finanças — que dispunha de toda esta informação ao longo dos últimos dois anos —, lhe foi colocada a questão da demissão — e, já agora, para terminar esta minha primeira ronda, gostaria de saber em que termos — e como soube da demissão.

Gostaria de saber ainda se me confirma que lhe foi colocada a questão da demissão dos gestores públicos, e portanto a sua, com a necessidade de se sentirem «à vontade e livres para responderem nesta Comissão de Inquérito».

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a razão substantiva é o que me foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado na primeira reunião. É este papelucho que aqui tenho na mão, que não pode ter outra classificação, porque, enfim, não diz nada.

Pergunta-me porque é que os *swaps* são especulativos. Isso não sei, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Não li. Nunca ninguém me disse porque é que são especulativos, por isso não sei porque é que são especulativos.

Eu até já disse: como é que podem ser especulativos? Pois se os *swaps* se limitam, todos eles, a cobrir dívida de igual montante, em igual maturidade, expressa exatamente da mesma forma que a própria dívida, em euros, e as únicas barreiras são variações das taxas de juro do euro... Bem, não sei porque é que são especulativos!... Até pode ser que haja uma razão muito fundamentada, mas ignoro qual seja, porque nunca me foi dito. Como disse, nunca me foi mostrado o relatório, por isso não sei porque é que os *swaps* são especulativos!

Aliás, não consigo ver onde é que está a especulação nem acho que exista nenhuma especulação! Nem a gestão da Carris em nenhum momento



iria envolver-se em atos especulativos! Como eu disse, a empresa move-se por uma gestão que tem valores. Isso não teve apenas que ver com os meus 10 anos de gestão; isso tem ver com a história, com o «ADN» da própria Carris. Não se conhece, felizmente, nos 141 anos da Carris, nenhum ato em que a Carris tenha sido posta em causa relativamente à transparência da sua gestão, dos seus administradores, dos seus diretores, dos seus quadros. Felizmente, isso é, como eu digo, um ativo da empresa e não tem nada a ver com o período em que fui presidente.

Respondendo à pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada, claro que quando fui chamado da segunda vez, para me ser dito que o Governo me retirara a confiança política e que, enfim, entendia que não havia condições para que eu permanecesse no cargo e me foi perguntado se eu me queria demitir..., a resposta já sabem qual foi, porque foi pública...

Segundo, quando nessa mesma reunião me foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado que efetivamente a demissão não era uma avaliação — até porque a avaliação estava a ser feita —, não havia avaliação concluída, mas havia este argumento: «Os senhores celebraram contratos que nós achamos inadequados e não têm condições para continuar». Como me foi dito pela Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, esta foi uma decisão tomada pelo Governo, tendo sido decidido que não tinha condições para manter os gestores que celebraram estes contratos — presidentes e administradores executivos. Podiam ser todos, porque os contratos, como os Srs. Deputados sabem, estes e os outros todos, são celebrados pelos conselhos de administração, que são solidariamente responsáveis pelos atos praticados pela empresa. Portanto, o Governo poderia ter ido por outro caminho, como o de identificar todos aqueles que... Bem, nessa altura não teriam sido demitidos três, como fomos, teriam sido sete ou oito..., não faço ideia, não sei quantos. Portanto, foi um critério como outro qualquer.

Foi-me dito também: «Isto não representa um juízo precipitado. Com isto pretende-se também que os gestores se apresentem na Comissão de Inquérito sem quaisquer constrangimentos, para poderem depor e dizer aquilo que entendem que devem depor e dizer». Isto é indiscutivelmente verdade!

Mas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, para além daquilo que referiu, da informação trimestral desde 2011, há outro dado muito relevante que já referi. É que eu fui nomeado para presidente da Carris e do Metro em agosto de 2012. Portanto, quando o Governo escolheu o Conselho de Administração para gerir a Carris e o Metro e preparar a fusão operacional das empresas e o seu processo de concessão e quando me foi dirigido o convite para presidir a esse Conselho de Administração, estava tudo em cima da mesa. Não havia nada de novo, rigorosamente, nada de novo! Entre agosto de 2012 e junho de 2013 não há nada de novo!

Agora, a Sr.<sup>a</sup> Deputada levantou a questão: «Estes produtos tinham algum risco?». Bom, qualquer decisão de gestão tem risco, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Não há gestão sem risco! Mas a gestão, obviamente, é uma gestão profissional, uma gestão competente. A Carris não é, obviamente, uma empresa, permitam-me o termo, «de vão de escada»!... É uma empresa organizada, uma empresa estruturada; é uma empresa com um quadro técnico muito competente, sabedor, conhecedor; é uma empresa que estuda, que analisa as questões. Portanto, obviamente, as decisões são tomadas com base em informações estudadas.

Isto não foi, propriamente — como alguns quiseram dizer e fazer passar —, uma ida a uma cartomante: «Olhe, veja lá se a Euribor, em 2014, não sei o quê...» Não, não foi um exercício de cartomancia! Isto não foi um exercício de lançamento de dados! Isto não foi um exercício de maquilhagem de contas! A Carris não precisava e nunca o faria em

nenhuma circunstância — nunca o fez e nunca o faria —, mas a Carris não precisava de maquilhar contas para nada!

A Carris tem uma evolução notável! Enfim, permitam-me a imodéstia, que não é minha, é de nós todos, é de uma enorme equipa que efetivamente trabalhou afincadamente e continua a trabalhar para que isso continue a verificar-se... A Carris, como referi, melhorou o seu resultado operacional praticamente em 100 milhões de euros entre 2003 e 2013. E os gestores são avaliados — como os Srs. Deputados sabem, e só podia ser assim, fundamentalmente com base nos resultados operacionais; não é em resultados líquidos, porque os resultados líquidos estão dependentes de variáveis, como sabem, sobre as quais os gestores de todo em todo não têm qualquer controlo. Estou a falar do resultado financeiro, portanto, o que é relevante para a avaliação da qualidade da gestão e essa é referida nos dois relatórios do Tribunal de Contas em termos elogiosos — não sou eu que o digo —, relevante para avaliar a qualidade da gestão é aquilo que é o resultado e o desempenho operacional da empresa. Portanto, a empresa em nenhuma circunstância iria — volto a insistir, para já por princípio e depois porque não precisava — fazer qualquer exercício para melhorar artificialmente as contas.

Agora, temos a questão do risco. Mas o risco existia sempre, claro. O que não era imaginável era esta hecatombe. O risco era mais pequeno, Srs. Deputados, do que o risco que existe quando vamos ao aeroporto da Portela e tomamos um avião da TAP para ir para qualquer lado. Existe o risco de cair o avião, mas nós não o relevamos, porque ele é tão pequeno, tão pequeno que não o relevamos. Então, amanhã, se o avião cair, vamos dizer que fomos aventureiros, irresponsáveis, audaciosos? Não! De todo! Houve foi um imprevisto.

Ora, aqui foi exatamente a mesma coisa! Diga-se o que se disser, o

mundo caiu a pique!! O mundo atingiu patamares inimagináveis! Portanto, obviamente, infelizmente, isso teve consequências que não são só nos *swaps*, são em tudo: nos milhões e empresas que foram destruídas por essa Europa fora, nos milhões de empregos que foram destruídos, na perda de riqueza em todo o mundo!... Isso teve um impacto terrível, efetivamente. Portanto, os *swaps* foram apanhados no meio desse cataclismo.

O Sr. Presidente: — Vamos passar ao CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues. É um prazer tê-lo aqui.

Começo por dizer-lhe, Sr. Doutor, que nós, que já ouvimos um conjunto de reguladores, ainda ontem confirmámos que estamos perante matéria não regulada, ou seja, nem do Banco de Portugal, em relação ao comportamento dos bancos, nem da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, nem tampouco da parte da tutela.

Na voz do Sr. Ministro Teixeira dos Santos, que assumiu aqui que não queria ter uma espécie de *Big Brother* nas empresas, houve portanto o reconhecimento de que havia desconhecimento sobre a vida das empresas. E todos nos foram dizendo: «- Bom, estamos a falar de administradores altamente qualificados»... E V. Ex.<sup>a</sup> é um dos administradores de empresas públicas altamente qualificados. Portanto, é sobre a gestão e sobre os administradores das empresas públicas que deve estar (e vou citar o Presidente do Tribunal de Contas) uma «gestão prudencial, uma gestão cuidada», porque, independentemente de o mundo tombar, independentemente de «apanharmos» o avião para qualquer que seja o destino, a verdade é que os contribuintes portugueses têm, segundo um

conjunto de entidades, que pagar algo que era suposto ser evitado, se houvesse a tal «gestão prudencial, uma gestão cuidada».

Inclusivamente, o Governo anterior, através de Carlos Costa Pina e Teixeira dos Santos, diz: «Nós desconhecíamos totalmente a situação!» V. Ex.<sup>a</sup> vem aqui dizer que afinal era tudo claro e era tudo sabido, mas o próprio Ministro Teixeira dos Santos diz que não conhecia a situação. É o próprio Diretor-Geral do Tesouro e Finanças que diz que não havia informação detalhada.

Em 2006, há o primeiro relatório sobre o Sector Empresarial do Estado. Com a Resolução n.º 49/2007, na altura em que se cria o GASEPC (Gabinete de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado, Parcerias e Concessões) é que se faz uma recomendação de bom governo societário das empresas. Em 2008, diz o Sr. Prof. Teixeira dos Santos, havia a obrigação das empresas de reporte trimestral sobre a situação financeira.

V. Ex.<sup>a</sup> disse que vai deixar os relatórios trimestrais de 2009 a 2011. Pergunto: porque é que não o fez em 2008, tal como indicava a Resolução? Isto porque nos foi aqui dito, repito, pelo Sr. Ministro Teixeira dos Santos que, nos termos da Resolução n.º 49/2007, deveria haver a divulgação trimestral sobre a situação financeira das empresas.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, a sua pergunta levanta várias questões a que procurarei responder.

Quanto à gestão prudencial, não temos qualquer dúvida que fizemos uma gestão prudencial e que tomámos decisões com base nas informações de que dispúnhamos, históricas e previsionais. Portanto, tivemos as cautelas todas que efetivamente era suposto termos, de acordo com aquilo

que era o que estava... Olhando para trás, para o que aconteceu no passado, alguma vez tivemos estas situações? Nunca. O que está previsto? Está previsto qualquer sinal? Nada! Portanto, prudenciais...!?

Mas mais do que isso, Sr. Deputado: o Tribunal de Contas faz duas auditorias à Carris, uma em 2008, publicada em 2009 (que também vou deixar com a Comissão), e outra agora, como eu disse — felizmente que foi agora em plena discussão do tema —, em 2013, que tem, obviamente, uma análise sobre 2009, 2010, 2011 e nalguns aspetos sobre 2012, uma vez que a auditoria é feita no final do ano de 2012. E em qualquer desses relatórios, que vou deixar aos Srs. Deputados, não está dito em parte nenhuma pelo Tribunal de Contas que a gestão da Carris não tenha sido prudente! Isso não existe, não está escrito!! Não está escrita a mais pequena alusão a essa situação.

Tive oportunidade de ler sinteticamente o relatório — os Srs. Deputados seguramente já leram, mas irei deixá-lo —, que refere muitos aspetos sobre *swaps*, mas, sintetizando, das muitas coisas que estão escritas, o que está escrito pelo Tribunal de Contas é: «Estes instrumentos de cobertura de risco, devido à evolução descendente das taxas de juro nos últimos anos, relevaram-se para a empresa um encargo adicional de montante assinalável». Diz-se: «... devido à evolução descendente das taxas de juro»!... Não está escrito em parte nenhuma isto: «estes instrumentos e mais a imprudência da gestão da Carris» ou «a falta de atenção dos gestores da Carris»!! Isso não está em parte nenhuma do relatório!!

Os Srs. Deputados sabem bem, como eu também, sei porque várias vezes fui auditado pelo Tribunal de Contas, que o Tribunal de Contas quando tem coisas para dizer, diz, não hesita. Portanto, se o Tribunal de Contas tivesse feito a avaliação (constante do seu relatório de 2012,

publicado em 2013, e do anterior relatório de 2008, como eu disse, publicado em 2009, onde, obviamente, já olha para a o tema dos *swaps*) e tivesse encontrado alguma razão para questionar os objetivos da gestão, a atitude dos gestores, seguramente, tê-lo-ia feito, mas não fez!! Isto por um lado.

O segundo aspeto, Sr. Deputado Hélder Amaral e demais Srs. Deputados, é o de que a informação é conhecida por uma simples circunstância, tal como eu já disse: é que o primeiro *swap* é celebrado em 2005 e o relatório e contas de 2005 refere esse *swap* e as suas características e é aprovado, em 2006, na assembleia-geral. E sempre assim aconteceu, ano após anos, até à assembleia-geral deste ano. Mas a própria IGF, em 2008, como os Srs. Deputados sabem, faz uma auditoria a este tema específico da carteira de dívida da Carris e da gestão da dívida da Carris (vou deixar-vos o relatório que tem a ver com a Carris) e a IGF diz, e é importante termos isso presente...

O Sr. Presidente: — Só um momento, Sr. Doutor. Peço aos Srs. Deputados que ajudem a criar condições para que o interlocutor produza o efeito útil da sua declaração, que é o de ser ouvida.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues:— O relatório da auditoria da IGF, em 2008, onde os quatro derivados da Carris são todos analisados — porque obviamente estavam já em carteira, não foram contratados novos produtos — diz: «Tendo por referência os objetivos de, efetivamente, analisar a área do passivo oneroso da Carris, fez-se um levantamento, leitura e análise de documentação relevante sobre a matéria em análise, designadamente a informação técnica sobre *swaps* e as normas internacionais de contabilidade relacionadas» — estou a ler o relatório da

IGF. E diz mais à frente: «Foi procedido a uma recolha e análise da documentação relacionada com o processo de negociação, de execução e controlo dos financiamentos selecionados, designadamente os estudos prévios, as informações técnicas, os contratos, as garantias e as despesas incorridas na contratação, e ainda apreciado o sistema de controlo interno e as políticas contabilísticas na área dos financiamentos, identificadas as políticas de exposição ao risco, análise da carteira de instrumentos financeiros derivados e contabilização das operações. Procedeu-se, pois, no âmbito do exercício do contraditório formal, ao envio à Carris deste relatório para efeitos de contraditório (...)».

Portanto, a IGF diz exatamente aquilo que foi fazer e foi fazer isto tudo. Depois a IGF aprecia efetivamente aquilo que foi decidido e diz (o relatório é extenso e, portanto, vou só fazer três ou quatro referências que penso que são importantes): «A totalidade dos financiamentos da Carris à data de 31 de dezembro de 2007 vencia juros — todos os derivados estavam contratados nesta data, não há derivados novos pós-31 de dezembro de 2007 — à taxa variável Euribor. Assim, numa situação de potencial risco face ao contexto de subida das taxas de juro.»

Mais adiante o relatório diz ainda o seguinte: «Refira-se que o recurso aos *swaps*, cujo objetivo visou diminuir o risco da taxa de juro a que estava sujeita a dívida da Carris, encontra-se devidamente suportado em decisões da Administração da Carris. Não se constatou a existência de qualquer orientação por parte da DGTF neste particular». Ou seja, a IGF põe a questão com toda a clareza e transparência, e diz mais adiante: «A gestão da dívida da Carris tem por base dois grandes objetivos: a consolidação da dívida e a minimização do custo do financiamento.».



Está reconhecido pela IGF o que é que determina a ação do Conselho de Administração: consolidar a dívida e minimizar o custo do financiamento dessa mesma dívida!

E mais adiante diz: «Os montantes, prazos de vencimento de juros e maturidades constantes dos contratos de *swap* são idênticos aos empréstimos subjacentes e as contrapartidas da Carris nos contratos derivados são instituições financeiras nacionais».

Escreve-se ainda: «O principal objetivo da gestão de risco da taxa de juro é a proteção face ao contexto de subida das mesmas já que a totalidade dos financiamentos da empresa foi contratada a taxas variáveis.

A terminar, para não continuar a cansar os Srs. Deputados, refere-se: «Ao celebrar os contratos de permuta de taxa de juro, a empresa reduziu adequadamente o risco envolvido».

Portanto, a IGF não só avalia a forma como a gestão da Carris atuou e as decisões que tomou como qualifica essa atuação escrevendo: «A empresa reduziu adequadamente o risco envolvido.»

Ó Sr. Deputado, está aqui escrito e ainda bem que está, naturalmente, mas se não tivesse seguramente que a Carris, como sempre aconteceu, teria acatado as orientações que recebesse do seu acionista, ou do Estado ou dos órgãos tutelados pelo Estado. E, se tivesse sido levantada qualquer questão, a mais pequena questão que fosse à contratação de qualquer dos produtos, teríamos sido sensíveis a essas questões, teríamos procurado esclarecer essas questões e atuar em conformidade com as orientações que nos fossem transmitidas.

Não deixa, aliás, de ser curioso que nos dois testes substantivos que a IGF faz aos quatro derivados, um dos dois seja exatamente um daqueles que está hoje nesta lista de produtos altamente tóxicos, especulativos e mais todas essas coisas extraordinárias como entretanto foram

classificados. Volto a dizer que terão razões muito substantivas, mas não faço ideia quais sejam, pela simples circunstância de que nunca li nem ninguém me entregou para eu poder ler.

Portanto, a IGF não constata nada de anormal. Estou a procurar esclarecer a questão do Sr. Deputado sobre se há informação — há informação. Como sabem, para além dos relatórios e contas, o Governo tem esta auditoria e depois tem duas auditorias do Tribunal de Contas que também deixarei na Comissão de Inquérito, uma, em 2009, o relatório de 2009, e uma segunda auditoria feita à Carris, em 2013, o relatório de 2013. E em qualquer destes relatórios o Tribunal de Contas audita — como sabem, e como eventualmente até já terão visto — o desempenho da empresa em variadíssimos aspetos, e em particular nos aspetos económico-financeiros, e em nenhum lado o Tribunal de Contas escreve uma linha, um parágrafo, uma palavra que possa indiciar qualquer atitude de imprudência ou de falta de atenção e de cuidado por parte da gestão.

O Sr. Presidente — Queira continuar, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues, podemos estar aqui a manhã toda a ler o relatório e as partes que nos interessam... O que estamos a avaliar são *swaps*. Não sou nenhum especialista da matéria e à pergunta feita aos especialistas das matérias, incluindo o Sr. Diretor-Geral de Finanças, sobre se, por exemplo, esse relatório extenso, que vai deixar e que leu, fez a avaliação em concreto dos *swaps*, sabe qual foi a resposta que ele deu? Não! Portanto, esse relatório é genérico da situação da empresa.

Também posso citar os relatórios do Tribunal de Contas. O relatório do Tribunal de Contas de 2009, que nos vai deixar e que eu dispenso, diz

que a empresa estava tecnicamente falida; os capitais próprios, segundo o próprio relatório, eram, em dezembro de 2007, — 418 755 milhares de euros. Mas, em 2012, a situação não recuperou; os capitais próprios eram 865 890. Esta é uma empresa tecnicamente falida há décadas, o que também consta dos relatórios de contas do Tribunal de Contas, que também alerta para que se nada for feito a empresa é completamente insustentável.

Ainda assim, com esta situação tenebrosa da empresa, V. Ex.<sup>a</sup> assina quatro *swaps*; para dois deles, pelos vistos, segundo a avaliação feita pelo IGCP, teve de socorrer-se de uma consultora, porque todas as entidades dizem não ter conhecimento nem capacidade técnica para fazer a avaliação, dada a complexidade destes instrumentos. Mas ficamos a saber que V. Ex.<sup>a</sup> domina toda a matéria e, portanto, sabia ao que ia..., «apanhou o avião com segurança» e, pelos vistos, nem sequer fez «seguro de viagem»...!

O que lhe quero perguntar é se tinha conhecimento total do que estava a assinar, se sabia exatamente o que estava a fazer, se fizeram, ou não, *stress tests*, *forwards* ou o que quer que seja, se elaboraram o pior cenário destes contratos que estavam assinar. E se isso foi feito, como explica a situação atual que denotam o IGCP e o Tribunal de Contas de que já falaremos adiante.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. José Silva Rodrigues.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, tocou de facto em vários assuntos, e ainda bem que tocou nalguns deles.

Primeiro: a Carris é uma empresa tecnicamente falida há décadas. Pois é! Mas isso só evidencia a incompetência e a incapacidade do seu acionista para resolver uma situação que é conhecida há décadas e de houve sucessivos alertas dos conselhos de administração da empresa, não

apenas daquele a que presidi nos últimos 10 anos mas de outros que me antecederam. E, efetivamente, como o Sr. Deputado saberá, essa situação deriva de resultados líquidos negativos ano após ano, que, conseqüentemente, vão consumindo os capitais sociais e que colocam as empresas em situações de capitais próprios negativos, de falências técnicas.

Porque é que isso, efetivamente, acontecia? Acontecia porque, durante anos e anos e anos, a empresa acumulou resultados operacionais negativos, o que obrigou a endividamento, conseqüentemente a resultados financeiros também cada vez mais pesados, a uma conta financeira cada vez mais desequilibrada e a resultados líquidos negativos que foram agravando a situação, tal como o Sr. Deputado refere e muito bem.

A gestão atuou do lado em que tem competência para atuar e um dos contributos que era dado para este desequilíbrio continuado e crescente, que era o desequilíbrio operacional da empresa, foi resolvido pelo Conselho de Administração, como era de sua competência. Conseqüentemente, aquilo que não se resolveu foi aquilo que o Conselho não podia resolver, que é o problema dos capitais próprios da empresa, do seu capital social, do seu saneamento. Mas foram feitas propostas em relação às quais não houve resposta.

Sobre aquilo que a gestão fez, como já disse ao Sr. Deputado, poderemos dizer tudo aquilo que se quiser — é sempre fácil julgar as situações *a posteriori* —, mas é indiscutível que, para além das assembleias gerais e do elogio que o próprio acionista fez, ano após ano, à equipa de gestão, à empresa, à melhoria do seu desempenho, os relatórios do Tribunal de Contas são, sobre essa matéria, claríssimos!! Sr. Deputado, não têm duas leituras, só têm uma: a de que a Carris, desde 2003, consolidou um processo de melhoria do seu desempenho operacional! Não tem discussão, está escrito pelo Tribunal de Contas!

Diz-me o Sr. Deputado que vários dos depoentes que aqui estiveram, Inspeção-Geral de Finanças e outros, alegaram não ter competências sobre a matéria. Bem, mas isso, Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga, é problema dos próprios e do Governo que os enviou para auditar empresas em matérias que, pelos vistos, segundo o Sr. Deputado me está a dizer, os próprios reconhecem não estarem habilitados para fazer; esse não é um problema das empresas!!

Portanto, desse ponto de vista, se esses órgãos fizeram bem ou fizeram mal o seu trabalho, essa questão é, seguramente, uma questão à qual os gestores e as empresas são completamente alheios, como, seguramente, todos os Srs. Deputados reconhecerão.

A empresa...

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, dá-me licença?

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Peço desculpa de o interromper, mas é para precisar o seguinte: o que aqui foi dito pelo Sr. Presidente da Inspeção-Geral de Finanças foi que ele, a título pessoal, não era um especialista em matéria dos derivados financeiros, mas isso não quer dizer que a sua instituição, no exercício das suas competências, não tenha desempenhado as suas competências de forma normal.

Queira continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu também estava convencido, até ao momento em que ouvi a intervenção do Sr. Deputado Hélder Amaral — e continuo convencido —,

de que, de facto, a IGF, a DGTF, o Tribunal de Contas fazem o seu trabalho competentemente, aliás, nem nunca me passou pela cabeça que assim não fosse.

Portanto, o que eu estou a dizer é que nunca, em nenhum destes reportes, há...

E, deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, que eu não estou a ler as passagens que me convêm! Sr. Deputado, o relatório não tem uma linha, repito, não tem uma linha de crítica às decisões tomadas pela gestão da Carris! É assim, porque é o que cá está escrito! Não estou a ler apenas o que me convém! Todo o relatório — e os senhores ficarão com ele ou, eventualmente, até já o terão (este e outros) —, bem como os relatórios do Tribunal de Contas referem exatamente a mesma coisa, ou seja, que não há nenhuma questão que ponha em causa a atitude do Conselho de Administração da empresa na celebração destes contratos.

Diz-me o Sr. Deputado que eu apareço aqui com ar de quem sabe tudo sobre derivados... Eu, a última coisa que desejaria, era passar essa imagem aos Srs. Deputados... Eu não sou especialista financeiro, muito menos em produtos derivados. Descobri que, de repente, o País está cheio de «especialistas» em produtos derivados, mas não sou eu...!

Mas na empresa nós fizemos os *stress tests*, medimos qual seria o impacto das variações dos *cash-flow* expectáveis, mas num quadro daquilo que era previsível; não fizemos o cenário de «Então, e se houver uma guerra mundial?»... Bom, esse cenário não testámos. «E, então, se o sistema financeiro implodir?»... Esse cenário não testámos, Sr. Deputado! «E, então, se o euro desaparecer?»... Esse cenário não existia, nem era cenário que quem quer que fosse, efetivamente, pudesse estar a lidar com ele!

Quanto às questões do bom governo, que o Sr. Deputado aqui

referiu, a Carris seguiu-as, a partir do momento em que foram publicadas, religiosamente e foram sempre cumpridas — aliás, há relatórios de auditoria às empresas públicas sobre a forma como cumprem ou não cumprem os princípios do bom governo societário e, nesse particular, foi sempre dito que a Carris cumpria todas as normas que foram determinadas em matéria de governo societário.

Sr. Deputado, penso que terei respondido às questões que me colocou nesta ronda, mas se me esqueci de alguma coisa fará o favor de me perguntar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Bom, a questão aqui, de facto, é a de saber se quando um administrador a quem o Estado dá a sua confiança, que supostamente — dizia-o ontem o Sr. Presidente da CMVM, e bem! — é alguém cuja competência é reconhecida numa empresa certificada e é suposto estar em igualdade de circunstância, pelo menos, com o sistema financeiro, ao nível da informação e dos cuidados que tem de ter para subscrever produtos que são de alto risco — e são-no aqui, são-no nos Estados Unidos, são-no em Inglaterra! — com cláusulas de muito difícil perceção... Aliás, é por isso que, se for ver os despachos do anterior Sr. Secretário de Estado Carlos Costa Pina, verá que esses despachos são cada vez mais limitadores da ação da própria gestão das empresas, terminando até com o último despacho a proibir, mas, em 2009, já obrigava até à autorização da tutela.

Assim, eu gostava de lhe perguntar: primeiro, na assinatura destes contratos comunicou à tutela todo o percurso durante o período de tempo dos *swaps*, de acordo com os testes que fizeram? E a tutela autorizou? E

quem?

E também gostava de lhe pedir um comentário ao Relatório n.º 11/2003 do Tribunal de Contas que diz que os contratos *swaps* obrigam a Carris a encargos de 71,3 milhões de euros, que, de facto, como lá é dito, podem asfixiar a empresa.

Esses encargos são apenas em dois *swaps* e o que é que consta em cada um deles, em concreto, para ter feito 4 *swaps* — de 215 milhões, de 100 milhões, de 100 milhões e de 90 milhões — e apenas em dois deles do Banco Santander — os de 90 milhões e os de 100 milhões — acontece esse descalabro de termos perdas potenciais algumas delas já registadas — aliás, o próprio relatório da DGTF diz que a Companhia Carris de Ferro de Lisboa tem perdas consideráveis de cerca de 120 milhões de euros...

Portanto, as perdas existem, e não foi preciso nenhuma guerra mundial...!

Estes dois *swaps*, numa análise feita pelo IGCP, são considerados de grau 8 de complexidade — não de toxicidade, mas de complexidade — e têm cláusulas que transformaram estes contratos não em contratos de segurança de risco, mas eles próprios em contratos de risco!

Assim, gostava de saber se tem consciência de que isto assim é, se é verdade ou não que estes valores são corretos, ou se tem outros, e que explicação tem para que isto aconteça apenas nestes dois *swaps*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, sobre isso tenho a dizer o seguinte: claro está, não há nenhuma dúvida, que com a mudança radical das condições estes contratos passaram a gerar fluxos financeiros negativos e geraram-nos não apenas porque a taxa de juro caiu



avassaladoramente como se mantém durante seis anos e isso, obviamente, penaliza.

Mas sobre esses dois produtos eu diria — e deixarei também essa informação aqui na comissão de inquérito — que o fluxo financeiro acumulado num deles é... E estamos a falar dos dois produtos do Santander que o Sr. Deputado Hélder Amaral diz que são de grau 8 de complexidade e eu não sei porque é que são de grau 8 de complexidade, pois como não conheço o relatório não conheço quais são os fundamentos e os argumentos para dizerem que são do grau 8, ou do grau 6, ou do grau 23... Ignoro e, portanto, não posso falar sobre um tema que não conheço.

Agora, o que sei e que deixo na Comissão de Inquérito — e que resulta dos relatórios e contas da empresa — é que esses dois derivados, de que estamos a falar, um tem um acumulado de fluxos financeiros desde o início, desde setembro de 2006 até hoje, de -7,1 milhões e o outro tem, desde o início, desde março de 2007 até hoje, um acumulado de -4,4 milhões.

Mas, Sr. Deputado, nós fizemos as contas sobre o que teria acontecido se, efetivamente, não tivéssemos feito derivado nenhum, e isto parece um absurdo, por uma razão simples, do meu ponto de vista: porque a gestão não existe para fazer nada! A gestão existe para fazer aquilo que deve ser feito para que a empresa melhore a sua *performance* e, naturalmente, as decisões que toma, toma-as com fundamento, com estudos, com análise e com a expectativa de que esses fundamentos, esses estudos e essas análises resultem bem! Uma vez resultam, outras vezes não resultam, mas isso faz parte do risco da gestão, como os Srs. Deputados bem sabem, sobretudo quem já geriu...

Mas nós fizemos um exercício: e se não tivéssemos feito nada? — o que era um absurdo! Mas eu digo ao Sr. Deputado — e esse exercício

também aqui ficará — que esse exercício está feito e demonstra que se, efetivamente, nada tivesse sido feito no primeiro produto, em que temos um acumulado *cash-flow* negativo de 7,1 milhões, teríamos hoje 14 milhões, teríamos gasto em custos financeiros a mais a diferença entre 14 e 7, e no outro caso, em que temos um fluxo financeiro líquido negativo de 4,4 milhões, se nada tivéssemos feito, teríamos 14,7 milhões, ou seja, *grosso modo*, teríamos mais 10 milhões.

Isto é, nas duas situações, se nada tivéssemos feito, que é o absurdo daquilo que compete à gestão, que, de facto, não é ficar de braços caídos, os custos financeiros acumulados desde 2006 até hoje, seriam de, num caso, +7 milhões e, noutro caso, +10 milhões, isto é, mais 17 milhões de euros em custos financeiros do que aqueles que foram despendidos, mesmo com essa situação de perda que o Sr. Deputado, e bem, evidenciou e que resultaram da mudança de... Aliás, penso que os gráficos que antes apresentei e que ainda estão projetados são muito elucidativos, mostrando que estes produtos tiveram este efeito negativo por força desta situação que, diremos, é tudo menos uma situação normal, mas, enfim, foi o que foi...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Doutor, não deixa de ser curioso que, estando perante um gestor tão experiente e tendo dito que houve, de facto, mudanças radicais nas condições, não consiga explicar porque é que não fez aquilo que se chama um *stop loss*, ou seja, não parou imediatamente, porque em 2009 era público e notório, atendendo à intervenção dos bancos centrais, à redução das taxas quase a 0% ou a 1%, que isso estava na calha — aliás, outros gestores fizeram-no, ou seja,

pararam imediatamente com este tipo de produtos e fizeram uma reestruturação.

Mas há aqui um *swap*, um *snowball*, que o ICGP classifica de grau 8 — e grau 8 é porque as perdas são grandes e o que está dentro do contrato tem um grau de complexidade muito elevado — que tem, por exemplo, uma taxa do cupão seguinte que rondaria os 19%.

Ora, a Euribor baixou para todos, incluindo para os que a Carris fez para os outros, que têm taxas muitíssimos mais baixas, e o Sr. Doutor tinha a noção que estava a pagar 19% de juro neste *swap* com o Banco Santander e consegue provar nos *stress tests*, nas previsões mais terríveis às mais otimistas, que iria ganhar 19% de juro, ou era previsível vir a ganhar, neste *swap*?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Deputado Hélder Amaral, quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que não se fizeram mais *swaps* na Carris, como sabe, depois de 2007 e, como eu também disse,...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Foram só esses quatro.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Exatamente!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Mas relativamente àqueles dois...

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sim, mas mesmo desses dois, Sr.

Deputado, acabei de lhe dizer que num deles a taxa é de 2,95% e não vejo nenhum problema aí, no outro sim, como o senhor disse, com taxas de 18%, com certeza que sim...

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — De 19%!

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sim, de 19%, aí com certeza que sim; agora, com taxas de 2,95% não vejo nenhum problema, nem é expectável que venha a ter qualquer problema, porque só teria se, efetivamente, a taxa de juro a 10 anos fosse inferior, alguma vez, à taxa de juro a 2 anos, o que, obviamente, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que isso não só historicamente não aconteceu como nada indicia que possa acontecer até à maturidade do produto que é 2016.

Agora, no outro produto, porque é que, efetivamente, isso aconteceu e porque é que a taxa de juro atingiu esse montante e só o atingiu recentemente?

Nós tentámos reestruturar com o Santander este produto e, obviamente, durante o ano de 2011 e no início de 2012, as propostas que recebemos do Banco Santander de reestruturação eram piores, do nosso ponto de vista e de acordo com a análise que fizemos sobre essas propostas, do que manter os *swaps* tal qual estão.

Portanto, essa foi a razão pela qual não houve a reestruturação desses *swaps*, ou seja, porque num caso não tem problema algum, pois tem uma taxa de 2,96%, e no outro caso tem problema, como acabou de dizer, com 19% de juro, mas as propostas para a reestruturação eram piores do que aquilo que tínhamos, como pode ser evidenciado — aliás, essas propostas podem ser também carreadas para a Comissão de Inquérito e devidamente analisadas.

E porque é que isso acontece nesse produto? Porque, efetivamente, a barreira que levaria a que o *spread* passasse a recair sobre a taxa de juro contratada era, como já aqui tive oportunidade de referir, a barreira da taxa de juro a 10 anos nunca vir abaixo dos 2,75% e nunca, em momento algum, historicamente, isso tinha acontecido, nunca as *forwards*, como os senhores vêm pelo gráfico exposto, apontavam nesse sentido.

Portanto, a convicção da empresa quando celebrou esses contratos era a de que essas condições nunca ocorreriam, que a probabilidade de ocorrerem era de tal forma diminuta, de tal forma pequena, que, efetivamente, elas não iriam relevar e tal e qual não relevam neste *swap* do Santander, que continua a ter 2,95% sem nenhum *spread*, exatamente porque a barreira não se verificou, a tal barreira da diferença entre taxa a 10 anos e taxa a 2 anos, no outro o nosso convencimento, as análises que fizemos eram efetivamente nesse sentido que apontavam.

Portanto, celebrámos esses contratos na convicção plena de que estávamos, de facto, a proteger adequadamente a dívida da Carris.

Aliás, Sr. Deputado, deixe-me também esclarecer que se nós nos tivéssemos limitado... Poderíamos ter ido por um terceiro caminho que era eu ter chegado ao banco e ter dito: «- No quadro em que estamos de grande instabilidade dos mercados financeiros com a Euribor a subir desta maneira, vamos fixar uma taxa fixa para o nosso empréstimo», como, enfim, qualquer cidadão pode fazer quando tem um empréstimo em taxa variável e quer mudar para taxa fixa, como sabemos.

Se o tivéssemos feito — e essas contas também estão feitas e ficarão na Comissão de Inquérito —, no caso do primeiro *swap* do Santander, que é este de que estamos a falar, a taxa fixa contratada em setembro de 2006, de acordo com as taxas fixas na altura, seria de 3,93%. Isto é, poderíamos ter negociado com o banco dizendo «- Nós não queremos Euribor,

queremos 3,93% até à maturidade do empréstimo». E no caso do *swap* seguinte, que é feito no ano seguinte e porque as taxas continuam a subir, como sabemos, até ao verão de 2008, efetivamente nós poderíamos ter feito a mesma coisa e nessa altura a *forward* que seria fixada pelo banco para nós trocarmos uma taxa variável por uma taxa fixa seria 4,72%. E nós fizemos as contas. Quanto teríamos despendido de encargos financeiros efetivamente se tivéssemos feito esta fixação de taxas? Apenas e só passarmos de taxa variável para taxa fixa?

No primeiro caso, teríamos despendido, até este momento, 21,4 milhões de euros, o que significa, em relação aos 7,1% que há pouco referi, de fluxo financeiro negativo, um acréscimo de custos financeiros com este produto que cobria um empréstimo de 90 milhões, um acréscimo de custos financeiros, desde o início até hoje, de 14,3 milhões de euros.

Portanto, 21,4 *versus* 7,1 milhões de euros.

E no caso do outro produto do Santander, o que não tem *spread*, nós, em vez dos -4 milhões de fluxo financeiro, teríamos despendido até ao momento, se tivéssemos trocado taxa variável por taxa fixa — essas contas estão aqui e ficam convosco —, 30,2 milhões de euros. Teríamos despendido +25,9 milhões de euros em custos financeiros do que aquilo que despendemos, ou seja, somando os 25,9 milhões de euros com os 14,3 milhões de euros, estamos a falar de 40 milhões de euros de custos financeiros adicionais que teríamos suportado se efetivamente tivéssemos ido por um caminho aparentemente mais simples de trocar taxa variável por taxa fixa, de acordo com aquilo que seriam as taxas fixas à data fixadas pelo banco.

Por último, Sr. Deputado, ainda uma nota: mesmo no caso deste *swap*, que, de facto, vence taxas de juro muitíssimo elevadas, mesmo neste caso, este *swap*, que está associado e que tem como subjacente um

empréstimo que está em fase de amortização, é óbvio que estas taxas de juro estão a incidir sobre um montante cada vez mais pequeno. Neste momento, incidem sobre 45 milhões de euros. O empréstimo era de 90 milhões de euros, foi-se amortizando, está em 45 milhões de euros... Portanto, há também aqui uma exposição indesejável.

Sr. Deputado, claro que teria sido muito melhor que nada disto tivesse acontecido, mas não era apenas com os *swaps*; teria sido muito melhor se aquilo que aconteceu no mundo, em particular na Europa e ainda mais em particular no nosso país, não tivesse acontecido, mas com certeza que sim, estaríamos todos neste momento muito mais satisfeitos e muito mais felizes do que aquilo que estamos.

Bom, mas a vida é o que é, a vida foi o que foi e nem tudo obviamente correu como nós desejaríamos. Hoje sabemos coisas que não sabíamos e naturalmente não é apenas para *swaps*... Bom seria que os problemas do País se esgotassem nos *swaps*..., bom seria para tudo, Sr. Deputado!

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Fale da empresa!

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, para a empresa também não seria mau se o seu problema se tivesse esgotado em *swaps*, significaria que a dimensão era muito pouco... Isto porque, a empresa tem exposto em *swaps* 230 milhões de euros para uma dívida que é de quase 800 milhões de euros.

Portanto, o problema da Carris é de uma dimensão enorme e essa dimensão enorme como o Sr. Deputado referiu — e muito bem — está desde sempre escrita nos relatórios do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas, como o Sr. Deputado seguramente leu em

qualquer dos relatórios, seja no de 2008, seja no de 2009, seja no de 2013, é sempre muito crítico em relação ao acionista e à falta de resposta do acionista.

O Tribunal de Contas, aliás, no relatório de 2013 diz que a gestão fez o que tinha para fazer: apresentou uma proposta de saneamento financeiro e de sustentabilidade ao acionista que não obteve resposta do acionista. Está escrito neste relatório e não estou a referir aquilo que me interessa, porque o relatório está aqui, é público e todos podem lê-lo, como sabemos, indo ao *site* do Tribunal de Contas.

Portanto, é o próprio acionista... O acionista ano após ano, uma vez que a gestão e os órgãos de fiscalização da empresa, o conselho fiscal, o ROC, o auditor externo, ano após ano, alertam o acionista para a insustentabilidade da empresa, para a situação de rutura eminente em que a empresa se encontra, uma situação em que — no quadro do gravíssimo problema financeiro que o País atravessa, designadamente desde 2011 na sequência do pedido de intervenção, com todos os constrangimentos com que vivemos e teremos de continuar a viver e que se veio naturalmente a agravar — a Carris hoje não consegue consolidar a sua dívida!

A Carris hoje porque está fora do perímetro da dívida, como os senhores sabem, não se financia ao custo da República! A Carris financia-se a 7 e a 8%! A Carris, porque só se financia a 30, a 60 e a 90 dias e está obviamente a trocar dívida de médio e de longo prazos por dívida de curto prazo, financia-se com *spreads* que são, Srs. Deputados, 100 vezes maiores, repito, 100 vezes mais do que aqueles que pagámos há 7 ou 8 anos atrás!! E esta é uma situação verdadeiramente insustentável!

Portanto, os *swaps* que fizemos eram o que deveríamos ter feito, era procurar que o impacto da alta continuada da Euribor, o impacto que isso tinha em termos de agravamento de custos financeiros e, por outro lado, as



expectativas que tínhamos, volto a dizer, de acordo com as *forwards* — não era num exercício de adivinhação ou de cartomancia...! — que estão contidas nestes documentos que aqui deixo, as expectativas que tínhamos obrigavam-nos a fazer aquilo que fizemos, ou seja, ir à procura de soluções que minimizassem o risco da dívida da Carris e que, efetivamente, procurassem, tanto quanto possível, que os encargos financeiros a suportar decorrentes dessa dívida fossem, por um lado, os menores possíveis e depois os mais previsíveis possíveis, o que obviamente numa situação como esta, neste quadro, em condições razoavelmente normais efetivamente estaria assegurado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues e dar-lhe as boas vindas a esta Comissão.

Vou concentrar-me apenas na Carris, tal como tem acontecido nas intervenções anteriores, e nos quatro *swaps* que foram contratados pela Carris.

A minha pergunta tem que ver com a estratégia que a Carris privilegiava na contratação destes quatro *swaps* pelo que pergunto se privilegiava ou não uma estratégia de contratação de *swaps* complexos, tóxicos, que permitiam obter ganhos a curto prazo à custa de custos colossais no futuro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Silva Rodrigues.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, a

resposta é liminarmente «não»! Isto pela simples circunstância de que a Carris nunca contratou *swaps* que entendesse serem complexos, tóxicos e mais as outras coisas todas que o Sr. Deputado terá dito e muitas mais que não terá dito e que nós entretanto fomos ouvindo.

Portanto, não foi com a preocupação de privilegiar ganhos de curto prazo, porque eu já tive oportunidade de dizer aos Srs. Deputados, uma coisa que parece óbvia é que, efetivamente, a gestão é avaliada pelos resultados operacionais, porque é a área que a gestão controla.

Porque é que efetivamente a gestão se preocupou também com a componente financeira?

Por uma razão simples que tive oportunidade de dizer logo na minha intervenção inicial, porque quanto maior o resultado financeiro, negativo infelizmente para a história da empresa, maiores as necessidades de financiamento da empresa.

Isto porque a empresa efetivamente não gerava, hoje gera, Srs. Deputados, *cash-flow* positivo, e isso significava que para o seu próprio processo de funcionamento operacional corrente, para pôr todos os dias na rua os autocarros e os elétricos, os ascensores e o elevador que circulam em Lisboa, para pagar os salários, pagar os serviços e fornecimentos externos que necessita para o seu funcionamento, a Carris precisava de se endividar.

Isto porque a compensação financeira do Estado, recebida via indemnização compensatória, como nunca teve como base — e infelizmente continua a não ter — um contrato de serviço público... Isso foi uma originalidade nossa, porque em todas as cidades europeias — e eu conheço bem o tema, porque obviamente como os Srs. Deputados saberão há 30 anos que tenho responsabilidades no setor e, portanto, conheço muito bem este tema e conheço muito bem o que se passa no plano internacional... Aliás, inclusive tive funções internacionais, as últimas das

quais mantinha à data em que fui demitido e que em consequência dessa demissão cessei, na organização mais importante de transporte urbano internacional que é a União dos Transportes Públicos, que tem mais de 3000 membros do mundo inteiro todos os operadores de transporte público urbano, têm contratos de serviço público. Portanto, esta situação de grande desequilíbrio operacional e consequentemente de enorme desequilíbrio financeiro é uma singularidade, uma má singularidade portuguesa. Não existe em parte nenhuma.

Portanto, nós, obviamente, não precisávamos, Sr. Deputado, de fazer figura com a nossa ação, porque isso foi reconhecido cedo pelo acionista e foi reconhecido também fora do quadro do próprio acionista, a Carris foi uma empresa muito premiada, como os senhores sabem, nacional e internacionalmente. Num grupo alargado de operadores urbanos, cuja designação é *The International Bus Benchmarking Group*, que suportado na Imperial College of London, onde estão dúzia e meia de operadores parecidos com a Carris, há um conjunto de indicadores de avaliação de desempenho desses operadores. Esses indicadores corrigidos já dos efeitos de paridade do poder de compra colocam a Carris, nos últimos anos...

Sr. Deputado, não era assim quando nós chegámos! Em 2003 tínhamos 200 milhões de euros de custos operacionais que se reduziram a quase metade nestes 10 anos. Mas nos últimos anos a Carris passou a ser um operador colocado uns anos em primeiro lugar, outros anos em segundo lugar em termos de eficiência. E esse foi o trabalho que fez não apenas a equipa de gestão, mas muito mais do que isso, que fez uma enorme equipa que está na Carris, que continua a trabalhar, que é uma equipa fantástica de gente muito comprometida com a melhoria do desempenho da empresa.

Portanto, isso são dados, são números, não são ficções ou fantasias ou debate político-partidário! Isto são factos, números! Vai-se aos

relatórios e contas, vai-se às auditorias, tira-se o que lá vem e depois retiramos conclusões.

Sr. Deputado, nunca ninguém me mostrou se os contratos da Carris são complexos ou não, se são tóxicos ou não, se são especulativos ou não, não faço ideia.

Portanto, na altura, feita a avaliação técnica com todo o cuidado pela nossa área financeira de acordo com a informação disponível, o que celebrámos foram os bons produtos que eram adequados à proteção do risco financeiro em particular da taxa de juro , tal como, Sr. Deputado Paulo Sá, a IGF e depois o próprio Tribunal de Contas reconhecem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, o senhor respondeu à minha questão os três primeiros segundos dizendo que não adotou essa estratégia.

Pois bem, a análise da documentação que foi recebida nesta Comissão não corrobora a sua resposta, pelo que por manifesta falta de tempo, pela minha parte só disponho de oito minutos, vou questioná-lo apenas por um *swap* aquele que acumulou mais perdas, o *snowball* com os subjacentes 90 milhões de euros, classificados no relatório do IGCP, *dossier* Santander, como sendo um nível de risco máximo, nível 8 (numa escala de 1 a 8) e que a 30 de junho de 2012 acumulava perdas de 43 milhões de euros.

No dia 6 de novembro de 2006, por *e-mail* o Banco Santander apresentou uma proposta à Carris que continha seis possibilidades de *swaps*. O primeiro destes *swaps* era um *vanilla* simples, mas, depois, ia aumentando de complexidade até um *swap* claramente especulativo, de

elevado risco, que dependia da evolução futura de variáveis desconhecidas.

O Banco Santander recomendava o mais complexo, dizendo, no seu *e-mail*, que era aquele que maior benefício trazia (não dizia para quem, mas presume-se que seria para o Banco, à custa dos prejuízos da Carris).

Três dias depois, apenas três dias depois, após uma análise sumária, que está aqui em algumas folhas, o Conselho de Administração da Carris, no dia 9 de novembro de 2007, escolheu o mais complexo destes *swaps*, o *swap* especulativo. Este *swap* trocava a Euribor a seis meses por uma taxa fixa, acrescida de um *spread* acumulável de trimestre para trimestre, *spread* esse que dependia de duas variáveis, cuja evolução futura era desconhecida e que a Carris, obviamente, não controlava. Este *swap* permitia, à contratação, obter ganhos imediatos à custa de um risco colossal, de que as tais barreiras, de que já falou exaustivamente, fossem ultrapassadas, mas os ganhos eram imediatos, porque trocava a Euribor, que, no momento, era de cerca de 3,7%, por uma taxa inicial de 1,8%, à custa, repito, de riscos colossais.

Portanto, penso que este exemplo e a escolha feita pelo Conselho de Administração, três dias depois de receber este menu do Santander, prova que a estratégia seguida pelo Conselho de Administração privilegiava o risco e a especulação para obter ganhos imediatos à custa de riscos futuros.

Pedia-lhe, pois, que esclarecesse porque é que a Carris escolheu este *swap*, o sexto da lista que lhe foi oferecida.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. José Silva Rodrigues.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se me permite, uma primeira correção ao que disse: perdas acumuladas de -43 milhões não são perdas acumuladas, são perdas potenciais de -43 milhões,

o que é completamente diferente de perdas acumuladas. E também tem sido feita uma enorme confusão — nuns casos por desconhecimento, noutros nem tanto — entre perdas potenciais e perdas reais, que são coisas completamente diferentes. Mas sabe que essas perdas potenciais de -43 milhões, a 31 de dezembro, agora, em 31 de agosto, tinham baixado para -31,4, e tinham baixado para -31,4, naturalmente, porque as taxas de juro se mexeram num sentido mais normal, sem saírem da anormalidade. É que estas taxas de juro continuam a estar num plano completamente atípico e insustentável. Trágico será, para a Europa, se estas taxas de juro não descolarem destes montantes; trágico será, para o sistema monetário europeu e para o futuro do euro, se estas taxas não descolarem destes limites. Isso significará que permanecemos mergulhados numa recessão absolutamente avassaladora, como aquela que temos tido na Europa, e com níveis de desemprego verdadeiramente dramáticos.

Dito isto, o Sr. Deputado refere várias coisas sobre as quais não posso dizer que sim nem que não, a saber: em primeiro lugar, o grau de classificação que é feito pelo IGCP. Pois, será feito, mas, como não conheço os critérios do IGCP, como nunca tive acesso a esses relatórios, não tenho condições para lhe poder dizer que sim ou que não, que está bem ou que está mal, pela simples circunstância de que não conheço e, se não conheço, não comento!

Segunda questão que o Sr. Deputado suscitou: toda essa informação que tem, não sei com base em quê — e não estou a dizer-lhe que não seja verdadeira, atenção!, estou a dizer que não sei com base em quê —, no sentido de que, efetivamente, foi entregue um conjunto de propostas com um conjunto de *swaps* e que, em seis dias — penso que foi o que disse, mas não sei se disse seis ou três dias...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Três dias.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Três dias é ainda pior! Em três dias, a administração decidiu, enfim, parece que por impulso... Não, não foi assim, Sr. Deputado, por uma razão muito simples: estes processos eram processos negociais que se arrastavam, eram processos que, efetivamente, entre a área técnica da empresa, no caso particular, a direção financeira, o administrador financeiro e o próprio banco, demoravam semanas. O normal não era esse processo. Obviamente, quando aparece essa proposta... Essa proposta, muito provavelmente — estou eu a dizer agora, porque não sei exatamente o que é —, apareceu na sequência de outras que foram apresentadas e discutidas. Portanto, o Conselho de Administração escolheu o produto que escolheu, ponderando, naturalmente, de acordo com a análise feita pela sua área técnica, os prós e os contras de cada um dos produtos. E foi entendido que o produto escolhido era, efetivamente, aquele que se afigurava mais equilibrado e mais adequado ao objetivo, que era o de proteger o risco da taxa de juro, não era especular, não era, obviamente, ter ganhos de curto prazo e o futuro logo se veria — não! —, mas, porque a probabilidade de as tais perdas potenciais do futuro, que o Sr. Deputado referiu, e, infelizmente, várias se vieram a verificar, era tão remota, tão remota, tão remota que, efetivamente, não podia ser determinante para a decisão tomada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, começo só por esclarecer que todos os documentos que vou usar aqui foram entregues à

Comissão, são oficiais, encontram-se no *site* da Comissão e, portanto, a sua legitimidade não pode ser posta em dúvida.

Tenho de corrigi-lo, quando diz que teve tempo para analisar, porque não teve, já que há um *e-mail* do dia anterior que, relativamente aos quatro primeiros *swaps*, diz: «Amanhã, irei reenviar, pela manhã, mais dois *swaps*». Portanto, estes dois surgiram apenas no dia 6 de novembro de 2006 e a decisão foi tomada no dia 9 de novembro de 2006, o que significa que, no máximo, terão tido três dias para analisar os dois últimos *swaps*. O mesmo já não se passa quanto aos iniciais, que até tinham sido discutidos em reuniões referidas nestes *e-mails*.

Relativamente ao risco e às vantagens e desvantagens, o *swap* contratado começava com uma taxa de 1,5%.

O Sr. Doutor será capaz de informar a Comissão sobre a taxa que está a ser paga, atualmente, por este *swap*? Repito a pergunta: o *swap* que foi contratado tinha uma taxa inicial de 1,85%; será que pode informar qual a taxa que será paga no próximo dia 16 de setembro de 2013?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — A taxa que será paga no dia 16 de setembro será de 20,2%, como, aliás, já tive oportunidade de referir aqui, porque falámos desse *swap* com o Sr. Deputado Hélder Amaral... E também já foi dito aqui que, efetivamente, esta situação só se verifica a partir de meados de 2012. Como o Sr. Deputado sabe, este *swap* só se torna, de facto, bastante penalizante a partir de meados de 2012.

Quando nós, Carris, no início de 2012, tentámos a negociação com o banco, ainda estávamos muito longe desta situação, estávamos em 3,5%. E, como já disse aos Srs. Deputados, a proposta que veio do Santander



pareceu-nos, na avaliação e no estudo que fizemos dela, pior do que essa, pelas razões que também já tive oportunidade de referir, aquando da inquirição do Sr. Deputado Hélder Amaral, quando disse que, efetivamente, este produto está sujeito a uma exposição que está a diminuir, por força da redução do próprio empréstimo a que está ligado, que, como eu também disse ao Sr. Deputado Hélder Amaral, passou de 90 milhões para 45 milhões.

Só quero dar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Sá, que é este: longe de mim pôr em causa a legitimidade dos documentos que o senhor ou a Comissão têm! Pelo contrário, o que eu quis dizer foi que, obviamente, não tendo eu esses documentos — e nem sequer os tive antes —, tenho alguma dificuldade em poder olhar para eles. Agora, Sr. Deputado, uma coisa lhe garanto, e esta é uma garantia categórica e formal: na Carris, estas matérias nunca são decididas em dois ou três dias!

Agora, disse o Sr. Deputado que, depois, apareceram esses dois... Isto já é um bocadinho diferente, porque, há pouco, quando fez a sua intervenção inicial, parecia que tínhamos decidido da gama, da totalidade, em três dias, mas já melhorámos um bocadinho, porque já não foi...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Não, não, Sr. Deputado, essas coisas não são irrelevantes, como o senhor bem sabe!

Não lhe sei responder neste momento, não sei se o Dr. Sousa Bentes, Diretor Financeiro, que participou em todas as reuniões, tem condições para poder esclarecer essa questão, mas, neste momento, não sei exatamente em que condições é que aparecem mais esses dois ou três

produtos, certo?! Resultaram, seguramente, de conversas, de reuniões e de alternativas.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — A resposta à minha...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, peço desculpa, como o nosso inquirido está a ser questionado sobre documentos de que, neste momento, ele próprio não dispõe, será que poderia facultá-los para que lhos pudéssemos fornecer, isto é, faria a pergunta com base nos documentos e, se fosse funcionalmente viável, pedíamos aos serviços de apoio que os fotocopiassem de imediato, para os podermos disponibilizar.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Vou precisar, Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: — Vai precisar durante todo o inquérito...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, este documento é um *e-mail* dirigido ao Dr. Sousa Bentes, e um anexo ao *e-mail*, os quais foram remetidos pela Carris à Comissão de Inquérito. Portanto, estou a utilizar documentos que vêm da própria Carris, mas, com certeza...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, convém que sejamos *fairs* no nosso procedimento... O que peço ao Sr. Deputado Paulo Sá é que venha aqui, junto da mesa, que permita, durante 1 minuto, ou pelo tempo que for necessário, que o interlocutor olhe para os documentos e, depois, continuará o seu questionário.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Vamos, então, fazer uma breve pausa.

*Pausa.*

Srs. Deputados, estamos em condições de recomeçar os nossos trabalhos. Devolvo, portanto, a palavra ao Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, na resposta que me deu afirmou que este *swap* paga atualmente, em números redondos, cerca de 20%.

O que quero perguntar-lhe é o seguinte: se tivesse contratado um *swap* simples, hoje, quanto é que estaria a pagar de taxa de juro?

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, não lhe sei responder a isso.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Os 3,86%.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Portanto, o que concluímos das suas respostas é que se tivesse contratado um *swap* simples, um *vanilla*, estaria hoje a pagar 3,86% de juros, mas como contratou o complexo, o tóxico, está a pagar 20% de juros.

E faço-lhe uma última pergunta: até este produto atingir a maturidade, qual é a estimativa para a taxa que vai pagar?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, naturalmente, se soubéssemos tudo aquilo que o futuro nos reserva, nem sempre continuaríamos a fazer o que fizemos. E reafirmo aquilo que aqui já disse: a probabilidade de se atingirem estes valores de taxa de juro era quase nula; só não seria assim se, de facto, acontecesse qualquer coisa que em nenhum lado estava minimamente previsto que pudesse acontecer.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Sá, permita-me que lhe diga que essa questão, posta assim, não está bem colocada. Quer dizer: se tivesse contratado o *swap* simples teria pago 3,8%, mas contratou outro que hoje custa 20%... Sim, mas a probabilidade de ele custar 20% era praticamente nula.

Volto a dizer-lhe, Sr. Deputado, que, naturalmente, a situação vale aquilo que vale, mas a exposição está em decrescendo, uma vez que este *swap* tem um nocional que está em amortização. Portanto, isto hoje cobre uma dívida de 45 milhões e essa dívida vai-se amortizando.

Logo, em primeiro lugar, a exposição e o custo, digamos, deste *swap* são cada vez mais pequenos.

Em segundo lugar, é impossível, Sr. Deputado, efetivamente, as taxas de juro baixarem mais dos que aquilo que baixaram. E, como sabem, todas as expectativas que hoje existem são no sentido em que possa começar a haver uma recuperação gradual da situação europeia e, conseqüentemente, das taxas de juros. Acontecendo, como é suposto e desejável, essa recuperação, naturalmente não haverá agravamento da taxa

do *swap*.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Ah, ah, ah!... Não haverá?...

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Ó Sr. Deputado, estou aqui a falar com total transparência e rigor; não estou aqui a fazer nenhum «número», estou a falar com toda a transparência e rigor, a dizer aquilo que sei e o estado de espírito da Carris.

E volto a referir que as decisões foram tomadas pelo Conselho de Administração, por unanimidade, baseadas em análises técnicas feitas pela área técnica da empresa e de acordo com o histórico e com as *forwards* disponíveis; só isso e rigorosamente não mais do que isso. E foram tomadas com único objetivo, que era proteger a dívida dos impactos da alta — e as *forwards* indiciam que continuaria em valores para nós muito penalizantes.

O Sr. Presidente: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Queria acrescentar que este *swap* é um *snowball*, por isso, independentemente da evolução futura dessas taxas que estão projetadas, qualquer que seja o cenário, mesmo o mais risonho e cor-de-rosa possível, esta taxa nunca descerá abaixo dos 20%.

Mas, se o cenário se mantiver, uma estimativa que consta da informação de que dispomos aponta, para setembro de 2016, uma taxa de 37,99% — em números redondos, 38%. Atualmente é de 20%, até setembro de 2016 será de 38%. É este o preço da contratação de um *swap* especulativo, que apostava numa determinada variação futura de indexantes que não se veio a verificar.

Queria ainda pronunciar-me sobre a qualidade da decisão do

Conselho de Administração tomada no dia 9 de novembro de 2006. É baseada num memorando muito curto, numa análise muito curta, que estima 1,85% para a taxa a pagar, em todo o período de maturidade até 2019. Ou seja, admite *spread* zero. Não considera que este é um cenário completamente irrealista?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, vamos contextualizar: há um outro produto, também *snowball*, como sabem, que efetivamente tem uma taxa de 2,95% e que não terá *spread*. Enfim, a menos que, volto a dizer, haja uma hecatombe, não é?

Não terá *spread* porquê? Porque a barreira, tal como está, que neste caso era a taxa a 10 anos, no outro é que a taxa a 10 e a taxa a 2 se mantenham com uma diferença sempre positivas. Taxas a 10 anos, como é normal, como historicamente sempre aconteceu, como o racional indica que deverá sempre acontecer, superiores à taxa a 2 anos.

Portanto, estamos no mesmo plano. Amanhã, por força de um acontecimento verdadeiramente extraordinário, inverte-se esta situação e este *swap*, que paga 2,95% de taxa de juro até ao termo da sua maturidade, passa a ter *spread*. Bem, mas isso era imprevisível.

Como vê, como o senhor acabou de dizer, são dois *snowballs*, em que um não teve qualquer penalização de *spread*, exatamente porque as barreiras nunca foram atingidas, e o outro teve, de facto, uma enorme penalização de *spread*.

Também é preciso dizer, sem prejuízo, obviamente, de se reconhecer o óbvio (e o óbvio é que taxas de juro de 20% ou de 30% são absolutamente inaceitáveis), que essa taxa nessa expectativa e nesse cenário,

que muito provavelmente nunca acontecerá, a acontecer será sobre um valor de dívida praticamente irrelevante, sobre um valor de dívida quase insignificante, exatamente porque o nocional sobre o qual ele incide está em processo de amortização.

O Sr. Deputado, se tem essa informação aí, também terá com certeza a informação relativa ao valor sobre o qual incidirá o *swap* em 2019. E é quanto, Sr. Deputado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Não vamos inverter a audição. Se o Dr. José Silva Rodrigues quiser saber quanto é, podemos interromper novamente, fazemos uma fotocópia e verifica qual é o valor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — É só porque não tenho aqui...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Mas não vamos inverter a audição, pois quem faz perguntas sou eu.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Era só para eu ter esse esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se se pode fazer uma fotocópia, vou pedir aos nossos serviços de apoio que a façam.

Mas creio que neste caso é possível prosseguir ou prefere suspender os trabalhos?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Podemos prosseguir, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, faça favor, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Doutor José Silva Rodrigues, o Conselho de Administração fez uma aposta especulativa (repito: uma aposta especulativa) no sentido de que a taxa de referência não ia descer abaixo dos 2,75%. Perdeu essa aposta e isso custou, ou vai custar, aos contribuintes dezenas de milhões de euros.

Em que é que se fundamentou o Conselho de Administração para assumir que, até 2019, esta taxa de referência a 10 anos não iria descer em nenhuma circunstância abaixo de 2,75%? É um acontecimento de probabilidade reduzida, mas com certeza não é de probabilidade nula! Em que estudos se baseou para fazer essa aposta que teve consequências, para os contribuintes, de dezenas de milhões de euros?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, não foi uma «aposta especulativa»! O senhor classifica-a como entender, naturalmente, mas afirmo categoricamente que não foi uma «aposta especulativa»!!

Foi uma convicção que decorreu do quê? Mas eu já disse e já evidenciei que decorreu de dois fatores: do histórico, daquilo que era a evolução histórica da taxa a 10 anos, e das *forwards* para a taxa a 10 anos, até 2019. Portanto, não estávamos, obviamente, nos domínios nem da especulação nem da adivinhação!

Contudo, há sempre fatores que nós não prevemos, há sempre fatores que nós efetivamente não determinamos. Mas, como já tive oportunidade de dizer (aliás, esta questão verifica-se bem no *slide* que está a ser



projetado), estávamos em finais de 2006, temos o histórico para trás de 2006 e, depois, temos as *forwards* que estão aqui evidenciadas; e é com base nisto que as decisões são tomadas.

O Sr. Deputado dirá o que quiser..., o senhor diz que não pode ser e eu digo que foi... Eu estava lá, portanto, sei o que foi! O senhor pode, enfim, tentar adivinhar o que terá sido, mas eu sei o que foi. Essa é uma diferença substantiva entre nós dois: é que eu estava lá, portanto, sei o que foi, por que foi e em que condições é que foi!

Mas também, Sr. Deputado, já tive oportunidade de dizer que, se efetivamente tivéssemos feito, essa situação... É porque, sabe, essa análise que tem sido feita nalgumas situações é muito superficial — permita-me que lhe diga isto com todo o respeito. Quer dizer: essa análise de que se fosse de cerca de 3%, não era de 20%... Pois, mas já disse aos Srs. Deputados que, efetivamente, se fosse de 3,93% teríamos despendido em juros, até ao momento, 21,4 milhões de euros, o que compara com um fluxo financeiro negativo, até ao momento, de 7,1 milhões de euros. Portanto, teríamos despendido mais 14 milhões!

Além disso, Sr. Deputado, se fizermos o exercício até ao termo da maturidade de produto, vamos com certeza ter algumas surpresas. E as surpresas, Sr. Deputado, não são no sentido em que o senhor está a querer conduzir a nossa conversa, a nossa troca de impressões e a inquirição, mas, sim, no sentido contrário!! É que, efetivamente, como já disse aos Srs. Deputados — e esses dados vão ficar na Comissão —, o custo que resultaria para a Carris da tal taxa de 3,93% (taxa fixa, sempre, não mudando, como o senhor diz, desse ponto de vista era o que era) seria de 21,4 milhões *versus* um saldo de fluxos financeiros negativo de 7 milhões — portanto, é 7 milhões contra 21 milhões! Portanto, nesta situação, a empresa teria suportado em juros um custo adicional de 14,3 milhões!!...

Como é óbvio, os senhores poderão dizer tudo aquilo que entenderem dever dizer, mas insisto que não houve, afirmo-o categoricamente, nenhuma atitude especulativa por parte do Conselho de Administração ou dos seus órgãos de suporte, neste caso, em particular, da sua direção financeira.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Insisto que o Conselho de Administração apostou que a CMS (*constant maturity swap*) a 10 anos não ia descer abaixo de 2,75% e perdeu essa aposta.

O memorando em que se baseia a decisão do Conselho de Administração de 9 de novembro de 2006, que é aquele que está neste momento a ser fotocopiado, apenas contém um cenário, que é um cenário risonho em que o *spread* se mantém sempre a zero, portanto, a taxa é de 1,85% e a Euribor sobe ligeiramente até aos 4,6%.

Que outros cenários alternativos foram considerados? Que simulações fizeram? Por exemplo, fizeram simulações Monte Carlo para simular os cenários mais favoráveis e mais desfavoráveis? Só se basearam naquele quadro que tem uma perspetiva cor-de-rosa?

O Sr. Presidente: — Faça favor. Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, esclarecendo uma questão que abordou no início da sua última pergunta, refiro que, mesmo com a taxa a 10 anos há muito tempo abaixo da barreira que estava fixada, o produto só se torna efetivamente mais problemático a partir de meados de 2012, ou seja, significa que aquilo que tornou — como

disse, aliás, logo na minha intervenção inicial — alguns destes produtos mais negativos foi não apenas a intensidade da queda, mas o facto de ela se prolongar por um período muito, muito longo.

E se o primeiro cenário, o da queda intensa, abrupta, já era um cenário de baixíssima probabilidade, o outro cenário, o de se manter seis anos sem nada acontecer, esse então era impensável!... Portanto, nunca podíamos estar a admitir cenários que, de facto, não tinham probabilidade nenhuma de ocorrer.

Refiro isto para de novo contestar a sua afirmação — o senhor, provavelmente, irá dizer até ao fim que sim e eu irei dizer até ao fim que não!... — de que houve uma atitude especulativa da parte do Conselho de Administração. Não houve qualquer intento especulativo por parte do Conselho de Administração! Não houve qualquer intento especulativo por parte do Conselho de Administração.

Segunda questão que o Sr. Deputado questionou e que foi... Peço desculpa, a segunda foi?...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Posso repetir, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Pode repetir, Sr. Deputado, sem contagem de tempo.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, repito: se o memorando no qual o Conselho de Administração baseou a informação, que está a ser fotocopiada, tem apenas um cenário muito favorável; e a pergunta era se não foram considerados outros cenários, menos favoráveis, desfavoráveis e extremos, se não foram feitas simulações, em particular, a simulação Monte Carlo, sobre cenários possíveis de evolução. Foi isto que perguntei.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. José Silva Rodrigues.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ó Sr. Deputado, cenários de Euribor a 0,2 e de taxas a 10 anos a 0,80 não foram, com certeza, contemplados. Mas não foram contemplados por nós, tal como não estavam contemplados por rigorosamente ninguém, porque eram absolutamente inimagináveis!...

Agora, obviamente que os cenários, as várias alternativas, a própria variação que o produto podia ter em função de alterações nas taxas de juro foi analisada, seguramente, pela área financeira e pelos vários quadros da área financeira. E chegou-se à conclusão, volto a dizer-lhe, de que... Enfim, e foi também por isso que tomámos essa opção, porque o risco de isso acontecer era tão baixo, tão baixo, tão baixo que, de facto, não iria acontecer.

Aliás, como acabei de dizer, mesmo quando se olha para a evolução do produto, reparamos que efetivamente só a partir de meados de 2012 é que entrámos numa situação mais preocupante com este produto. E, por isso, o Conselho de Administração fez aquilo que era suposto fazer — infelizmente, sem sucesso. E foi o quê? Tentar negociar com o Banco Santander, em finais de 2011, início de 2012, a reestruturação destes produtos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Swap* é uma palavra inglesa que significa troca e o Conselho de Administração da Carris trocou (e vou dar os números referentes a março

deste ano) uma taxa de 0,45% por uma taxa, como confirmou, que já vai nos 20% e que, na altura, era de 13%. Trocou, em montantes, em euros, recebeu, nesta troca, do Banco Santander 135 000 € e pagou 4,4 milhões de euros. Portanto, é uma troca em que claramente o Estado fica a perder e o banco é muito beneficiado. São 135 000 € contra 3,4 milhões, em março, e a situação desde lá para cá agravou-se.

Mas, avançando um pouco na direção do futuro, com este *swap* as coisas foram correndo bem até 2008. Em junho de 2008, o valor de mercado ainda era de 600 000 € positivos; em setembro, desceu para 3,6 milhões negativos; em outubro de 2008, para 7,3 milhões negativos; em dezembro de 2008, para 8,7 milhões negativos; em janeiro de 2009, 11 milhões negativos... E continuamos assim: 15, 20, 25, 30, 40, 50 milhões, ao longo deste período.

Perante este desastre, este descalabro — e todos os meses recebiam do Banco Santander o valor de mercado deste *swap* —, o que é que o Conselho de Administração fez? Que campanhas de alarme tocou? Tentou cancelar o *swap*? Tentou renegociá-lo? Alertou o Governo? Teve reuniões com a DGTF? Com a IGF? Tentou fazer alguma coisa ou deixou que, ao longo dos meses, esta situação se fosse degradando, até atingir 40, 50 milhões de euros de valor de mercado negativo?

É esta a pergunta que lhe faço e pedia-lhe uma resposta tão detalhada quanto possível do que fez a partir de junho de 2008 para salvar a Carris deste descalabro.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, por favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Obrigado, Sr. Deputado.

Bem, primeiro que tudo, volto a dizer que há que distinguir perdas potenciais de perdas reais, e que estamos permanentemente a misturar uma coisa e outra. E do que o Sr. Deputado esteve a falar foi de perdas potenciais — primeira questão.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Mas antes tinha falado de perdas reais.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Segunda questão: como é óbvio, não tínhamos nenhuma indicação, rigorosamente nenhuma, e continuávamos sem ter, de acordo com toda a informação que era disponibilizada, de que efetivamente esta situação se fosse arrastar da forma como se arrastou. E se, efetivamente a situação, como era expectável e havia sinais e indícios... Várias vezes houve — aliás, como os Srs. Deputados se lembrarão — Conselhos Europeus, que se sucederam Conselho após Conselho, de «vitória em vitória» até à completa..., enfim, não solução de assunto nenhum ou, pelo menos, muito relevante...

Portanto, os sinais que havia eram no sentido de que essa questão se iria resolver, eram que a Europa tinha encontrado mecanismos que iam finalmente travar a situação de degradação e da sua crise económica e financeira. Os Srs. Deputados sabem isso, seguramente, bem melhor do que eu, porque acompanharam a evolução dos Conselhos Europeus. Portanto, tudo apontava no sentido de que esta situação não se iria arrastar ao ponto a que se arrastou.

De qualquer forma, como já foi dito, a partir do momento em que a Carris teve a perceção de que este produto se tornaria, de facto, um produto causando alguns problemas com fluxos financeiros negativos — estou a falar do real, não estou a falar do potencial, Sr. Deputado! E, quanto ao potencial, também já lhe disse — e o senhor saberá e esses sentimentos

também ficam cá... —, já lhe disse que, de dezembro para agora, a situação recupera, de facto, praticamente, 30 milhões, como tive oportunidade de dizer, em termos da tal perda potencial e, portanto...

Também lhe quero dizer, exatamente, que, quando essa perceção existe, aquilo que acontece é que nós abordamos o Santander para renegociar com o Santander, não temos sucesso nessa renegociação. E, aí, eu esperaria, como já tive oportunidade de dizer aos Srs. Deputados, logo no início da sessão, aí eu esperaria, era aquilo que deveria ter acontecido, o Governo estava informado, porque a DGTF tinha a informação, toda a informação, e aí eu esperaria que efetivamente a empresa tivesse sido abordada pelo Governo, numa estratégia de negociação concertada e definida nas suas linhas essenciais pelo próprio Governo, apoiada naturalmente pelo próprio IGCP, para poder negociar, voltar a tentar negociar com o Santander em condições melhores do que aquelas com que tinha negociado, em finais de 2011, início de 2012.

Acresce que este *swap*, até 31/12/2008 — o Sr. Deputado esteve a falar de fluxos —, teve fluxos financeiros positivos de 4,2 milhões. Portanto, os problemas deste *swap* começam muito mais tarde; os problemas deste *swap*, verdadeiramente, começam já em 2012, em meados de 2012. E este *swap*, nos seus fluxos financeiros que, hoje, eu já aqui disse aos Srs. Deputados, que é efetivamente negativo em 7,1 milhões, este *swap*, se efetivamente nada tivesse sido feito, teria implicado para a empresa um custo financeiro, não de 7, mas de 14 milhões; e se nos tivéssemos limitado a trocar a tal taxa que negociámos por uma taxa fixa — como o senhor aí referiu, no início da sua intervenção — teria custado 21,4 milhões, portanto, mais 14 milhões (digo bem!) do que efetivamente custou em termos de fluxos financeiros até ao momento.

Portanto, as coisas, Sr. Deputado, têm de ser contextualizadas e têm de ser relativizadas, e tem de se perceber cada decisão no contexto em que foi tomada e nos efeitos positivos e negativos que efetivamente teve e quais eram as informações de que o Conselho de Administração dispunha para tomar as decisões que tomou.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, para que efeito pediu a palavra?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues, na sua resposta à minha questão, acabou de referir contactos feitos com o Santander para a reestruturação deste *swap*. Na documentação que foi recebida na Comissão, que eu pensava que estava completa, não há elementos quer nas atas do Conselho de Administração quer nos *e-mails*, relativos a estas alegadas reestruturações.

Nesse sentido, eu solicitava à Comissão que pudesse solicitar à Administração atual da Carris o envio de toda essa documentação, para que esta informação na Comissão fique efetivamente completa, com os dados relativamente à reestruturação que, de momento, salvo melhor opinião, não são existentes.

O Sr. Presidente: — É um requerimento verbal que, como tem sido prática, peço ao Sr. Deputado para transformar em escrito, para levarmos a uma nossa reunião de coordenação.

Não sei se o Sr. Doutor quer comentar alguma coisa, a propósito deste tema...

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Quero sim, Sr. Presidente.



O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, de imediato, faremos chegar esses elementos, que estão nas atas do Conselho de Administração, quando foi feita essa reestruturação, que foi analisada e está registada em ata do Conselho de Administração, exatamente. Esses elementos estão registados, inclusive, nas propostas que foram apresentadas pelo Santander e a análise que se fez a essas propostas.

Portanto, tudo isso, no limite, amanhã, estará na posse dos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Muito bem! Assim a questão fica encurtada.

Vamos, agora, passar ao Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de mais, quero agradecer a presença aqui do Dr. José Manuel Silva Rodrigues, pelos esclarecimentos que, até agora, prestou a esta Comissão.

Vou ser muito direta e sucinta nas minhas perguntas e tenho a certeza de que as respostas serão também diretas e sucintas. Começo por perguntar, e por pedir que me repita a resposta, muito claramente, quais foram as razões apresentadas pelo Governo para justificar a sua demissão.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho mais nada a dizer para além daquilo que disse — e penso que não omiti nada de relevante.

O Governo chama-me, pela primeira vez, no dia 6 de maio — já a polémica dos *swaps* há muito tempo, há três semanas, que estava na comunicação social —, e diz-me numa reunião em que estava a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro da época, hoje, Sr.<sup>a</sup> Ministra de Estado e das Finanças, e o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, e diz-me: «A Carris contratou dois derivados que consideramos inadequados». E deu-me este papel que também ficará com os Srs. Deputados. E eu, obviamente sobre este documento, disse aquilo que tinha a dizer e, portanto, justifiquei em que condições é que tínhamos contratado estes *swaps* e porquê. E a questão ficou nessa fase encerrada, não houve nenhum comentário adicional.

Volto a ser chamado, no final do mês de maio, como já tive oportunidade de dizer, em que, de novo, na presença dos mesmos Membros do Governo, me é dito que o Governo decidiu retirar a confiança política aos gestores que celebraram contratos de swap especulativos ou desequilibrados e, conseqüentemente, eu estava no grupo desses gestores, se pretendia apresentar a minha demissão. Ao que eu respondi, pelas razões que os senhores já conhecem e que eu tornei públicas, que não.

Bem, e na sequência disso, a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado o Sr. Secretário de Estado dos Transportes disseram — na altura, pedi ao Governo que a demissão fosse rápida e, portanto, que não se arrastassem estes processos, e ficou logo indiciado que, muito provavelmente, como aconteceu no Conselho de Ministros da quinta-feira seguinte, eu iria ser demitido. Como aconteceu! E, nessa altura, nessa reunião, é-me dito que, que já aqui tive oportunidade hoje de dizer e repito, que a decisão do

Governo não significava uma avaliação do Governo sobre o tema, esse assunto estava a ser objeto de avaliação, não estava concluído, mas porque o Governo entendia que os gestores não se deveriam apresentar com nenhum constrangimento nesta Comissão de Inquérito.

E, portanto, foi assim que me foi comunicada a minha demissão.

Como eu já tive oportunidade de dizer, logo no início, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça que, efetivamente, nunca li o relatório do IGCP pela simples circunstância de que ele nunca me foi facultado, pode haver 500 razões, extraordinariamente válidas, para fundamentar a inadequação dos produtos..., só que eu desconheço-as! E, portanto, não posso falar daquilo que não conheço!

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigada.

Posso perguntar-lhe se, alguma vez, pôs em causa o critério da sua demissão e não de outros gestores que assinaram e contratualizaram *swaps* com as mesmas características, inclusive com os mesmos bancos que hoje são considerados problemáticos, nomeadamente a, agora, Ministra Maria Luís Albuquerque que assinou contratos com o mesmo tipo de estrutura, nos anos em que foi diretora financeira da REFER.

Portanto, nunca colocou o critério para a escolha de alguns gestores e de outras não, sendo que vários tinham assinado produtos com as mesmas características?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, não me cumpre, como perceberá, responder a essa pergunta. Obviamente que tudo o que eu possa dizer sobre isso é especulação. Então, agora tem-se falado tanto em especulação, tudo o que eu possa dizer sobre isso é especulação. Só a Sr.<sup>a</sup> Ministra, hoje, é que poderá dizer exatamente quais foram os critérios para considerar haver decisores que tomaram más decisões e decisores que tomaram boas decisões.

Houve uma coisa que percebemos todos: a REFER só tomou boas decisões. Ainda bem para a REFER e para os contribuintes! Outras empresas terão tomado boas e más decisões — pois, foi o caso da Carris!

Bem, foi só isto que percebemos, não conseguimos perceber mais nada, até hoje. Também não tenho, nem tenho que ter, a informação sobre as razões que levaram o Governo a demitir estes três gestores e a não demitir outros gestores.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Bom, passando a um outro tema.

Relativamente ao acompanhamento dos instrumentos de *swap* da Carris, sabe dizer-me quem era responsável por fazer este acompanhamento por parte da tutela durante os diversos governos, nos últimos anos, nas últimas décadas?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, por favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sabemos a quem, trimestralmente, enviávamos o reporte. Mandávamos à DGTF e, dentro da DGTF... Como ficará visível nos quadros que aqui entrego aos Srs.

Deputados, era o Dr. Sousa Bentes, Diretor Financeiro da empresa, que escrevia, aliás, «por indicação do Sr. Presidente do Conselho de Administração, procedo ao envio da informação». Para onde mandava essa informação? Para a DGTF, para a Dr.<sup>a</sup> Fernanda Martins, que penso que é diretora de serviços do setor empresarial do Estado. Penso que é assim, mas, enfim, é um dos diretores de serviços da DGTF. Era o circuito que estava montado e era o circuito que era seguido.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Afirmo na carta que escrevi que a tutela financeira da Carris foi sempre informada, com todo o detalhe, trimestralmente, através dos *swaps* feitos, do seu valor de mercado e da sua estrutura. Portanto, a partir daqui posso assumir que não existia forma de o Ministério e a tutela não terem conhecimento do valor de mercado destes *swaps*, da sua estrutura e das suas características? Não existia forma de a tutela não conhecer o que se passava na Carris?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, confirmo. Não existia forma de a tutela não conhecer o que se passava na Carris. E a tutela conhecia quer pelo reporte trimestral, desde meados de julho de 2011, quer pelos relatórios anualmente aprovados em assembleia geral pelo acionista Estado.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Nos vários relatórios e contas da Carris é possível verificar que a Deloitte fazia auditorias à empresa.

Gostaria de lhe perguntar se alguma vez a Deloitte, nas várias auditorias que fez, apontou para um risco decorrente desses instrumentos de derivados.

Como sabemos, a Deloitte é uma empresa consultora envolvida em vários casos conhecidos em Portugal. Alguma vez a Deloitte apontou para estes riscos dos produtos derivados?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a Deloitte é o auditor externo da Carris há vários anos e em nenhum caso, ao longo destes 10 anos, nenhuma vez, nos relatórios anuais que tem de emitir para acompanharem o relatório e contas da empresa, nunca a Deloitte levantou qualquer problema sobre a natureza dos contratos, os objetivos dos contratos ou os riscos dos contratos.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Já mencionou isto mas esta é uma questão que, de facto, se levanta aqui.

A tutela aprova o relatório e contas da Carris em 2012 onde já vem informação sobre os contratos de swap e a própria Secretária de Estado já conhecia as características e os valores de mercado dos contratos de *swap*. Este relatório é aprovado e a gestão é elogiada. A gravidade do assunto já era conhecida. De repente, sem que se perceba bem, há um conjunto de gestores que são demitidos, incluindo o Sr. Doutor.

Consegue explicar se podia haver da parte do Governo uma não compreensão da matéria, se o Governo não tinha noção da dimensão da gravidade do que se tratava e só se apercebeu disso por milagre em 2013, ou qual é a razão para num dia, de facto, haver um elogio à gestão da Carris e no dia seguinte, exatamente com a mesma informação disponível, haver gestores demitidos com base numa suposta má gestão ou má contratação de derivados?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Bem, sobre isso já aqui tive oportunidade de dizer que acho que só o Governo pode justificar porque é que mudou subitamente de posição, mas, tal como também já disse, nas atas da assembleia geral, que aqui deixarei também aos Srs. Deputados – todas as atas das assembleias gerais desde 2003 –, o Governo não pode ser mais claro logo no ponto 1: «o acionista Estado regista com apreço os esforços desenvolvidos pelo Conselho de Administração da Carris tendo em vista o cumprimento das determinações legais a que a empresa se encontra vinculada enquanto entidade do setor empresarial do Estado e as orientações que lhe tem dirigido, bem como com os resultados que foram alcançados em vários domínios» – repito, «bem como com os resultados que foram alcançados em vários domínios.»

Esta declaração de voto do acionista, aprovada na assembleia geral de março deste ano, é sobre um relatório onde está tudo, tudo! E como os senhores sabem, já o disse aqui hoje, as contas são aprovadas por despacho conjunto dos dois secretários de Estado, da tutela setorial e da tutela financeira.

Portanto, esta declaração faz parte de um documento, de um despacho que foi assinado pela Dr.<sup>a</sup> Maria Luís Albuquerque e pelo Dr. Sérgio Monteiro, na qualidade, respetivamente, de Secretária de Estado das Finanças e de Secretário de Estado dos Transportes.

É o que posso responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Na sua carta menciona também um despacho em que diz que o Governo legitima a realização de *swaps*.

Queria perguntar se alguma vez houve instruções da tutela, de alguma forma, para que houvesse uma gestão ativa de *swaps*, para que os *swaps* fossem utilizados para terem rendimento financeiro, como forma de ter mais acesso a crédito ou a ganhos financeiros e não apenas para gerir uma cobertura de risco de taxa de juro?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, sobre isso o que lhe posso dizer é que o Despacho n.º 101/09, de 30 de janeiro de 2009, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças da época, é obviamente claro sobre esta matérias: «As empresas públicas não financeiras devem adotar uma política ativa de reforço dos seus capitais permanentes», dizendo noutro ponto que «as empresas públicas não financeiras devem adotar procedimentos de avaliação sistemática do risco financeiro e medidas de mitigação do mesmo através de uma adequada diversificação de instrumentos de financiamento, de entidades credoras e de modalidades de taxa de juro disponíveis, bem como da contratação criteriosa de



instrumentos de gestão de cobertura de risco em função das condições de mercado.» Repito, «bem como da contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de risco em função das condições de mercado.»

Portanto, o acionista está a dizer às suas empresas que podem fazer, não está a dizer que façam, mas também não está a dizer que não façam. Está a dizer que podem fazer esta gestão na medida e com a preocupação, naturalmente, de ser criteriosa e tendo como objetivo, como aqui se diz com muita clareza, efetivamente, permitir a diversificação dos instrumentos de financiamento.

Penso que terei respondido à questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada levantou.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Passando aos contratos em concreto, vejo que tem um contrato de *swap* assinado com o antigo BPN que neste momento paga uma taxa de 5%, recebe uma taxa de cerca 0,3% e tem um valor de mercado de -12 milhões de euros.

Queria saber, por uma questão de informação a esta Comissão, a quem é que este contrato está a ser pago. Está a ser pago ao banco BIC ou a outra entidade bancária?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, este contrato, até aqui, tem sido pago, de acordo com aquele que era indicado como o diretor financeiro – que, enfim, «interlocutava» com o Diretor Financeiro da Carris – do antigo BPN e que estava sob tutela da Caixa Geral de Depósitos.

Nos últimos contactos, não se sabia ainda se estes *swaps* permaneceriam na tutela da CGD ou se transitariam para o BIC. É a informação que temos.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Portanto, neste momento é a Caixa Geral de Depósitos quem recebe...

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Deixe-me só acrescentar que, de qualquer forma, o dinheiro é depositado numa conta em nome do BPN..., numa conta que está em nome do BPN, deduzo que sedeadada na Caixa Geral de Depósitos. Mas não sei responder exatamente a essa questão.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Podemos ver na informação que temos sobre os contratos que há um último contrato com o BESI, que é de 2009, no qual se aponta para uma estrutura de pagamentos deste género, e corrija-me se estiver errada: paga uma Euribor a 3 meses, mais 5,95 fixos, e recebe uma Euribor a 3 meses. Portanto, paga o que recebe e mais 5,95, independentemente da Euribor.

Gostaria de perceber em que medida é que isto contribui para cobrir variações da taxa de juro, já que sempre que elas variam se compensam e paga sempre 5,95. Portanto, em que medida é que este *swap* pode ser caracterizado como um *swap* de cobertura de risco de variação da taxa de juro?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Esse *swap* é já o efeito de uma reestruturação de um *swap* originário feito com o BESI e, efetivamente, se não o tivéssemos reestruturado teria tido custos, fluxos financeiros muito negativos para a Carris.

Portanto, essa nova configuração resultou efetivamente de uma reestruturação feita em 2009, como diz.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Mas, neste momento, este *swap* não cobre variações de taxa de juro? Não é um *swap* de cobertura de risco de taxa de juro?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Bem, Sr.<sup>a</sup> Deputada, na medida em que, como diz, há sempre um balanceamento de um lado e do outro das próprias variações da taxa de juro, significa que não é, neste momento, por força daquilo que é a realidade do produto, um *swap* de cobertura; é um *swap* que resultou de uma reestruturação que, a não ser feita, teria implicado, exatamente pelas razões que já aqui aduzi em todas as intervenções anteriores, um custo financeiro muito elevado para a companhia e que por esta via foi evitado.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — A questão que temos aqui é esta: neste momento, confrontamo-nos com uma série de *swaps* e de reestruturações que são feitas de forma condicionada, em que os bancos têm muito mais poder porque temos de compensar perdas muito avultadas de *swaps* realizados anteriormente.

O Sr. Doutor usou aqui a metáfora de um avião: ora, se eu apanho o avião da TAP, por exemplo, para a Madeira e o avião cai, de quem é a responsabilidade? É minha? Não é, com certeza. Há um risco de o avião cair. Mas se, em vez de apanhar um avião, resolvo ir até à Madeira de asa delta e a asa delta cai no meio do caminho, a responsabilidade é minha? Provavelmente é! O bom senso diz-me que a asa delta nunca chegará inteira à Madeira e também me diz que o mais seguro seria apanhar o avião da TAP e não ir de asa delta.

Portanto, temos aqui um problema e estamos sempre a avaliar estes *swaps* de forma errada, porque o que determina se um *swap* é ou não bom para o Estado não é o nível de lucro que o *swap* dá. Não é por *swap* dar muito lucro que ele é bom para o Estado, ele é bom na medida em que é um avião da TAP e não uma asa delta. Assim, temos de avaliar os *swaps* pela segurança que eles dão ao dinheiro público e pela forma como protegem o erário público.

Ora, o que temos em vários dos *swaps* da Carris, nomeadamente nas primeiras estruturas do BESI e também nos contratos do banco Santander, são *swaps* com características, no mínimo, muito complexas.

Por exemplo, temos *swaps snowball*. Qual é a característica de um *swap snowball*? É um *swap* que tem uma taxa de juro mais um *spread*, um *spread* que, em si, já muda consoante a maturidade e a curva de rendimentos do nível de *swaps* de mercado. Portanto, é um *spread* que já por si varia sem grande controlo, ou não é um *spread* indexado a uma taxa

simples, e depois tem um cupão que depende sempre do cupão anterior, o que quer dizer que se há um ano, há um mês ou há um dia em que haja um azar e a taxa de juro saia de controlo, no mês a seguir vou sempre pagar o preço desse descontrolo da taxa de juro, porque o cupão do mês seguinte é sempre o do mês anterior mais qualquer coisa.

Portanto, quando uma taxa de juro começa a subir não tem como voltar atrás, vai subir sempre – é um *snowball*, uma bola de neve, é sempre cumulativo!

Temos outras características com o *bermudan option*, que é um *bermuda* considerado exótico – chama-se *bermuda* porque está entre as legislações europeia e americana –, que confere aos bancos, às entidades contratantes a hipótese de terminar o contrato a qualquer momento. Estas são opções consideradas perigosas para as empresas, porque os bancos estão sempre em posição de força relativamente às empresas para terminar o contrato.

A minha pergunta é: quando assinou estes contratos teve a consciência dos riscos que estava a assumir? Quando assina um *snowball* tem consciência de que é muito mais arriscado do que um *plain vanilla*? Tem consciência de que está a assinar «um asa delta» e não «um avião da TAP»?

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Doutor, que pressões existiam para assinar estes contratos? Vários gestores disseram que havia pressões da banca para que se assinassem estes contratos mais complexos. Há ou não pressões das entidades bancárias para assinar estes contratos mais complexos?

Termino perguntando também o seguinte: tanto o parecer jurídico que temos como as declarações do Presidente do Tribunal de Contas deram a entender que vários destes contratos deveriam ter ido ao Tribunal de Contas porque configuravam alterações ao financiamento das empresas. Gostava de lhe perguntar se acha ou não que estes contratos deveriam ter ido ao Tribunal de Contas e deveriam ter tido um parecer prévio deste Tribunal.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sobre os riscos já falámos longamente durante esta manhã. Portanto, os riscos, naturalmente, existiam mas a probabilidade de ocorrência desses riscos era tão pequena, de facto, que não se justificava valorizá-los, porque, obviamente, os riscos só aconteceriam no momento em que não apenas caísse a taxa de juro, era preciso mais do que isso, e que caísse de forma abrupta e brutal como caiu. Portanto, tinham de se conjugar dois efeitos: intensidade e duração. E se já era duvidoso que ocorresse o efeito de intensidade com a dimensão com que ocorreu, então o efeito de duração era uma coisa que não passava pela cabeça de nenhum de nós.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, não tenho nenhuma dúvida de que não passava pela cabeça de nenhum de nós — permitam-me, enfim, esta ousadia de falar pelas vossas cabeças — de que, de facto, a Europa se arrastaria durante seis anos nesta situação em que tem estado.

Portanto, esse risco não existia. A dúvida sobre o futuro do euro, as dívidas soberanas de países fundadores do euro classificados como lixo,... Podemos continuar a enumerar coisas que hoje passaram a fazer parte do

nosso dia-a-dia, mas que eram absolutamente inimagináveis. Portanto, a situação é esta.

Nós decidimos, num determinado momento, com base naquilo que é a história de tudo o que aconteceu, com base em previsões dadas por entidades credíveis — não eram previsões que nós inventássemos. Portanto, as probabilidades de estas coisas acontecerem eram quase nulas.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Quase!...

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Quase, com certeza, porque nulo não há nada, Sr. Deputado. Nulo é fazer nada. E mesmo fazendo nada pode sempre acontecer-nos qualquer coisa.

Portanto, essa questão era absolutamente clara quando nós tomámos as nossas decisões.

Quanto às pressões dos bancos, nós, obviamente, nunca sentimos pressões no sentido de nos dizerem, quando estávamos a negociar um financiamento, «ou fazem o *swap* ou nós não financiamos». É nesse sentido que estamos a falar. Isso nunca aconteceu.

Nós fomos abordados, como imaginarão, desde 2003,  $n$  vezes, por  $n$  bancos, a propor  $n$  *swaps*, desde os *swaps* normais de taxa de juro até *swaps* de *commodities*. No nosso caso, petróleo, como perceberão, para nós é uma variável muito relevante. Sobretudo numa altura em que os preços do petróleo dispararam, isso teve um enorme impacto na nossa conta de resultados, que nós nunca aceitámos, exatamente porque achámos que entrávamos num terreno de risco, que não dominávamos. Por outro lado, efetivamente, fizemos apenas e só aquilo que considerámos que era imprescindível fazer na defesa do interesse da Carris, da proteção dos

efeitos negativos do aumento das taxas de juro e, conseqüentemente, na defesa do seu acionista, o Estado português.

Quanto à última questão que a Sr.<sup>a</sup> Deputada colocou, sobre o visto prévio do Tribunal de Contas, não temos nenhuma dúvida de que não era necessário o visto prévio do Tribunal de Contas. Mas digo mais: se essa questão se colocasse, como o Tribunal de Contas audita a Carris em dois momentos — 2009 e 2013—, e analisa o tema dos *swaps* nestas duas auditorias, seguramente que o Tribunal de Contas teria imediatamente levantado a questão se tivesse verificado que nós tínhamos contratado não respeitando aquilo que eram as competências da empresa e, sobretudo, não cumprindo determinações que eventualmente pudessem obrigar ao visto prévio do Tribunal de Contas.

Portanto, a minha resposta categórica à pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada é: a Carris não necessitava do visto prévio do Tribunal de Contas para a assinatura destes contratos.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Virgílio Macedo, do PSD.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Começo por cumprimentar o Dr. Silva Rodrigues pelas respostas que já deu.

O Sr. Doutor já referiu aqui, várias vezes, que desconhece um pouco as razões pelas quais foi demitido.

A minha primeira pergunta é no sentido de saber se conhece a resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.



O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Claro que conheço, Sr. Deputado. É o mínimo que posso conhecer, como perceberá, uma vez que é ela que fundamenta a minha demissão como Presidente do Conselho de Administração do Metro. Depois, obviamente, manda também desenvolver os procedimentos normais para, no caso das sociedades anónimas, que é o caso da Carris, se proceder à mesma demissão.

Portanto, conheço muito bem a resolução. A resolução o que diz é que é retirada a confiança política e que são demitidos os gestores, presidentes e administradores financeiros à época que tenham celebrado contratos especulativos ou desequilibrados.

Estou a falar de cor. Tenho a resolução comigo, mas penso que diz alguma coisa parecida com isto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Diz um pouco mais do que isso. Diz também que dos referidos contratos resultaram prejuízos avultados e riscos significativos para o erário público. Portanto, são também esses riscos significativos para o erário público e os prejuízos avultados pela celebração desses contratos o que origina a sua demissão.

Fazia-lhe uma pergunta: não acha que um gestor que assina quatro contratos que, à data de 31 de dezembro de 2012, tinham prejuízos potenciais de 105 milhões de euros por si só é uma razão válida para a sua demissão?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faz favor.

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Não, não acho, Sr. Deputado. Se achasse, ter-me-ia demitido. E vou dizer-lhe porque é que não acho: porque, obviamente, estamos no domínio dos riscos potenciais, como já há pouco lhe referi, que de 31 de dezembro para 31 de agosto recuperaram quarenta e vários milhões de euros, como também referi e que lhe vou aqui deixar — primeira questão.

Segunda questão: como o Sr. Deputado saberá, é normal um acionista avaliar globalmente a gestão que é feita pelas suas equipas de gestão. E a gestão da Carris, como aliás a de qualquer empresa, não se esgota na vertente financeira e ainda menos nos derivados. E, obviamente, a gestão da Carris... Neste caso, estamos a falar de 10 anos de gestão, sempre com resultados manifestamente positivos do ponto de vista operacional, de consolidação e desenvolvimento da empresa, que se tornou, no seu setor de atividade, uma referência.

Portanto, aquilo que, enquanto gestor, espero do meu acionista, público ou privado, é que tenha capacidade para, com isenção e rigor, avaliar a qualidade de toda a minha gestão e de todos os atos que pratiquei durante a minha gestão.

Acresce, como já tive oportunidade de dizer aos Srs. Deputados, que o resultado operacional da empresa tem uma melhoria de praticamente 90 milhões de euros, mais do que isso... Portanto, há um conjunto muito diversificado de aspetos para se avaliar a qualidade e a competência da gestão. Parece-me, pois, manifestamente desajustado demitir um gestor, sobretudo que durante 10 anos trabalha afincadamente, dando o melhor de si, das suas capacidades e das suas competências, como aliás é seu dever, porque esse é o nosso dever enquanto responsáveis, qualquer que seja a nossa função, por que possa — possa!, porque as decisões são do Conselho de Administração — ser corresponsável por uma decisão que tem um

prejuízo potencial de  $x$  e que, entretanto, já teve, naturalmente, alguns custos financeiros.

Até porque, Sr. Deputado, já demonstrei aqui — esses elementos ficarão com a Comissão de Inquérito — que se não tivéssemos feito nada — o que é absurdo, porque ter gestores para fazer nada não vale a pena —, se não tivéssemos contratado nenhum *swap*, o custo financeiro para a Carris teria sido muito maior do que foi aquele de contratar os produtos que contratou.

Segunda questão: também já aqui referi — e os elementos ficarão na Comissão de Inquérito — que se nos tivéssemos limitado a trocar taxa variável por taxa fixa o custo financeiro para a empresa teria sido maior do que aquele que foi. Portanto, Sr. Deputado, como é óbvio, acho que não haveria razões para que essa demissão se tivesse verificado.

E até estou convencido de mais, permita-me que lhe diga: se o assunto não tivesse seguido o rumo que seguiu, se efetivamente não se tivesse ido pela estrada que o Governo decidiu percorrer, esta de politizar o tema dos *swaps*, eu tenho a certeza absoluta de que não teria sido demitido.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Eu não pus em causa a sua boa-fé na celebração dos contratos. Mas, claramente, a celebração desses contratos teve um prejuízo enorme para o erário público, que levou o Tribunal de Contas a dizer que os custos suportados pela Carris ameaçaram a sustentabilidade financeira e que as perdas avultadas com os contratos de *swap* estiveram na base deste aumento de financiamento em 68,8%. Portanto, deixa de haver dúvidas — quem o diz é o Tribunal de Contas, não sou eu — de que houve um agravamento dos custos

financeiros da Carris resultado desses contratos de swap e que também põem em causa a viabilidade futura da empresa.

Mas disse novamente que a sua demissão foi um processo político. Não, a sua demissão foi uma decisão política de responsabilização. Muitas vezes, diz-se que neste País a culpa morre sempre solteira. Será que, num processo em que o Governo toma uma decisão política de responsabilizar os gestores que tomaram decisões de gestão — não estou a dizer que de má-fé — que tiveram um prejuízo enorme para o erário público, não é uma decisão de saudar?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, com o devido respeito, essa é a sua interpretação, não é a minha interpretação. E aqui cada um de nós tem a liberdade de pensar o que quer sobre o tema.

Eu acho que a minha demissão foi apenas uma consequência de o Governo ter decidido tratar o tema da forma que decidiu tratar — é a minha profunda convicção.

Segunda questão: Sr. Deputado, agora sou eu que digo que não vale a pena ler só um bocadinho do relatório do Tribunal de Contas. Vale a pena ler todo o relatório do Tribunal de Contas. E este relatório, de 2013, já vem na sequência do relatório de 2009. É outro relatório, é um segundo relatório, o Tribunal de Contas conhece bem a situação da empresa, naturalmente.

E, sobre essa matéria, o Tribunal de Contas, na página 9, parágrafo 42, diz: «Sem uma solução para a situação de endividamento em que a empresa se encontra, não é certo que seja possível a atividade da empresa ter viabilidade no futuro, até porque a indemnização compensatória dada

pelo Estado tem tendência a diminuir, como demonstra o ano de 2012, em que reduziu 63%».

A ameaça da sustentabilidade financeira da Carris, como eu já disse, não é os swaps, é muito mais do que isso. E na página 10, Sr. Deputado, o relatório do Tribunal de Contas também, efetivamente, recomenda ao Governo que promova, juntamente com o IGCP, uma solução que resolva a situação de endividamento da empresa.

Ainda na página 37 desse mesmo relatório, Sr. Deputado, diz o Tribunal de Contas: «Não obstante o endividamento adicional ser apenas de 28 milhões em 2011, a empresa, por dificuldades de acesso ao financiamento, tem vindo a substituir o capital de médio e de longo prazo por capital de curto prazo, cujo *spread* é quase 100 vezes superior» — como eu já tinha aqui referido hoje. «A taxa média do capital de curto prazo em 31/12/2010 era de 1,94% e um ano depois era de 5,32%. Importa ainda referir que a taxa média do capital de curto prazo em 30/06/2012 era já de 7,1%, o que pressupõe uma situação mais gravosa em 2012».

Portanto, o Tribunal de Contas é muito claro na avaliação daquilo que põe em causa: a sustentabilidade financeira da Carris. Claro que o Tribunal de Contas também diz — não podia deixar de dizer — que o tema dos *swaps* agravou a situação dos custos financeiros, mas, em 2012, os *swaps*, como está no tal relatório e contas aprovado por despacho conjunto da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado do Tesouro e do Sr. Secretário de Estado dos Transportes — já lá está referido — custaram 17 milhões. E a empresa, em 2012, despendeu de custos financeiros 70 milhões.

Bem vê, Sr. Deputado, que a Carris teria, enfim, problemas financeiros bem mais fáceis do que aqueles que enfrenta se, de facto, os seus custos fossem de 17 milhões *versus* 70 milhões.

Portanto, Sr. Deputado, o grosso dos custos financeiros da Carris não tem nada que ver com os *swaps*.

Os *swaps* agravam — ponto final, parágrafo. É uma evidência. Mas não são os *swaps* que põem em causa a sustentabilidade, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo: — Eu também não disse que os *swaps* eram o que exclusivamente punha em causa a sustentabilidade da empresa. E tudo o que referiu não desmente que a sua decisão de subscrever aqueles quatro contratos provocou e poderá provocar no futuro prejuízos enormes para o erário público.

Mas permita-me recordar-lhe que o artigo 64.º do Código das Sociedades Comerciais refere os deveres fundamentais da administração de uma empresa, um dos quais é o da prudência, E, nesse sentido, penso que já ficou demonstrado nesta Comissão, e durante esta audição, que prudência foi coisa que a Administração da Carris não teve quando subscreveu estes contratos.

O Dr. Guilherme d'Oliveira Martins disse que estes contratos de *swap* não serviram o interesse público. Na sua opinião, o Dr. Guilherme d'Oliveira Martins está errado?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Ó Sr. Deputado, começando pelo fim, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas fez essa afirmação num contexto mais geral e, portanto, enquanto afirmação geral terá, com certeza, aderência à realidade e não me passa pela cabeça pôr em

causa a aderência da afirmação feita pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas, por quem tenho naturalmente o maior respeito e a maior estima.

Portanto, é uma afirmação de natureza geral, cada caso é um caso, cada empresa tem uma situação e é, com certeza... e os Srs. Deputados sabem bem isso até pelo vosso trabalho a partir de hoje e por aquilo que vão ter de fazer, vão ouvir *n* empresas, cada uma com a sua situação, cada uma obviamente vai justificar de uma maneira ou de outra o que fez ou não fez, porque fez ou porque não fez.

É uma questão a qual eu acho que não pode nem deve ser analisada num plano geral, tem de se ir, de facto, para a situação mais particular para se perceber, em cada caso, o que está verdadeiramente em causa, porque que foi feito, em que contexto, por que razão e com que motivações.

Em segundo lugar, sobre a questão da prudência que o Sr. Deputado — e bem! — lembrou e que faz parte, aliás, das obrigações dos gestores de qualquer empresa, claro que faz, eu já aqui disse e evidenciei que, ao longo dos 10 anos da gestão da Carris, obviamente que a gestão teve sempre toda a ponderação e que todas as decisões foram tomadas com um único objetivo: ganhar o equilíbrio operacional, aumentar a eficiência da empresa, aumentar a sua produtividade, melhorar o seu resultado, dar-lhe sustentabilidade e desenvolvimento.

Foi por isso que a empresa Carris se tornou um caso de sucesso no setor empresarial do Estado, Sr. Deputado, e não sou eu que digo isso, é público. A Carris é uma empresa que durante estes 10 anos ganhou inúmeros prémios nacionais e internacionais e que fez uma recuperação muitíssimo positiva que foi reconhecida desde a primeira hora pelo próprio acionista. As atas das assembleias gerais que aqui ficarão com os Srs. Deputados evidenciam com toda a clareza que assim foi.

Portanto, o que não faltou foi prudência, o que não significa não fazer nada. Sei bem que muitas vezes na gestão pública é preferível não fazer nada e sei bem... Enfim, servi o Estado durante 35 dos meus 41 anos de vida profissional e ao fim de 35 anos, em que em mais de 30, Srs. Deputados, tive altas responsabilidades no Estado — fui diretor-geral, fui administrador de empresas públicas, fui presidente de organizações internacionais em representação do Estado português no domínio dos transportes... — e, não obstante, ao fim destes 35 anos, o Estado, como já foi visto e demonstrado, despede-me liminarmente, num processo sumário, sem direito a contraditório...!

Portanto, obviamente, como já alguém disse — e bem! —, talvez alguns dos produtos, pelo menos, não sejam de alto risco. De alto risco é ocupar altas funções no Estado, sobretudo quando este atua desta forma.

Essa questão, para mim, é obviamente uma questão relevante, porque «não caí de paraquedas» como Presidente da Carris em 2003!... Penso, pois, que essa questão tem alguma importância.

Quanto à questão dos contratos, ó Sr. Deputado, também já demonstrei na minha intervenção de hoje e nos elementos que vou entregar à Comissão de Inquérito, que fica evidente que se, efetivamente, nos tivéssemos limitado a trocar taxa variável por taxa fixa, isso tinha tido um custo financeiro superior para a empresa do que tiveram os resultados da decisão da contratação destes quatro produtos. E, se não tivéssemos feito nada (que, como eu disse, considero um absurdo, por definição, mas enfim...) e se ficássemos à espera que a taxa de juro descasse, que haveria algures de descer, da mesma forma isso teria também custado mais dinheiro ao erário público porque teria implicado mais custos financeiros para a Carris, tal como os elementos que vos deixarei aqui atestam de forma clara.



Em conclusão sobre esta matéria, o que me parece é que, efetivamente, as decisões tomadas foram as melhores que podiam ter sido tomadas, naquele momento e com aquela informação. E, pese embora terem um impacto negativo, esse impacto é melhor, é menos negativo do que teriam se tivéssemos tomado todas essas decisões alternativas de não fazer nada ou de nos limitarmos a contratar taxas de juro fixas em vez de taxas variáveis.

Portanto, o que fizemos foi o que nos competia fazer, que era segurar o risco de um aumento continuado de taxas de juro. Isso altera-se, pois altera, porque o mundo se alterou, porque o mundo desabou, porque o sistema financeiro desabou e porque, de facto, grandes pilares do sistema financeiro como a Lehman, a AEG...

Quer dizer, aconteceram coisas inimagináveis por nós todos. No momento em que essas coisas aconteceram, no momento em que entramos em recessão, no momento em que durante seis anos a Europa se mostra incompetente para resolver os seus problemas de *governance*, do seu sistema monetário, da sua moeda, Srs. Deputados, obviamente que isso teve consequências terríveis para a Europa e não foi só no tema dos *swap*, os quais são um tema no meio destes tantos problemas que entretanto a Europa tem enfrentado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — O Dr. José Manuel Silva Rodrigues refere os méritos que teve durante a governação da Carris, mas esses méritos não relevam o enorme prejuízo causado ao erário público na celebração destes quatro contratos. Portanto, para mim é normal, se houve um prejuízo para o erário público, que alguém seja responsabilizado.

Obviamente que um gestor público tem deveres de prudência acrescidos aos de um gestor de uma empresa privada, porque está a trabalhar, está a arriscar o dinheiro de todos nós, de todos os contribuintes.

Penso que o Dr. José Manuel Silva Rodrigues, pelas notícias que têm vindo a público, neste momento exerce funções numa empresa privada. Pergunto-lhe, no âmbito de uma empresa privada, não esta especificamente, mas outra, se acha que um gestor tomaria as decisões que tomou aquando da celebração dos contratos e quais seriam as consequências para essa empresa dessa tomada de decisão. É porque, no limite, a sua tomada de decisão da celebração desses quatro contratos numa empresa privada levava a que a empresa fosse à falência, a que tivesse de fechar, se fosse uma empresa privada.

Obviamente que numa empresa pública a situação é diferente, o nível de endividamento é diferente, etc., mas gostaria que me referisse se durante a sua atividade numa empresa privada não vai ter também prudência, ainda mais acrescida, relativamente à celebração deste tipo de contratos.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Mas, Sr. Deputado, como perceberá, sobre aquilo que é hoje a minha atividade profissional não me vou pronunciar, nem essa é matéria da Comissão de Inquérito.

Sobre a questão de fundo que coloca, já evidenciei e já demonstrei que qualquer outra decisão acarretava prejuízos maiores do que aquela que foi tomada. Isso é evidente!... São números!

Sr. Deputado, não fazer nada tinha mais custos financeiros do que se fazer o que se tinha feito, assim como trocar taxas variáveis por taxas

fixas tinha mais custos financeiros do que aqueles que custaram. Portanto, qualquer outra decisão seria uma decisão igualmente penalizante e, como fica evidenciado, mais penalizante.

Só quero frisar, para que não restem quaisquer dúvidas, que não estou a fazer autoelogio, que nem me ficaria bem. Sobre o elogio à Carris, é o próprio Tribunal de Contas que o faz, o Estado, e é público. Mas o que se fez na Carris não foi o resultado do trabalho do seu Presidente, mas sim, como já tive oportunidade de dizer, o resultado do trabalho de uma enorme equipa, não apenas da equipa de gestão, mas de uma equipa de direcção muitíssimo motivada, muitíssimo responsável, muitíssimo competente, que dá todos os dias o melhor de si, com ambição, para fazer da Carris uma empresa cada vez melhor. É para isso que se trabalha na Carris e estou à vontade para o dizer, porque, como sabem, desde o dia 7 de junho passado que não estou na empresa.

Sobre o tema da prudência, ó Srs. Deputados, eu já aqui perguntei se se considera que o Conselho de Administração, quando tomou as decisões que tomou — e foi disso que eu tomei nota aqui, nos meus apontamentos —, foi negligente, foi imprudente... Não tomou em consideração relatórios e informação relevantes? Foi incompetente porque decidiu ao contrário daquilo que recomendaria a informação disponível? Não, nada disso aconteceu!!

Aquilo que fez o Conselho de Administração fê-lo naquele momento... Volto a dizer que, tal como consta dos documentos que apresentei, vale a pena não esquecermos, de facto, que estávamos em 2005, em 2006 e em 2007 e o que é que então sabíamos? Decidimos com base em quê? Naquilo que estava a acontecer, naquilo que foi acontecendo, no histórico e obviamente naquilo que eram as previsões dadas pela Reuters, pela Bloomberg... Quer dizer, não eram coisas que nós inventássemos, não

nos pusemos a especular sobre o futuro! Fomos olhar para os elementos disponíveis, que tinham sido aqueles que serviram toda a vida, como os Srs. Deputados sabem, para se tomarem e fundamentarem decisões.

Portanto, o que fizemos foi feito, obviamente, com toda a prudência, com toda a ponderação, analisando cuidadosamente a informação que tínhamos, olhando para as expectativas que, de acordo com as previsões, podíamos fundamentadamente ter. E foi em função disso que decidimos. Não houve nenhuma falta de prudência, não houve nenhum aligeiramento, não houve excesso de voluntarismo! O que houve foi a vontade que sempre tivemos, durante estes 10 anos, de fazer as coisas o melhor que sabemos e o melhor que podemos.

Quanto à última questão, ó Sr. Deputado, eu sei de várias empresas privadas que sofreram igualmente dos impactes negativos de *swaps* contratados em resultado desta situação. Conheço várias e o Sr. Deputado também conhecerá...!

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — E outras não!

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — Exatamente — e outras não. Agora, enfim,...

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. José Manuel Silva Rodrigues: — ... e outras não.

Como lhe disse, houve umas que fecharam, muitas delas, infeliz e dramaticamente para nós, fecharam por razões que não tiveram nada a ver com *swaps*, infelizmente, como sabemos... E, por isso, hoje temos milhões

e milhões de pessoas por essa Europa fora desempregadas e com problemas, e em Portugal também, com taxas de desemprego como nunca tivemos. Conhecemos isso tudo muito bem...

Mas houve uma multiplicidade de razões que determinaram que as coisas fossem aquilo que foram, que não era o que desejaríamos nem era disso que estávamos à espera. Mas não foi por excesso de voluntarismo, foi de acordo com o que era razoável que acontecesse, mesmo no pior cenário. E o pior cenário não era este, Sr. Deputado! Este cenário em que vivemos nos últimos anos nunca esteve em cima da mesa, como bem sabemos.

Por outro lado, é óbvio que estas empresas, com níveis de endividamento muito elevados... Não é por acaso que o tema dos *swaps* é particularmente relevante para as empresas do setor público, não é! E não é por uma razão simples, que os Srs. Deputados conhecerão: é que efetivamente estas empresas, por força da «incompetência» como em diversos domínios o tema foi tratado ao longo de muitos anos, muitos anos (não é novo, não tem dois ou seis anos, tem muitos anos), chegaram a este estado de desequilíbrio financeiro, de enorme endividamento, de enorme escassez de recursos e, na maior parte das vezes, o acionista disse a cada uma das empresas: «Resolvam o problema. Têm salários para pagar, paguem-nos. Vão endividar-se para pagarem os salários. Têm FSE para pagar? Paguem-nos. Vão endividar-se para pagar esses FSE»...

Portanto, estas empresas acumularam uma dimensão de dívida verdadeiramente dramática, como sabemos. Por isso, também, como se percebe, porque a sua dívida... E a dívida da Carris tem uma dimensão que à escala de outras não é... (é uma dimensão enorme, como já tive oportunidade de dizer), mas quando olhamos para os grandes devedores no setor de transportes vemos que a dívida da Carris não tem, nem poderia ter, claro, a dimensão de outras dívidas.

Mas são estas empresas muito endividadas que, num contexto de alta continuada das taxas de juro que tinha um efeito muito, muito adverso, quer nos seus custos financeiros, quer nas suas necessidades de financiamento, necessidades de financiamento estas que, ainda por cima num momento em que, ao mesmo tempo que estas coisas começam a acontecer, como sabemos, começam a ser difíceis de resolver porque o financiamento começa a escassear, começa a ser cada vez mais difícil a estas empresas obterem financiamento, portanto, o Estado tem cada vez maior dificuldade em responder-lhes e em disponibilizar-lhes o financiamento necessário, as taxas de juro caem brutalmente, mas os *spreads* aumentam de uma forma verdadeiramente avassaladora, como sabemos e, por isso, como vos dizia há pouco, hoje a Carris financia-se a 7% e a 8%, com Euribor de 0,20, de 0,25 e de 0,30, com *spreads* absolutamente inimagináveis.

Portanto, volto a acentuar — e é isso que sublinho e peço à Comissão de Inquérito que não deixe de ponderar (e seguramente não deixará) — o contexto em que estas coisas foram feitas e o efeito destas decisões e destas medidas face à alteração profunda e totalmente imprevista das circunstâncias.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Dr. Silva Rodrigues, certamente não me vai convencer que, com um *swap snowball* que, neste momento e até ao final da sua maturidade, vai pagar taxas de juro, no mínimo, de 20,2%, no final, quando fizermos as contas, o fluxo financeiro vai ser positivo para a Carris...! Certamente, não vai querer convencer esta Comissão disso. Com certeza, quando fizermos as contas, no final da

maturidade desse *swap snowball*, o fluxo financeiro será altamente de prejuízo para a Carris e para o erário público.

O Sr. Doutor disse várias vezes... misturou um pouco a prudência com as expectativas. Até posso concordar consigo que, quando celebrou estes contratos *swap*, a sua expectativa, a expectativa da empresa era a de que pudesse não haver um agravamento das situações. Mas eram expectativas.

Como o Sr. Doutor também já disse aqui várias vezes uma coisa em que não acredito, a de que faria exatamente a mesma coisa, ou seja, que, depois de conhecer as consequências da celebração desses contratos, se recuasse no tempo, celebraria novamente esses contratos, gostaria de perguntar-lhe: celebraria novamente os mesmos contratos, tendo em conta os riscos inerentes?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Claro! Obviamente!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, eu esclareço: se voltasse atrás, nas condições em que estava, celebraria seguramente; se voltasse atrás, com o que sei hoje, não celebraria. Mas isso, sim, seria uma operação de vidente, isso seria ter uma bola de cristal para prever o que será o mundo em 2020. Eu não sei o que será o mundo em 2020, nem o Sr. Deputado. Podemos obviamente «cenarizar» sobre isso, com mais ou menos realismo, como o senhor diz, e muito bem, e com mais ou menos prudência, como também o Sr. Deputado e outros aqui referiram, e muito bem.

Mas a prova de que as coisas têm a relativização que têm é que o outro produto com as mesmas características, que é também um *snowball*, está a pagar uma taxa de juro, como os senhores sabem, de 2,95. E muito provavelmente, a menos que haja um cataclismo — lá está, falta-nos a bola para sabermos se vai ou não haver um cataclismo! —, chegaremos ao final da maturidade deste produto, 2016, a pagar uma taxa de 2,95.

Portanto, não é apenas porque é *snowball* que é necessariamente mau. É mau em função das barreiras que estão estabelecidas. E as barreiras que estabelecemos para os dois *snowballs* que contratámos eram barreiras que, no nosso ponto de vista, com a informação que tínhamos (e insisto neste, porque é importante), e com as previsões então disponíveis, nunca seriam atingidas. E só por isso é que os celebrámos.

Sr. Deputado, como imagina — e, enfim, como disse, e bem (e essa questão, aliás, nunca foi aqui colocada por nenhum dos Srs. Deputados), não está em causa a boa-fé da administração quando celebrou estes contratos —, se nós tivéssemos a mínima suspeita de que isto poderia acontecer, obviamente teríamos ido à procura de outros caminhos para ver se seríamos capazes de os encontrar. Embora, como já aqui evidenciei, não fazer nada, que é o absurdo, ou limitarmo-nos a contratar taxas fixas por troca de taxas variáveis teria sempre acarretado custos financeiros maiores.

Portanto, penso que não pode haver qualquer dúvida de que as decisões tomadas foram bem tomadas, naquele momento e com os pressupostos que tínhamos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Penso que nenhum de nós pode prever o que irá acontecer daqui a muitos anos. Por isso é que não



devemos fazer apostas e, sobretudo, apostas em *snowballs*, que foi o que foi feito pela administração da Carris — esse é que é o problema. É que efetivamente pôs uma hipótese — uma hipótese, na sua opinião, plausível — de que nada iria acontecer. Mas aconteceu. E é por isso que estamos perante prejuízos enormes para o erário público.

Quanto a uma outra questão, referida aqui várias vezes pelo Sr. Doutor, a de que, desde junho de 2011, tem informado a tutela relativamente ao *mark-to-market* dos produtos, etc., gostaria de lhe perguntar o seguinte: e antes de junho de 2011, havia alguma informação à tutela relativamente a estes produtos?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, o senhor usou uma expressão que rejeito liminarmente, a de que fizemos uma «aposta». Nós não fizemos apostas, nós tomámos decisões. Apostas fazem os jogadores e nós não fizemos apostas porque nós não estávamos a jogar, estávamos a gerir a empresa.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Aposta no sentido lato da palavra, não no seu sentido estrito.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sim, Sr. Deputado, mas é preciso termos cuidado com esses sentidos latos e com essas afirmações que, depois, obviamente podem ter outras interpretações e outras leituras...! Portanto, apostas foi coisa que nunca fizemos, que nunca se fizeram na Carris!

Aliás, como já lhe disse, temos aqui dois *snowballs* e, claramente, se isto fosse tão linear quanto o Sr. Deputado está a dizer, hoje estaríamos com os dois problemas ao colo. Não estamos, como é óbvio, porque as barreiras que aceitámos (e insisto nisto) eram barreiras que nos deram segurança, que achámos que nos davam segurança. Achámos fundamentadamente e sempre com base em informação histórica e previsional.

Portanto, as decisões que tomámos foram fundamentadas nas análises que fizemos, com todo o cuidado, na altura em que tomámos essas decisões.

Sobre o reporte ao Estado, ao acionista, à tutela, há duas situações diferentes: até 2011 e pós-2011. Até 2011, o reporte é o reporte que vem nos relatórios e contas anuais. Como disse aos Srs. Deputados, desde a primeira hora, logo em 2005, quando contratámos o primeiro *swap*, o reporte consta, com todo o detalhe, do relatório e contas. E foi sempre assim: a partir de 2005, no relatório e contas, conhecem-se os *mark-to-market*, os fluxos financeiros, as taxas de juro a pagar e a receber. E esses relatórios, como o Sr. Deputado sabe, antes de serem aprovados em assembleia geral, são enviados pela empresa à IGF, à DGTF, à tutela setorial. Portanto, são previamente apreciados por essa tutela e só depois, com base no despacho conjunto dos dois Secretários de Estado, é que, em assembleia geral, as contas são ou não aprovadas. Acresce que os órgãos de fiscalização da empresa (o seu Conselho Fiscal, o seu ROC, o seu auditor externo) exercem isso mesmo, isto é, também em representação do acionista e na defesa do interesse do acionista, exercem a fiscalização sobre os atos do Conselho e sobre a gestão. Portanto, tudo isso é claro. Ao que acresce, neste caso particular, que, até 2011, temos dois outros elementos de informação ao Governo que têm alguma importância: o relatório da IGF

de 2008 e o primeiro relatório do Tribunal de Contas que é publicado em 2009.

A partir de 2011, para além de tudo isto que já referi, e de mais um relatório do Tribunal de Contas, aquele que acabou de sair, temos o reporte trimestral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Ou seja, até junho, julho de 2011, não havia nenhum controlo específico por parte da tutela, nenhum acompanhamento por parte da tutela relativamente à contratualização destes instrumentos de gestão de risco financeiro?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, obviamente, como acabei de dizer, o que era conhecido era o que era reportado nos relatórios e contas, que eram devidamente auditados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Dr. Silva Rodrigues, como disponho de pouco tempo, vou fazer-lhe só mais uma pergunta.

Permita-me que lhe pergunte a sua opinião pessoal sobre esta questão: concorda e acha apropriado que haja um controlo mais específico relativamente à contratualização destes instrumentos de gestão financeira, ao nível do setor empresarial local? Ou seja, concorda com esse acompanhamento trimestral que tem sido feito, desde junho de 2011, por

parte deste Governo? E concorda ou não que qualquer contratualização deste instrumento de gestão de risco financeiro deva ter, *a priori*, um parecer favorável do IGCP?

Ou seja, ao fim e ao cabo, podemos comparar com o que poderá existir no setor privado, em que certamente um administrador profissional, que é o que o Sr. Doutor é, antes de realizar um contrato desta índole certamente teria uma conversa e uma autorização prévia por parte do acionista da empresa.

Assim sendo, gostaria de saber se concorda ou não que, no futuro, essa autorização também tenha de ser dada, por parte da tutela, pelo IGCP, para que as empresas do setor empresarial do Estado possam contratualizar este tipo de instrumentos financeiros.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, tudo o que seja melhorar os instrumentos de reporte e de acompanhamento e fiscalização pelo acionista parecem-me bem-vindos, sendo que, há vários anos, o Estado adotou as melhores práticas, em termos até de empresas cotadas, como sabe, e impôs às empresas do setor empresarial do Estado exigências enormes. Isto não é novo, não começou hoje, nem no mês passado.

Acresce que o relatório de acompanhamento trimestral foi, aliás, penso, um dos últimos despachos dados pelo Secretário de Estado Carlos Costa Pina, e já é dado exatamente porque há a consciência de que é importante reforçar o controlo, de uma forma geral, sobre o setor empresarial do Estado, o qual, desse ponto de vista, sofreu uma enorme evolução. É bom dizer que os contratos de gestão celebrados, por exemplo,

com as administrações começam em 2007 — em 2007, a Carris celebrou o primeiro contrato de gestão com o seu acionista. Portanto, gradualmente, foi-se melhorando os mecanismos de controlo e de informação, etc.

Agora, se pergunta se me parece bem, claro que me parece muito bem esse reforço de acompanhamento e, portanto, de controlo por parte do acionista. E, desse ponto de vista — e, neste momento, não tenho nada que me pronunciar sobre o tema, porque não sou gestor público —, penso que obviamente a generalidade dos que ainda são gestores públicos verão com bons olhos esse reforço de acompanhamento e de controlo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dado o adiantado da hora e a programação dos nossos trabalhos, quero perguntar-vos se estariam de acordo que fizéssemos agora uma próxima ronda, mas que as respostas fossem dadas no final da ronda de 3 minutos para cada grupo parlamentar.

Estamos todos de acordo com esta metodologia?

*Pausa.*

Não havendo objeções, assim procederemos.

Vou, então, dar a palavra novamente aos Srs. Deputados, mas a resposta será global no final das intervenções que vierem a ser produzidas.

Não havendo qualquer dúvida sobre a metodologia apresentada, tem a palavra, por 3 minutos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Silva Rodrigues, quero agradecer, mais uma vez, as suas respostas ao longo de toda a manhã.

Hoje, parece-nos evidente uma coisa, que passo a citar. A, então, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado respondeu nesta Assembleia, em 26 de abril, que o Governo estava a apurar os níveis de responsabilidade individual de gestão e não deixaria de retirar as devidas consequências que viessem a existir.

Ora, parece-me evidente, depois de tudo o que foi dito esta manhã, que o Governo prescindiu de apurar responsabilidades, mas que decidiu retirar consequências. É que aquilo que nos disse hoje, também confirmado aqui por um Sr. Deputado do PSD, é que, não havendo responsabilidades apuradas do ponto de vista da gestão, foram retiradas consequências políticas e, portanto, houve uma decisão política de demitir os gestores políticos.

Ora, esta decisão política é tanto mais estranha quanto decorre também desta audição de toda a manhã que o Sr. Doutor aqui nos disse (e voltou a referi-lo há instantes) que havia um reporte trimestral da situação financeira da sua empresa, no caso, da Carris.

E é tanto mais estranha quanto, desde meados de junho (estamos a falar de junho de 2011 e estamos em setembro de 2013), havia informação detalhada do que estava em causa. O último *swap* foi, aliás, contratado em 2007, não houve qualquer *swap* novo em 2011, 2012 ou 2013. Portanto, não se pode alegar desconhecimento sobre a situação financeira em causa.

Ora, também é para nós hoje evidente, das várias audições já aqui realizadas e daquilo que é hoje público, que dois anos de inércia, apesar de todo o conhecimento, determinaram uma duplicação das perdas potenciais deste tipo de contrato.

Não estou já a ir ao ponto (porque nesta ronda não tenho tempo) de analisar aquilo que nos traz aqui, nos gráficos que nos apresentou, sobre as quedas abruptas das taxas de juro, mas o que é verdade para nós é o impacto que teve a rejeição do PEC4. E volto a dizer isto porquê? Porque

essa rejeição teve impacto nas taxas de juro e teve impacto também nas condições de renegociação entre a banca e as empresas públicas.

Ora, Srs. Deputados, quando não se apuram responsabilidades, mas se tiram consequências e se destroem documentos... Por acaso, não foram destruídos os da Carris e os da CP, mas foram destruídos os de outras empresas públicas...! Aliás, Sr. Presidente, o Partido Socialista apresentará esta tarde um requerimento para que seja entregue a esta Comissão de Inquérito o auto de destruição dos documentos em causa, porque nos parece relevante.

Mas, dizia eu, não é possível tirarem-se consequências políticas de uma gestão cujas responsabilidades não foram apuradas.

Não há nenhuma questão, mas há perplexidades que se quiser comentar, no momento oportuno, lhe peço que comente, Sr. Doutor.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria ser muito breve e colocar apenas duas questões.

A primeira é para saber a sua opinião — até porque é um dos gestores com mais experiência que temos na área dos transportes e das empresas públicas — relativamente ao seguinte: a Direção-Geral do Tesouro e Finanças em 2011 dizia que, só em instrumentos de gestão de risco financeiro, a empresa tinha 9% do total da dívida que estava afeta a este tipo de instrumentos. O próprio Tribunal de Contas, no Relatório n.º 11/2003, que citou, não em perdas potenciais, mas efetivas, de 2009/2012, eram 32,9 milhões. E disse mesmo (citando inclusivamente esta parte do Relatório) que «esta situação pode asfixiar a empresa», ou seja, pode pôr em risco uma empresa como a Carris.

E a minha questão é esta: o mundo de facto mudou, mas qual é o critério da boa gestão perante esta situação? Perante a situação de ter esta guilhotina sobre a empresa, de ver o alerta no relatório da DGTF, somado ao facto de as taxas de juro estarem a descer desde 2008 e de se terem fixado nesse valor, pergunto se, de acordo com esse tal critério prudencial e de boa gestão, algo deveria ou não ter sido feito.

E há instrumentos, porque outras empresas o fizeram e até outras entidades e particulares o fizeram, que foi imediatamente ajustar-se à realidade.

Depois, porque esta Comissão de Inquérito também vai ter de perceber como é que a tutela e o acionista Estado se relacionam com as empresas, gostava de lhe perguntar se cumpriu o Despacho n.º 101/2009. Isto porque esse Despacho obrigava a um reporte individualizado dos *swaps*, tal como obrigava ao relato concreto, com toda essa informação, de 30 em 30 dias.

Ora, V. Ex.<sup>a</sup> diz, na página 3 da sua intervenção, que «toda a informação sobre estes *swaps* foi, desde o primeiro momento, totalmente clara e do conhecimento do acionista Estado». Ou seja: em 2009, ao contrário do que aqui foi dito, Carlos Costa e Pina e Teixeira dos Santos sabiam tudo o que era para saber para poderem atuar e nada fizeram!...

Porque é que digo isto? Porque o Sr. Ministro Teixeira dos Santos, de facto, ao contrário do que disse (e já lhe fiz a pergunta), disse que em 2008 havia a obrigação de reporte trimestral. E eu gostava de saber se, em 2009, esses reportes foram feitos, se, por exemplo, em 2009, cumprindo o Despacho n.º 101, 30 dias após a data da contratação destes instrumentos, informou a tutela sobre os mesmos.

O Sr. Ministro Teixeira dos Santos disse que havia empresas que não tinham cumprido, mas não incluiu a Carris nesse pacote. Referiu a REFER,



o Metro do Porto e o Metro de Lisboa.

Portanto, gostaria que me desse a informação relativa a 2008 e 2009, ou seja, não a do Relatório que nos quer deixar, de 2011, que contém os reportes trimestrais até 2009, mas a informação que resulta do cumprimento do Despacho n.º 101/2009 e da Resolução n.º 49/2007, que obrigavam a relatórios individualizados quanto à assinatura de contratos relativos a instrumentos de gestão de risco financeiro e à entrega de informação detalhada, 30 dias após a assinatura dos mesmos. E peço-lhe isto, obviamente, para saber se a tutela devia ou não devia — como diz, e bem! — ter agido mais depressa no sentido de ajudar as empresas, perante os bancos, no processo de reestruturação, porventura, ou até na pura rescisão deste tipo de contratos, fosse qual fosse a forma jurídica encontrada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, nesta segunda ronda, gostaria de começar por falar na auditoria do Tribunal de Contas, que já foi referida por diversas vezes pelo Dr. Silva Rodrigues.

Mas há certas coisas que têm de ser ditas e que ainda não foram ditas.

Primeiro, o Tribunal de Contas concluiu, nesta auditoria recente, que «os custos financeiros suportados pela Carris ameaçam a sustentabilidade financeira da empresa (...). O agravamento dos custos financeiros deve-se, em particular a perdas avultadas nos contratos *swap* (...). Estes custos financeiros eram, em 2011, de 51,3 milhões de euros, representando 63% das vendas e serviços prestados pela empresa Carris (...). De 2010 para 2011, os custos financeiros cresceram 68,8%»... Tudo isto que referi foi extraído do Relatório do Tribunal de Contas.

Mas, enquanto os custos financeiros iam aumentando ao longo dos anos, a Carris — como já referiu e penso que com orgulho (injustificado, na minha opinião) — reduziu os custos operacionais. E o Tribunal de Contas também identifica as causas dessa redução e onde foi feita essa redução.

Primeiro, houve redução da oferta de serviços, estando até quantificado ao quilómetro como é que se fez esse decréscimo de redução de serviços.

Segundo, houve redução de despesas com a diminuição dos salários dos trabalhadores, o que também se encontra quantificado no Relatório do Tribunal de Contas. Em particular, de 2010 para 2011, os custos com os ordenados e salários dos trabalhadores diminuíram de 41 para 37 milhões, as remunerações adicionais de 11,5 para 8 milhões, as prestações sociais diminuíram em 200 000 euros. O Tribunal de Contas quantifica todos estes dados.

Portanto, a redução dos custos operacionais de que tanto se orgulha foi feita à custa de um corte na oferta de serviços, sacrificando e prejudicando os utentes, e à custa dos direitos e dos salários dos trabalhadores.

E pergunta-se: e estes ganhos, estas poupanças conseguidos à custa dos utentes e dos trabalhadores para onde é que foram? A resposta, sabemos-la bem, mas o Tribunal de Contas também a dá. Passo a citar a conclusão n.º 38 do Relatório do Tribunal de Contas: «Os resultados operacionais foram, todavia, absolvidos pelos custos financeiros que a empresa teve de suportar».

Ora aqui está! A sua gestão sacrificou os utentes, reduzindo serviços, sacrificou os trabalhadores, retirando-lhes direitos e salários e transferiu essas verbas poupadas integralmente — e não chegam, de acordo com o

Tribunal de Contas... — para os bolsos dos banqueiros!

O Tribunal de Contas é taxativo e demonstra nesse Relatório que os resultados operacionais foram «integralmente absorvidos pelos custos financeiros da empresa»!!

Temos, então, aqui um processo de fluxos financeiros: dos utentes e dos trabalhadores para os bancos e os banqueiros. E é isto que nós vemos essencialmente quando olhamos para o Relatório do Tribunal de Contas e para a atividade da administração desta empresa Carris.

Segundo tema: perdas potenciais *versus* perdas reais.

Têm tentado insistir na ideia de que as perdas são potenciais, que podem não se materializar. Ora, isto simplesmente não é verdade! Já dei o exemplo, e posso dar mais, de que já há perdas reais.

Referi aqui, insisto, que, no dia 15 de março, foi pago um cupão e a Carris entregou ao Grupo Santander 3,3 milhões de euros; em junho, tornou a pagar uma quantia nesta ordem; no próximo dia 16 de setembro, irá tornar a pagar; em dezembro continuará a pagar, tal como em março do próximo ano e sempre a uma taxa que será, no mínimo, como confirmou hoje, de 20%! Isso porque o *swap* contratado era um *swap* tóxico, em que a taxa aumenta, mas nunca diminui, independentemente do que venha a acontecer no mundo a partir de agora.

E estes fluxos financeiros negativos não são perdas potenciais, são perdas reais, que estão a ser pagas pelos contribuintes!

Depois, o Sr. Doutor várias vezes repetiu a ideia — de que discordo — de que se não tivessem feito nada seria melhor. Se não tivessem feito nada, estaria a pagar a Euribor a 6 meses, que atualmente andarás a menos de 1%, ou seja, a 0,5%!! Mas como contratou aquele *swap*, como fez aquela troca, passou a pagar o que paga neste momento, que são 20%, e isso irá continuar a aumentar.

E é este diferencial que justifica as perdas que aqui foram enunciadas.

Por fim, já lhe coloquei esta questão, mas penso que a resposta não foi satisfatória.

A partir de junho de 2008 as perdas potenciais dispararam, começaram a crescer — 1 milhão, 2 milhões, 5 milhões, 10 milhões, 14 milhões — em resultado do cenário excecional do quadro que aqui nos trouxe. Um cenário excecional de queda a pique das taxas de juro implicava medidas excecionais da parte do Conselho de Administração para conter esta sangria. Pergunto: que medidas excecionais foram essas? Peço mais uma vez que as enuncie detalhadamente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, tirámos algumas conclusões, mas ficámos com algumas dúvidas também.

Ficámos a saber que não havia forma de o Governo não ter conhecimento do problema dos *swaps*. Era preciso querer muito para ignorar o «elefante na sala», que toda a gente via...!

Ficámos, pelo contrário, sem saber quais os critérios para demissão dos gestores públicos. O Governo demite alguns gestores para evitar constrangimentos, mas promove outros gestores a Ministro das Finanças sem qualquer tipo de constrangimentos.

Esta é uma circunstância que está por explicar.

Relativamente ao tipo de produtos contratados, penso que não vale a pena «tapar o sol com a peneira»... É muito claro que muitos destes contratos tinham estruturas mais complexas do que aquilo que é

recomendável para qualquer instituição, ainda mais uma instituição pública. E neste aspeto penso que concorda comigo quando digo que, conhecendo o passado e conhecendo o presente, não é indiferente contratar um *plain vanilla*, que é um derivado simples, ou um derivado *snowball*. Portanto, em nenhum momento, com o mesmo tipo de informação, é indiferente contratar um *swap* mais complexo ou um *swap* menos complexo. Por isso, o que se passa é que várias empresas públicas preferiram assumir mais risco para ter mais ganho. E isto tem de ser assumido!

Se esta é a forma correta de gerir o erário público, isso é que temos de discutir. Eu penso que não é a forma correta de gerir o erário público, que deve ser minimizar riscos e não maximizar ganhos financeiros.

Ligada a esta questão, penso que o que nos interessa esclarecer é esta outra: tendo em conta que as empresas públicas assumiram mais riscos do que o necessário, porque é que o fizeram? Não tinham conhecimento, de facto, de todas as implicações?

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Não...!

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — Não sei se não tinham! É possível. Tinham conhecimento, mas houve pressão da banca? É possível.

Há uma tese que a direita, o PSD e o CDS, tenta aqui apresentar, na sua «cruzada» contra o serviço público, que é: tudo o que é público é mal gerido. Tudo o que é público é mau.

Vozes do PSD: — Ora!...

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — E eu gostava, por exemplo, que

acerca disso comentasse o relatório que resultou da auditoria do Tribunal de Contas à Carris, onde se diz que «o desajustamento entre as necessidades de financiamento do serviço público apresentadas pela Carris e o montante que o Estado tem atribuído à empresa para financiar este mesmo serviço deriva da recusa dos vários governos em contratualizar o serviço público com a Carris». Portanto, quando acusamos a gestão de uma empresa, temos de ter em consideração que a gestão também depende do Governo.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — E quem era o governo?

A Sr.<sup>a</sup> Mariana Mortágua (BE): — E que durante anos sucessivos os governos PSD e PS se recusaram a dar a várias empresas públicas as condições de que elas precisavam para não ficarem presas em teias de endividamento financeiro, elevados juros e derivados.

Portanto, as perguntas que faço são se não houve incompetência nos governos PS e PSD a gerir as empresas públicas, concretamente na forma como contratualizaram as indemnizações a estas empresas, se elas eram ou não suficientes para suprir todo o serviço que as empresas tinham de fazer; e se o problema das empresas públicas são os custos operacionais, isto é, se são os bons serviços que prestam que são demasiados generosos e os muitos trabalhadores que têm ou se são, de facto, os custos financeiros que vêm de uma má gestão financeira que também é culpa dos vários governos que tutelaram as empresas públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Silva Rodrigues, penso que durante esta audição ficaram claras as razões que levaram à sua demissão enquanto Presidente do Conselho de Administração da Carris e que tiveram por base a falta de confiança por parte do Governo causada pelos prejuízos decorrentes da celebração destes quatro contratos de *swap*.

Ficou também claro que esse processo da sua demissão não foi um processo político, mas, sim, uma decisão do Conselho de Ministros no sentido de responsabilizar um conjunto de gestores — porque não foi apenas o Sr. Doutor, mas um conjunto de gestores — que estiveram diretamente relacionados com a celebração de contratos de gestão de risco financeiro que provocaram enorme prejuízos aos contribuintes portugueses.

Este é um processo de responsabilização que o nosso País não está habituado a ter, mas que penso que todos nós portugueses temos de saudar, porque ninguém pode estar acima de ser responsabilizado quer no exercício de atividades privadas quer no exercício de atividades públicas.

Ficou claro que o Dr. Silva Rodrigues celebrou estes contratos com determinadas expectativas em termos de evolução da taxa de juro, que não se vieram a concretizar, e que o Conselho de Administração da Carris não teve em conta todas as consequências, a nível financeiro, da celebração desses contratos de gestão de risco financeiro, no caso de a evolução do cenário macroeconómico ser menos favorável.

Ficou claro, nesta audição, e é do conhecimento geral, que, em consequência da celebração por parte do seu Conselho de Administração, neste momento, a Carris tem um contrato de gestão de risco financeiro do tipo *snowball*, que está a pagar mais de 20% de taxas de juro e que irá pagar, até ao final da sua maturidade, pelos menos 20%, podendo atingir quase 40%.

Ficou também claro que, só a partir de junho de 2012, é que começou a haver um controlo específico relativamente a esses instrumentos de gestão de risco financeiro por parte da tutela, que concorda que haja um controlo mais apertado na celebração destes contratos e, por isso, o controlo que está a ser feito pelo IGCP é positivo.

Termino com duas breves questões, sem fazer futurologia, conforme referiu há bocado.

Se, neste momento, um banco chegasse junto de uma empresa que fosse por si liderada com um contrato de *swap* para uma dívida futura — não estamos a falar do passado, estamos a falar de celebrar agora para o futuro —, com características exatamente iguais às destes contratos que celebrou anteriormente, será que, numa ótica de prudência reforçada, iria celebrar ou acha que seria, efetivamente, mais prudente não celebrar o contrato?

Por outro lado, faço-lhe outra pergunta: quando celebrou estes contratos de gestão de risco financeiro, eles foram consequência de uma imposição por parte dos bancos? Ou seja, quando os bancos chegaram junto da Carris disseram: «Sim, senhor, nós estamos disponíveis para conceder este financiamento à Carris, mas só se, paralelamente, a Carris efetuar um contrato de gestão de risco financeiro»? Isso foi uma exigência ou uma opção por parte do Conselho de Administração da Carris?

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. Silva Rodrigues, faça favor.

O Sr. Dr. José da Silva Rodrigues: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou procurar responder a todas estas questões, não alongando muito o tempo das respostas.



Começando pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, eu diria que, daquilo que disse, obviamente, não poderia deixar de estar de acordo com um dado: também acho — já aqui o disse com muita clareza — que a minha demissão não foi, de facto, fundamentada num apuramento objetivo e numa avaliação objetiva da gestão. Foi uma demissão conveniente no quadro político e pela forma como o Governo quis tratar o tema dos *swaps*. Esta é a minha convicção e, enfim, penso que tenho todo o direito de tê-la. Julgo que o Sr. Deputado do PSD deu outra interpretação... Naturalmente, o Governo dirá outra coisa, foi o Governo que me demitiu e apresentará outra justificação. Já expliquei porque é que acho isto, desta forma.

Quanto ao conhecimento dos *swaps*, não há nenhuma dúvida sobre esse tema, não vale a pena sobre isto fazermos nenhuma narrativa, como agora está na moda dizer: os *swaps* eram do conhecimento do Governo, em particular da tutela financeira da Carris. E as perdas potenciais *versus* perdas reais — isto é muito importante, Srs. Deputados! —, são o que são. As perdas potenciais, de meados de 2011 para o final de 2012, duplicaram — na Carris também —, mas as perdas potenciais, de finais de 2013 para agosto de 2013, reduzem-se 40%!!

Portanto, isto mostra, de facto, que estamos numa situação de uma enorme instabilidade financeira que tem repercussão nesta situação e, se acontecer como esperamos e desejamos, seguramente — e há pequenos sinais no sentido de a Europa poder entrar num processo de alguma recuperação económica e de saída da crise, sobretudo na zona euro —, não tenho nenhuma dúvida de que as taxas de juro voltarão para patamares normais e que estas perdas potenciais obviamente desaparecerão.

Quanto ao Sr. Deputado Hélder Amaral e ao que chamou de «guilhotina» por causa dos *swaps*, a questão é que — para usar a mesma expressão, apesar de me parecer um bocadinho forçada — a guilhotina só

existe porque o mundo soçobrou. Se o mundo não tivesse soçobrado não havia guilhotina nenhuma e, volto a dizer, nenhum de nós tinha capacidade para prever aquilo que, de facto, de dramático aconteceu.

A Carris respeitou e cumpriu integralmente todos os despachos do Governo. O Sr. Ex-Ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, aqui diz que a Carris não reportou. Ora, não reportou, porque não tinha de reportar, uma vez que, nos termos do Despacho n.º 101/2009, esse reporte só tinha que ver com novos produtos e, como a Carris não celebrou nenhum novo contrato de *swap post* o Despacho n.º 101/2009, não reportou porque não tinha de reportar. Mas a Carris cumpriu sempre exemplarmente os despachos que lhe foram dirigidos pelo Governo e pelos diferentes membros do Governo que têm tutela sobre a Carris.

Quanto às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Paulo Sá, do Partido Comunista Português, já falámos sobre isso: o Tribunal de Contas diz — e muito bem — que o tema dos *swaps* agravou a situação financeira da Carris. Mas os *swaps* custaram, em 2012, 17 milhões, e os encargos financeiros da Carris foram de 70 milhões. Portanto, isto dá a dimensão do custo dos *swaps* em relação ao global dos custos financeiros. O que agravou dramaticamente os custos financeiros da Carris, em 2012 *versus* 2011, não foi tanto o agravamento dos *swaps* — que também deram um contributo —; o que contribuiu para isso foi sobretudo o brutal agravamento do custo de financiamento da Carris, que deixa de poder consolidar dívida, e todo o seu financiamento é feito apenas a curto prazo a taxas de 7% e de 8%. Isto é que causou um enorme agravamento no custo financeiro e, conseqüentemente, na questão da sustentabilidade financeira da Carris.

Os custos, as poupanças, os ganhos em custo operacional resultaram da atuação em todas as frentes: racionalização da oferta, tomadas de

decisões em matéria da gestão de recursos humanos da empresa, FSE (Fornecimentos e Serviços Externos), CMVC (Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas). Em todas estas áreas a empresa atuou, o que deu, naturalmente, como era suposto dar — é um processo que não é novo, com o Sr. Deputado disse, e bem, consta dos relatórios e contas, vem desde 2003, é um processo que se consolida ano após ano —, essas poupanças. Mas — e a nós, os órgãos de fiscalização da Carris, o próprio Tribunal de Contas chama, ano após anos, a atenção para esse tema —, esses ganhos são consumidos por força do agravamento da situação financeira. Ora, o agravamento da situação financeira resulta não do agravamento dos *swaps* — também, mas pouco do agravamento dos *swaps* —, mas sobretudo do agravamento, obviamente, da situação da dívida e do custo do financiamento.

Já aqui tive oportunidade de dizer aos Srs. Deputados que há que separar bem perdas potenciais de perdas reais, há que perceber que esta situação evolui, que não é estática, como acabei de dizer. Ao olhar para as perdas potenciais de 2011, com as de 2012, com as de agosto de 2013, vemos que estas situações têm uma enorme variação em função das condições dos mercados financeiros e do comportamento das próprias taxas de juro do euro. Agora, há é que olhar para os mercados financeiros e..., Ó Sr. Deputado, o senhor só apresentou uma parte da história, convém ver a história toda e os fluxos financeiros em termos acumulados, e não neste e naquele ano; têm de ser avaliados desde que se contrataram os produtos até ao momento presente.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — *(Por não ter ligado microfone, não é possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Dr. José da Silva Rodrigues: — Sr. Deputado, perdas posteriores, como já vimos, porque, de facto, o mundo desabou.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Ganhos iniciais à custa do risco futuro!

O Sr. Dr. José da Silva Rodrigues: — Não! Não, Sr. Deputado! Claro que risco há algum. Não há gestão sem risco, isso não existe. Portanto, há sempre risco. Agora, obviamente, o que aconteceu foi que aquilo cuja probabilidade era de zero vírgula uma coisa qualquer tornou-se, de facto, a realidade e isso era imprevisível!

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, também suscitou algumas questões sobre os vários produtos.

A Carris conhecia, efetivamente, as características desses produtos e conhecia o risco que lhes estava subjacente. Mas, como já aqui tive oportunidade de dizer, os pressupostos para a concretização do risco estavam de tal forma afastados de qualquer expectativa e das previsões que internacionalmente eram disponibilizadas — e os gráficos que vêm a seguir são de facto muito elucidativos —, bem como o histórico do que aconteceu, isto era de tal forma fora de tudo o que estava previsto que teve consequências que em nenhuma circunstância podiam ser previstas.

Portanto, o que decidimos foi, como eu digo, com base na informação que tínhamos e com os pressupostos que existiam e não tivemos capacidade «adivinhatória», nem nós, nem ninguém.

Quanto à qualidade da gestão pública, este é, obviamente, um tema que conheço, como imaginário, à sociedade. Tudo o que é público é mal gerido? Não! Tudo o que é público é fantasticamente gerido? Não! Aqui, à roda da mesa, temos para todos os gostos..., como sabem, há quem defenda um e outro aspeto.

Do meu ponto de vista, na gestão pública, como na gestão privada, há, obviamente boa e má gestão, gente competente e gente incompetente; gente que, obviamente, sabe o que está a fazer e gente que não sabe o que está a fazer.

A gestão pública tem pressupostos que a gestão privada não tem e que algumas vezes penalizam a gestão pública. Mas, nessa matéria, enquanto cidadão e com a minha experiência de trabalho, que é longa, acho que, de facto, todos terão «telhados de vidro». Isto para dizer que muitas vezes os gestores, ou os altos dirigentes não são escolhidos em função das suas qualificações e capacidades, mas de proximidades políticas. Mas isso fizeram-no todos os governos, isso não é exclusivo de governo nenhum.

Portanto, todos nesta matéria, naturalmente, tiveram experiências positivas e negativas. A minha experiência, ao longo destes anos, é a de que, obviamente, se foi mitigando essa componente, esse critério de escolha de pessoas em função de proximidades ou de afastamentos políticos e foi-se valorizando cada vez mais, obviamente, a qualidade das pessoas. Pela minha parte, nunca escolhi colaboradores na minha empresa para serem meus diretos colaboradores, porque eram azuis, verdes, amarelos ou de outra cor qualquer! Escolhi em função das suas capacidades e da sua disponibilidade para servirem a empresa.

Portanto, há, efetivamente, gente capaz e gente não capaz na gestão pública, tal como na gestão privada. Agora no setor dos transportes... Mas, ó Srs. Deputados, até acho que esta é uma boa oportunidade para que a Assembleia da República se consciencialize de como, de facto, este setor foi mal gerido durante muitas décadas, como bem sabemos. Já tive aqui oportunidade de dizer que não há experiências, em cidade nenhuma, de serviço público não contratualizado. O serviço público de transportes é sempre contratualizado e o serviço público de transportes é sempre um

*trade-off*; mais tarifas e menos compensações, menos tarifas, tarifas mais baixas e mais compensações. Não há outra forma.

Portanto, aquele sistema com que temos vivido de indemnizações compensatórias de acordo com a disponibilidade financeira e orçamental, com o critério mais ou menos a «olhómetro» — permita-se-me usar a expressão — é, obviamente, muito perverso, e foi muito perverso para estas empresas durante anos e anos.

Portanto, estas empresas, naturalmente, foram confrontadas com problemas gravíssimos de tarifas artificialmente baixas; de indemnizações compensatórias, que nunca foram suficientes; de serviço público que nunca se discutiu o que é que devia ser, nem quanto é que custava e em que condições devia ser prestado; de, em muitos casos, gestão operacional pouco eficiente; e, por último, de um acionista que sempre tratou muito mal as suas empresas.

Portanto, o somatório disto tudo só pode ser um resultado muito negativo. E o que é que aconteceu nestes últimos anos? Porque é importante sublinhar: o que aconteceu nestes últimos anos foi que houve uma melhoria progressiva e gradual da gestão operacional das empresas e começou a notar-se uma preocupação crescente de responsabilização com a qualidade da gestão. Aliás, eu já disse aos Srs. Deputados que o primeiro contrato de gestão que foi assinado entre a Administração da Carris — e também de outras empresas — e o próprio acionista Estado foi em 2007, altura em começou a haver uma preocupação maior de responsabilizar os gestores com a qualidade da gestão.

Portanto, penso que se tem feito um caminho, que há muito para fazer, que nestes anos, em particular nestes dois últimos anos — aliás, começou-se em 2010 —, por força da redução e da pressão sobre os custos operacionais das empresas, isso permitiu à generalidade das empresas

públicas de transporte melhorarem o seu desempenho e o seu resultado operacional.

Mas não está resolvido o problema de fundo, porque o problema de fundo é o da contratualização do serviço público que permanece por fazer neste momento. Portanto, existem problemas sérios para resolver no domínio do setor dos transportes e que se aplicam às empresas públicas e naturalmente também às empresas privadas.

Por último, as questões levantadas pelo Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, do PSD, que insistiu num tema sobre o qual já se viu que não estamos nem estaremos nunca de acordo: porque é que eu fui demitido? Eu fui demitido por razões políticas, ponto final parágrafo! Porque era conveniente para o Governo fazer essa demissão. Ela tinha de ser feita e fez-se!

É porque, efetivamente, Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, não foi feito o apuramento. É muito superficial, de facto, dizer-se que, porque se contratou um produto que tem um fluxo financeiro que é negativo para a empresa, num determinado contexto e num determinado momento, isso é motivo bastante para a demissão...!

É preciso perceber em que condições é que esse produto foi contratado, o que é que foi feito que não devia ter sido, ou o que é que não foi e deveria ter sido; que informação se ponderou ou que ao contrário foi negligenciada; que imprudências é que se cometeram... Quer dizer, este é um processo que não é trivial...! Bem, mas há um relatório que diz que... Mas onde é que está o relatório? Os senhores conhecem-no todo?!... Bem, isso é o mínimo que se espera dos membros da Comissão de Inquérito, mas eu não conheço.

Eu sou demitido com base num relatório que até hoje não sei o que é que diz... Não tive oportunidade de exprimir o meu ponto de vista e o do

meu Conselho de Administração sobre as decisões que tomámos, porque é que as tomámos e as consequências dessas decisões.

Portanto, quando o meu acionista me despede nestas circunstâncias despede-me, obviamente — enfim, eu já ouvi isso aqui e acho que é assim —, sem justa causa, ponto final parágrafo.

Claro, diz o Sr. Deputado e isso não está em causa, porque ninguém está acima da lei, ninguém deve deixar de responder por aquilo que faz ou por aquilo que não faz, mas, obviamente, se há motivo de orgulho para mim, enquanto presidente da Carris nos últimos 10 anos, é que a Carris tudo o que fez — e fez coisas certas e coisas erradas, como todos nós — foi sempre com a enorme preocupação de fazer bem para melhorar a empresa e para acautelar e dar consolidação à empresa e ao seu acionista naquilo que dependia do próprio Conselho de Administração.

Quantos às expectativas, elas não se concretizaram, mas não se concretizaram estas como não se concretizou a generalidade das expectativas, porque — e não vale a pena insistir nisto — o mundo desabou e quando o mundo desabou não havia expectativas que pudessem resistir.

Portanto, não foi o cenário económico, não foi o cenário macroeconómico que se tornou menos favorável; o cenário macroeconómico tornou-se catastrófico, como bem sabemos, na Europa, em particular, na zona euro e, depois, na situação portuguesa. Essa é a realidade em que, efetivamente, nós acordámos todos a seguir ao verão de 2008...

Eu já disse aqui, e é bom lembrar: mas alguém imaginava — e essas eram instituições, absolutamente..., pilares da sociedade moderna, do sistema financeiro que temos — a falência da Lehman's? Passava pela cabeça de alguém que isso pudesse ocorrer? Que as dívidas soberanas de países fundadores do euro fossem consideradas e classificadas como lixo?



Mas isto estava em algum cenário?!... Isto era discutido por nós?! O futuro do euro como moeda e a falta de capacidade da Europa para resolver os problemas para o seu sistema monetário, isso existia na cabeça de algum de nós?!.. Isso estava em algum cenário que nós não acautelámos?!... Não conheço e tenho a certeza de que os senhores também não conhecerão!

Sr. Deputado, estou totalmente de acordo com o que diz — e já o disse e repito: que se reforcem e melhorem os mecanismos de acompanhamento e de controlo das empresas públicas!

Podia fingir que me esqueci da última questão que o Sr. Deputado levantou, mas não o vou fazer... E a questão é a seguinte: se eu hoje voltaria a celebrar alguns destes produtos.

Sr. Deputado, essa pergunta tem uma resposta simples: nós não podemos avaliar — já aqui falei hoje e demonstrei-o — o que fizemos antes com o que sabemos hoje. Nós, hoje, descobrimos tantas coisas e, efetivamente, fomos confrontados com tantas realidades que achávamos inimagináveis que pudessem ocorrer, que todos nós, seguramente, na nossa vida profissional e na nossa vida pessoal temos uma acrescida prudência em relação àquela que usávamos há cinco ou seis anos. Mas não é porque fossemos imprudentes! É porque, de facto, a realidade com que estamos confrontados nos mostrou, infelizmente para nós, que aquilo que achávamos que era impossível aconteceu — porque, infelizmente, muitas vezes, o impossível acontece!.. E nós todos aprendemos com isso.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, chegámos ao final desta reunião e devo dizer que...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — S. Presidente, ainda pretendo usar da palavra...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não foi isso que propus há pouco aos Srs. Deputados; foi que houvesse uma ronda final de três minutos com uma resposta global por parte do Sr. Doutor.

Mas tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, não foi esse o meu entendimento; entendi que o Sr. Presidente estava a propor que houvesse uma ronda...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não, não! Eu até tive, aliás, o cuidado de perguntar aos Srs. Deputados se estavam de acordo com o método que eu propus para não haver dúvidas sobre ele.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Não foi esse o meu entendimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Mas foi assim, Sr. Deputado.

Portanto, Srs. Deputados, insisto em dizer que chegámos ao final da nossa ronda com o Sr. Dr. Silva Rodrigues e quero, enquanto presidente da Comissão de Inquérito, agradecer-lhe, tal como fiz no início, a disponibilidade para as várias datas que, sucessivamente, fomos tentando e dizer-lhe o quanto eu, pessoalmente, apreciei e forma frontal, documentada e objetivamente esclarecedora com que prestou o seu depoimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, a minha intervenção não tem a ver com o nosso convidado, mas, sim, com o início dos trabalhos da

parte da tarde, sendo que pensamos que não teria grande inconveniente começarmos os nossos trabalhos às 16 horas e não às 15 horas, como estava previsto, permitindo que os grupos parlamentares mais pequenos pudessem organizar-se dado que, porventura, as pessoas serão as mesas que aqui estiveram presentes da parte da manhã e que aqui estarão da parte da tarde.

Deixo, então, aqui esta proposta.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não vejo objeções a essa sugestão e vamos, então, comunicar aos nossos interlocutores da parte da tarde que a nossa reunião começará às 16 horas.

*Eram 14 horas e 36 minutos.*

*As imagens projetadas pelo Sr. Dr. José Silva Rodrigues no decurso do depoimento podem ser acedidas através das seguintes hiperligações:*

[Apresentação inicial](#)

[Valorização da carteira de swaps em 31 de agosto de 2013](#)

[CARRIS - Gráficos Euribor](#)

[CARRIS - Quadros Mark-to-market e cash-flow](#)

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.